

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS
MESTRADO ACADÊMICO

SILVAN SOUSA MENDES

AS FESTAS DA ABOLIÇÃO:

Comemorando o 13 de Maio de 1888 em São Luís

**SÃO LUÍS-MA
2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS
MESTRADO ACADÊMICO

SILVAN SOUSA MENDES

AS FESTAS DA ABOLIÇÃO:

Comemorando o 13 de Maio de 1888 em São Luís

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito a obtenção do grau de Mestre em História Social, sob orientação da Prof.^a Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz.

SÃO LUÍS-MA

2020

SILVAN SOUSA MENDES

AS FESTAS DA ABOLIÇÃO:

Comemorando o 13 de Maio de 1888 em São Luís

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social – Mestrado Acadêmico, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito a obtenção do grau de Mestre em História Social, sob orientação da Prof.^a Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz

UFMA/PPGHIS (*Orientadora*)

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira

UFMA/PPGHIS (*membro interno*)

Prof.^a Dra. Regina Helena Martins de Faria

UFMA (*Membro externo*)

Aos meus pais, amigos e ao dia 13 de maio de 1888.

AGRADECIMENTOS

A construção de um trabalho acadêmico é composta de inúmeros ingredientes, entre eles muita leitura, escrita e, sobretudo equilíbrio emocional, ainda mais se tratando da escrita de uma dissertação. Essa foi sem dúvidas uma das etapas mais desafiadoras pelo qual já passei em minha vida, nunca havia me deparado com tanta pressão psicológica, mas o amor pela História regava a vontade de concluir este texto.

Não há como fugir de momentos de desespero e crise de ansiedade, as vezes acompanhadas de insônia, lembrando sempre dos prazos que nos foram anunciados desde a primeira semana. Nestes momentos as pessoas mais próximas sempre observavam com uma palavra de conforto, de ânimo e de coragem. O término deste trabalho não é mérito somente meu, mas de muitos contribuíram direta ou indiretamente para que este momento fosse concretizado.

Agradeço a Deus por ter me dado a oportunidade de ter vivido este momento de múltiplas sensações e muito aprendizado, afinal sem Ele, eu nada posso fazer. A minha família também tenho muita gratidão. Quem me conhece um pouco mais de perto sabe que somos muitos irmãos, sou o sexto de seis, e o único até agora que conseguiu concluir graduação, uma especialização e agora finda o mestrado.

Meus pais, dona Maria Silvana Sousa Mendes e seu Domingos Mendes tem participação decisiva nesta conquista. Nunca me esqueço de quando sai para entregar currículos após terminar o ensino médio, apenas com meu nome e endereço no papel, acreditando que seria chamado para trabalhar e ajudar construir nossa casa que até 2013 não era de tijolos e sim de barro, como falávamos.

Não tem como esquecer quando meu pai descobriu que eu entregava currículos, ficou indignado e me mandou estudar porque me achava inteligente, mesmo contrariado, o obedeci. Prestei vestibular para o curso de história, inspirado no professor do ensino médio Heitor de Carvalho e não para administração ou direito como queria meu pai.

Em 2009 eu iniciava meu sonho de fazer uma graduação na Universidade Federal do Maranhão, tendo concluído só em 2017, pois já ministrava aula em escola particular para ajudar na construção da casa. Neste mesmo ano fui apenas tentar fazer seletivo de mestrado para me familiarizar e no outro ano pretendia fazer com mais segurança. Acabei passando e iniciando o mestrando em 2018. Sem meus pais nada disso seria possível, a eles meu muito obrigado e aos meus irmãos também.

Na lista de agradecimento de professores que me ajudaram na construção do projeto começo por Acildo Leite que me auxiliou mais de perto, Flavio Soares, Gloria Corrêa

(Glorinha), Manoel Barros (Manoelzinho), Antônia Mota, Marize Helena, que me forneceram dicas e sugestões importantes.

Tenho muito a agradecer também a minha orientadora Pollyanna Mendonça Muniz, uma das pessoas mais otimistas que já vi na vida, sempre me dando todo apoio e palavras de força em momentos difíceis. Grato também a banca, composta por Josenildo Pereira, que com seu olhar apurado mostrou alguns pontos que necessitavam melhorar e Regina Faria que tirou dúvidas e indicou leituras indispensáveis. Obrigado a todos os professores com quem cursei alguma disciplina Victor de Oliveira, Lyndon Araújo, Ítalo Santirocchi, Evaldo e minha orientadora mais uma vez.

Os debates em sala de aula e as conversas informais com meus colegas de turma também ajudaram amadurecer alguns conceitos, abandonar outros, ler novos livros, por isso, sou grato a Joabe Rocha, Messias Cardoso, Carlos Victor, Yann Maia, Teresa Cristina, Jandson, Ariane, Esmênia e Mario Augusto que além de colega de turma se constituiu um irmão, não esqueço das viagens para publicação de artigos que fizemos, são experiências que ultrapassam a vida acadêmica.

Alguns amigos de longas datas também merecem minha gratidão como Greig Rayner Freire Lira, Domingos Soriano Sá, Tadeu Luís e Jairo Muniz que sempre estiveram ao meu lado desde a graduação, Laércio Cunha Fernandes que desde o ensino médio me acompanha, Marcos Vinicius Serrão Viana e sua família que desde os meus 13 anos me dão forças na luta com estudos. Agradeço ainda à Helen Alves e sua família pela força, ao amigo Alex Santiago, que com muito bom humor me ajudou em diversos momentos.

Sou grato ao pastor Richardson que tanto conversou, aconselhou e proferiu palavras de ânimo, um exemplo de profissional e de pessoa, nunca vou esquecer inclusive da ajuda financeira que me deu para primeira viagem que fiz com intuito de apresentar um artigo em Alcântara-MA, sou eternamente grato, pois por esta época ainda não tinha bolsa.

Tenho profundo sentimento de gratidão também pelo professor Antonio José Ribeiro da Silva que tem depositado sua confiança em minha capacidade profissional. Ao longo deste percurso ele se tornou tão importante quanto aos amigos de longas datas, por suas palavras de incentivo, por sua amizade e pelo exemplo de pessoa que é.

Agradeço também a meu amigo Willanickson Kepler (Nick), por sua ajuda em forma de palavras de ânimo, sempre preocupado com minha pessoa e com a pesquisa que estava em desenvolvimento.

Por fim, agradeço FAPEMA, Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, por ter financiando esta pesquisa, mostrando que é

possível sim valorizar e incentivar a produção acadêmica mesmo em tempos difíceis. Se não fosse por este financiamento essa escrita não seria possível. Como disse o amigo Carlos Victor em seus agradecimentos de sua dissertação “a FAPEMA tem sido nossa válvula de escape”.

“A organização ontem viva de uma sociedade, investida na ótica de seus historiadores, se transforma, então, num passado suscetível de ser estudado. Ela muda de estatuto: deixando de ser, entre os autores, aquilo em função de que eles pensavam, passa para o lado do objeto que, como novos autores, temos que tornar pensável”.

(Michel de Certeau)

RESUMO

O presente estudo tem como foco de análise as festas da Abolição que foram organizadas e concretizadas após o dia 13 de maio de 1888 na cidade de São Luís. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica e documental nos jornais *Pacotilha*, *Diário do Maranhão* e *O Paiz*, que circulavam em São Luís na segunda metade do século XIX. Consultamos ainda, ofícios do Presidente de Província localizados no livro intitulado *Objetos Diversos*, tais documentos endereçados á representantes de diversas instituições com intuito de dar prosseguimento à organização dos festejos. O primeiro passo foi localizar as festas da Abolição na escrita da história brasileira e Maranhense. Em seguida para melhor dimensionar estas festas fizemos a priori um mapeamento delas nas fontes, atentando para os grupos e instituições que tinham algum tipo de envolvimento direto ou indireto. As peculiaridades de São Luís são levadas em consideração, pois suas características políticas, econômicas e sociais singularizam sua experiência com a Abolição. Os sujeitos, grupos e instituições apresentam modelos de interpretação do que teria significado as Festas para comemorar a extinção do *elemento servil* nesta cidade. Saberemos como se deu o desenrolar das festas e quem são estes sujeitos através de breves apontamentos biográficos e quais os possíveis sentidos estavam sendo atribuídos a este momento de ruptura na história do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Festas. Abolição. São Luís. Século XIX

ABSTRACT

The present study focuses on the analysis of the Abolition parties that were organized and implemented after May 13, 1888 in the city of São Luís. For this purpose, we conducted a bibliographical and documentary research in the newspapers *Pacotilha*, *Diário do Maranhão* and *O Paiz*, which circulated in São Luís in the second half of the 19th century, in addition to Requirements from the President of the Province located in the book entitled *Various Objects*, they were addressed to representatives of various institutions in order to continue the organization of the celebrations. The first step was to locate the Abolition parties in the writing of Brazilian and Maranhense history, then to better size these parties we first mapped them out in the sources, paying attention to groups and institutions that had some kind of direct or indirect involvement. The peculiarities of São Luís are taken into account, as its political, economic and social characteristics singularize its experience with Abolition. The subjects, groups and institutions present models of interpretation of what the extinction of the servile element in this city would have meant. We will know how the parties unfolded and who these subjects are through brief biographical notes and what the possible meanings were being attributed to this moment of rupture in the history of Brazil.

KEYWORDS: Partiers. Abolition. St. Louis. XIX century.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo das principais formas de leitura, escrita e interpretação de festas.....	35
Tabela 2 – Comissões organizadas para arrecadar recursos financeiros para as festas da Abolição do Clube Artístico Abolicionista Maranhense.....	74
Tabela 3 – Comissão de estudantes destacada para arrecadar recursos financeiros para as festas da Abolição organizadas Clube Artístico Abolicionista Maranhense.....	75
Tabela 4 –Valores arrecadados para realizar as festas da Abolição organizada pelo Clube Artístico Abolicionista Maranhense.....	78

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –Jornal Pacotilha em 13 de maio de 1888.....	55
Figura 2 – Jornal Diário do Maranhão em 25 de maio de 1888.....	56
Figura 3 –Jornal O paiz em 14 de maio de 1888.....	57
Figura 4 –Homenagem á Abolição.....	78
Figura 5 –Planta da cidade de São Luís em 1912.....	128
Figura 6 –Localização da Rua de Sant’Anna de onde partiram algumas passeatas.....	129
Figura 7 –Localização da do Palácio do Governo destino final de algumas passeatas.....	130

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO...	13
CAPÍTULO I: A FESTA COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO DA HISTÓRIA....	24
1.1 As tessituras das festas na história do Brasil...	26
1.2 Vivências festivas no Maranhão.....	36
CAPÍTULO II: “BRASIL LIVRE, TREZE DE MAIO”	46
2.1 O cenário da festa: a cidade de São Luís na segunda metade do século XIX...	48
2.2 Grupos, instituições e Abolição.....	53
CAPÍTULO III: “NÃO HÁ MAIS ESCRAVOS”	67
3.1. A passeata do dia 11.....	69
3.2. O dia 13 de Maio de 1888 em São Luís.....	73
3.3. O Clube Artístico Abolicionista Maranhense, A sociedade Treze de Maio Beneficente dos Libertos e o Club 13 de Maio no contexto da Abolição.....	74
3.4. A Associação Comercial do Maranhão: das preocupações às comemorações.....	80
3.5. A Câmara Municipal de São Luís festeja Abolição.....	82
3.6. Os estudantes e suas comemorações.....	83
3.7. As irmandades e a Classe Musical e seus modos de festejar.....	85
3.8. As homenagens dos trabalhadores, das mulheres e as novas marcas.....	87
3.9. Uma composição em homenagem a Abolição.....	90
3.10. Os Libertos e as festas.....	91
3.11. Tensões e conflitos em São Luis e em outras cidades.....	93
3.12. A associação do 13 de Maio a outros eventos.....	95
3.13. Os festeiros: breves apontamentos biográficos.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS.....	127

INTRODUÇÃO

Este é um estudo acerca das comemorações do 13 de Maio de 1888 em São Luís. O interesse pelas *festas da Abolição* originou-se da análise da documentação utilizada na monografia. Neste estudo anterior a atenção voltou-se aos alunos do *Liceu do Maranhão* com foco na cor da pele e teve como recorte temporal os anos de 1871 a 1889.

Esta pesquisa monográfica baseou-se em requerimentos de matrícula escolar que eram realizados a direção do Liceu, mas foi na busca por novas fontes que nos deparamos com documentos referentes ao ano de 1888. Eles referenciavam mais especificamente as festas em comemoração à Lei de 13 de maio, que aboliu a escravidão no Brasil.

A documentação é um conjunto de ofícios do Presidente de Província às autoridades para se realizarem diversas comemorações em espaços públicos. Alguns desses ofícios aparecem direcionados a Banda da Escola dos Educandos e Artífices solicitando sua participação nas solenidades festivas. A partir desse acervo documental, surgiu o interesse pelo tema da festa.

Esse tema-objeto voltado para a comemoração do 13 de Maio de 1888, levou-nos a busca por trabalhos sobre essa temática. É inegável a presença de uma lacuna na escrita historiográfica local sobre o tema festas da Abolição, mesmo havendo consideráveis fontes documentais entre ofícios, anúncios e notícias em jornais.

O foco nestas comemorações não ganhou centralidade na escrita historiográfica maranhense. A monografia que fora escrita por mim na graduação, embora não tivesse por tema a Abolição ou as festas comemorativas, acabaram configurando como o fio condutor para chegarmos a este objeto de estudo.

As festas da Abolição de acordo com as fontes manuseadas aparecem em um período circunscrito de maio a julho de 1888, com muita frequência na imprensa periódica maranhense. São inúmeras as notícias de comemorações nos jornais que circularam no período oitocentista com destaque para os impressos *Pacotilha*¹, *Diário do Maranhão*² e *O Paiz*³.

¹ Fundado no mês de outubro do ano 1880 pelo jornalista Victor Lobato, sua circulação foi interrompida em Janeiro de 1881, porém, em abril do mesmo ano voltou a circular reformulado.

² Teve seu início em 1858, responsável por divulgar notícias referentes ao comércio, lavoura e a indústria, como bem indicava seu subtítulo. Sua circulação foi suspensa em 1885, para reaparecer em 1873, com pequenas modificações.

³ Sua fundação é do ano de 1863 por Themistocles Aranha, que além de professor e jornalista, foi também editor durante vinte anos. Este jornal se auto-caracterizava como católico, comercial, literário e noticioso. Foi responsável por noticiar também as várias comemorações sem São Luís.

Nestes jornais deparamos com *corpus* específico de *textos* ou de *textualidade* em formato de anúncios, que se referem a espaços destinados a realizações de comemorações, bem como a própria característica destas *festas* fossem de cunho religioso, político, comercial, militar ou escolar.

Essas informações festivas presentes na *textualidade* das notícias, na materialidade dos impressos, vêm acompanhadas de sujeitos responsáveis por essas escritas. Nos interessa nesta pesquisa apreendê-los sem perder de vista o contexto político, social e econômico e de suas relações com a cidade de São Luís como pretexto para trilhar os caminhos e as explicações do que significou essas *festas da Abolição* nesta cidade.

Nas tessituras das relações dos responsáveis por essas escritas impressas almejamos dar conta de evidenciar a *cultura política impressa* por esses jornais, atento aos seus editoriais. A priori ressaltamos que entendemos as notícias e anúncios nos impressos em jornais como *texto* ou *textualidade* no sentido empregado pela *linguística textual* que apreende o texto numa perspectiva interacional dando importância aos fatores e critérios de textualidade contidos na manifestação linguística.

Estudar o texto é estudar uma estrutura dotada de sentido, com objetivações e intenções definidas, pois, de acordo com Florêncio *et al.* (2009, p.25-26), “não há, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representa os lugares sociais que ocupa”, e da mesma maneira ocorre com o texto, que como materialização da comunicação, nas palavras de Koch (2014), trata-se de um ato unificado num complexo universo de ações humanas.

As fontes em formato de documentação textual como ofícios do Presidente da Província foram coligidas da *1ª seção do parlamento de 11 de maio de 1888* no livro *Objetos Diversos* localizado no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

Nesta documentação nos deparamos, por exemplo, com o registro de quatro alunos do Liceu do Maranhão citados como organizadores de uma seção solene na noite do dia em que passasse no senado a Lei da extinção da escravidão no Império, assim sendo, solicita o *Dr. José Moreira Alves da Silva*, então Presidente da Província do Maranhão que o diretor da Casa dos Educados e Artífices disponibilize a banda de música para estar nessa seção que seria realizada no *Teatro São Luiz*⁴.

⁴ Este Teatro é um dos mais antigos, pois apesar de ter sido construído no período colonial, no início do século XIX, ainda existe, no mesmo lugar onde foi fundado, na Rua do Sol, centro de São Luís. Atualmente leva o nome de Arthur Azevedo que foi dramaturgo, poeta contista, prosador, comediógrafo, crítico e jornalista.

Essas iniciativas pareciam ser uma tentativa do presidente de encabeçar os festejos e não necessariamente um pedido dos estudantes que poderiam realizar sua comemoração em outro espaço.

No dia 17 de maio de 1888, foi expedida ordem do Dr. José Moreira Alves da Silva para que a Banda de Música dos Educandos Artífices se fizesse presente às 7 horas da noite na *Loja Maçônica da Santa Cruz*⁵, por ocasião dos festejos que ali se haveria de fazer em homenagem a Abolição da escravidão no Brasil. Esse acervo documental contém um significativo número de ofícios para que a Banda de Música dos Educandos Artífices participasse das festas e comemorações por ocasião da passagem da Lei de 13 de maio de 1888.

Considerando que nesse acervo encontramos notícias da preparação comemorativa sobre o advento da Abolição antes do dia 13, o nosso interesse nesta análise não se restringirá apenas ao dia da aprovação da Lei, mas também aos dias que o antecederam e os que o sucedem, dada à repercussão que foi este evento histórico no Brasil. Em São Luís capital da Província do Maranhão, essas comemorações se estenderam por três meses.

Os jornais, assim como os ofícios apresentam informações destes dias festivos, antes e depois da Abolição, pois não apenas no cenário local como em todo Brasil se noticiava a nova Lei que foi responsável não apenas pelas mudanças na forma do trabalho escravo para o livre como também na estrutura social, política e econômica das províncias.

Esses impressos tornaram-se, assim, fundamentais pois através deles é possível, “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada e dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16).

O jornal *Pacotilha*, ao noticiar os acontecimentos das *festas da Abolição*, fez referência ao Club Artístico Abolicionista Maranhense, um dos notórios clubes comprometidos com a causa abolicionista na Província do Maranhão e que também organizava comemorações por conta da Abolição. Ele convoca seus componentes através desse jornal para assembléias. Seus membros eram organizados por freguesias a fim de angariar recursos financeiros para organizar sua comemoração pela referida Lei. Tais anúncios são assinados por sua secretaria.

Diversos grupos anunciavam suas participações entre moradores, estudantes, religiosos, comerciantes. Além disso, artigos eram publicados com o título: *Transformação do trabalho*, num espaço chamado de “*publicações a pedido*”. Tal espaço era reservado a

⁵ A maçonaria, era um grupo que praticava ajuda mútua e filantropia, com tendências políticas variadas. Organizaram-se a partir de hierarquias próprias, estabeleceram vínculos, enfrentaram conflitos ou isolaram-se entre si.

publicações diversas e nessa coluna eram expostas as opiniões de autores sobre as mudanças causadas a partir da aprovação da Lei e informações acerca do concurso organizado pela Associação Comercial do Maranhão para aprovar a melhor sugestão de transição para o trabalho livre, com direito a premiação para melhor proposta.

Moradores da cidade de São Luís publicavam textos nos jornais expondo a vontade de que as passeatas usassem sua rua como caminho, os da Rua de *Sant'Anna* podem ser citados como exemplo. O jornal noticiava ainda que os diversos diretores e professores dos *Collegios* davam *sueto*⁶ de três dias aos seus alunos em regozijo pela Lei que denominavam do *elemento servil*.

Alguns grupos e sujeitos tentavam através de suas comemorações demonstrarem que eram a favor da Abolição da escravidão no Brasil, ainda que possam ter sido por mera convenção social. Assim sendo, foram realizadas reuniões, festas, iluminações de prédios públicos e missas por toda cidade em comemoração do 13 de Maio de 1888.

Os jornais apresentam notícias e anúncios nos quais é possível depreender que esses impressos dedicaram grande atenção ao acontecimento histórico da Abolição, evento referente ao fim da escravidão no Brasil. Essa expressiva textualidade acerca da data nesse impresso já foi observada nos estudos de Santos (2016):

No jornal *Pacotilha*, sobre direção de Victor Lobo, os escritos em comemoração ao acontecimento são muitos, a notícia é amplamente divulgada e detalhada nas edições dias após o 13 de maio. Este jornal teve forte participação na luta pela abolição defendendo a implantação de princípios liberais na dinâmica das economias rural e urbana. (SANTOS, 2016, p.24).

O *Diário do Maranhão*, também evidencia a Lei de 13 de Maio de 1888 com intensidade semelhante ao jornal *Pacotilha*. Na textualidade desse evento da Abolição da escravatura deparamos com notícias, em período anterior a publicação Lei, em que alguns senhores escravocratas concederam logo a liberdade de seus escravizados, talvez, buscando se antecipar ao acontecimento que não mais tardava a se concretizar.

Textos com título *Cartas de liberdade* anunciavam o nome do senhor e do libertado, seguido de algumas poucas informações acerca o ex-cativo, como por exemplo, nome e idade, sempre se referindo aquele que concede a liberdade como “*caridoso*”. Certamente essa *carta da liberdade* deve merecer da historiografia uma atenção mais apurada no que tange a quem concedia e as motivações dessa concessão.

⁶ Correspondia a um feriado, folga, descanso. Neste caso seria uma pausa escolar motivada pela Lei de 13 de maio de 1888

Com relação à textualidade nos periódicos impressos em forma de jornal, sobretudo, referentes às comemorações a partir do 13 de Maio, denominamos de *festas da Abolição*. Atentamos ao fato de que nestes impressos, “o tom da escrita é conservador e os textos deixam claro que a maior preocupação do periódico é com as possibilidades de as classes dominantes manterem-se no poder, em detrimento da classe inferior do ponto de vista material” (Santos, 2016, p.32).

Essa preocupação nos demonstra o cuidado que se deve ter com os sujeitos produtores dos discursos presentes nos jornais, uma vez que isso nos ajuda a pensar sobre as suas participações individuais e em grupos nas festas e os seus posicionamentos políticos e sociais sobre o evento da Abolição.

As festas, fossem elas religiosas, cívicas ou profanas constituíram uma marca no calendário social das vilas e cidades do Brasil colonial e imperial. Assumindo múltiplos sentidos dentre os quais permitiram que o distanciamento e a formalidade da vida social brasileira fossem rompidos e reconfiguradas através das motivações desses festejos.

Eram momentos propícios para que os laços comuns, a sociabilidade e a solidariedade se manifestassem no seio da sociedade brasileira. A festa, como evento em si, não possui um único sentido e nem mesmo uma só direção. Ela possui uma multiplicidade de usos, de sentidos e intenções, sobretudo, religiosos e políticos, além de se apresentar como um momento esperado, desejado, carregado de sentimento de tensão e alegria na expectativa de um “*outro mundo*”, de espaço e de um tempo diferente do cotidiano, no qual as pessoas que dela participam investem os significados de suas vivências.

Sendo assim, entender e analisar as festas em si, como um acontecimento vivido por uma coletividade, significa compreender como nesses atos de festejar encerram-se vários significados e que tem uma multiplicidade de sentidos, bem como o significado que as *festas da Abolição* mantiveram com as circunstâncias do fim da escravidão.

O ritual e a sua simbologia do festejo, mesmo que desprovidos de uma regulamentação, têm muito a dizer aos historiadores. Não iremos apenas narrar essas *festas*, mas também buscar compreender os comportamentos a elas ligados, as representações coletivas que elas encerram, a sua ressonância social e a *cultura política* delas apreendidas.

Nesta abordagem, a festa da Abolição está sendo compreendida como uma variável da *cultura política* passando a ser vista como um momento em que “*um grupo ou coletividade projeta simbolicamente sua representação de mundo*”⁷. No nosso interesse sobre este objeto

⁷ VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.247.

procuramos refletir sobre a maneira como o 13 de Maio mobilizou a cidade e como se constituíram os momentos especiais de comemoração nos espaços públicos de São Luís oitocentista.

O termo *festejo* como esclarece Castro (2012), ao referir aos festejos populares como manifestações culturais provenientes de eventos sociais, religioso, econômico ou políticos que constituem elementos importantes na transição de papéis sociais e na ruptura do cotidiano urbano, é um ponto chave para esta análise, até porque é exatamente com a palavra *festejo* que os jornais denominam as festas da Abolição.

O festejo tenciona a rotina dos espaços públicos que permitem a ludicidade como uma estratégia para os sujeitos, no contexto desta temática de datas comemorativas sobre a Abolição. Os festejos, os cortejos e as procissões sempre aglutinaram grande contingente populacional, permitindo a aglomeração e criando oportunidades para formas diferenciadas de apropriação do espaço público. Esses festejos serão apreendidos e compreendidos a partir da categoria da *cultura política*.

*Cultura política*⁸, segundo Giacomo Sani são “o conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos” (SANI, 2000, p. 306).

Nesse sentido, envolve desde as práticas cotidianas mais simples até as mais complexas como a elaboração de leis resultantes de motivações meramente políticas, fundamentadas por ações de grupos e de indivíduos. Nestes espaços ponderamos a existência de variações dos comportamentos e expectativas que tenham o político como causa, podendo ser entendidos através deste conceito analítico.

A importância do conceito de *cultura política* está centrada na possibilidade de compreender/analisar as *ações políticas*, das mais variadas formas e contextos, e como as suas motivações são influenciadas pelas crenças, mitos ou ainda pelo valor das tradições sociais de grupos e/ou indivíduos envolvidos, pois, no caso específico deste estudo, os *festejos da Abolição*, são entendidos como uma *ação política*, ocorrida na capital da província do Maranhão.

Atentamos para afirmação de Serge Bernstein de que a *cultura política* é forjada, “no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos” (BERSTEIN, 1998, p.359). O referido autor ainda assevera

⁸Outras tessituras de conceituação podem ser encontradas, em Berstein (1998), Gomes (2005) e Motta (2009).

que “a cultura política corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e as grandes crises da história” (BERSTEIN, 2003, p. 354).

Com base nessa formulação acreditamos ser possível analisar como os sujeitos, os grupos e os movimentos organizados responderam ao fim da escravidão, a partir das comemorações festivas do dia 13 de Maio de 1888, em diversos espaços públicos da cidade São Luís.

Tomando como base essas formulações de Berstein (2003), entendemos neste estudo a existência de uma *cultura política*, como uma *ação política* enraizada no movimento abolicionista, que por sua vez, moldou atitudes, crenças, práticas sociais, ideias, posicionamentos políticos.

Manifestavam-se como um fenômeno de sujeitos específicos e também enquanto grupo social, pois, a *cultura política* pode ser apreendida como uma das estratégias de imprimir nos espaços públicos de São Luís as ideias de liberdades, bem como os ideais do movimento abolicionista.

Através dessa cultura denominada políticas formavam ainda os seus sentimentos e opiniões políticas que eram mobilizados em torno de um evento ou aspecto da sua cultura. Suas ações políticas eram orientadas graças às leituras de mundo, de passado, de futuro, e de uma sociedade ideal que a *cultura política* lhes fornecia, como bem aponta Berstein (1998).

Na apreensão dessa *cultura política* estaremos atentos também para a conjuntura política da província do Maranhão na qual se envolviam os grupos políticos – (liberais e conservadores) e sua relação com esses *festejos da abolição* sem perder de vista essas contextualização e análise das *textualidades* sobre os *festejos*, materializada nos impressos dos jornais provinciais.

No que tange a compreensão dos posicionamentos desses grupos e sujeitos frente à Abolição da escravatura e as festas comemorativas do 13 de Maio de 1888, a análise, acerca da ligação do impresso jornal aos grupos políticos, abriu caminhos para enfrentamento de questões de ordem política bem como da materialidade desses anúncios nos impressos.

Exemplo disso é o quantitativo de notícias acerca do fim da escravidão, que esses jornais trazem. Há toda uma tipologia de comemorações festivas e dos sujeitos que as publicavam dentre outros. Considerando da tessitura conceitual de *cultura política* praticado por Serge Berstein:

A cultura política [constitui] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose, uma

base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível, ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa, com grandes períodos do passado, uma visão institucional, que traduz o plano da organização política do Estado os dados históricos e filosóficos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como vêem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são produtoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante. (BERSTEIN, 1998, p. 350).

Com relação aos aspectos metodológicos de cotejamento das fontes aqui privilegiadas, para apreensão dos festejos em comemoração a Lei de 13 de maio de 1888, e seus múltiplos sentidos, a busca primeira foi pelas festas, em seguida por grupos até chegarmos aos sujeitos, separando e reagrupando as fontes entre jornais e ofícios de Presidente de Província.

No que se refere às fontes impressas e os dos ofícios de Presidente de Província tomaremos *os festejos* como parte de uma cultura política para dar conta da investigação do universo social, cultural e político em torno do fim da escravidão na sociedade imperial maranhense focando nas festas e atento aos diversos significativos acerca desse universo festivo. Fundamentando-se a priori pela produção historiográfica que versa sobre as festas no contexto da escrita histórica local, deparamos com uma inquietante lacuna, com bem já referimos.

Para a compreensão das festas e seus múltiplos sentidos nosso primeiro passo foi a análise conceitual da *feira* na historiografia, as teorias que a cercam e a designam; o significado que as festas representam em determinadas ocasiões; seu significado no tempo para a população que presenciava e participava desse *universo festivo*.

Analizamos nessa escrita o significado das festas, seu significado político e ao mesmo tempo como se procedia a sua organização e qual importância do processo de criação e da realização dos festejos da Abolição para a população maranhense oitocentista.

Esses *festejos*, grosso modo, não mostram todas as suas facetas. Foi necessário um olhar apurado para poder apreender o que se deseja da documentação que é utilizada na pesquisa, o que Certeau chamou de trato com as fontes, o gesto de *separar, reunir, copiar, transcrever, ou fotografar* os objetos. Nosso objetivo nesse trato das fontes foi justamente analisar a materialidade delas, levando em consideração que para historicizá-las deve-se estar atento as suas condições materiais e técnicas de produção.

O mapeamento dos anúncios e notícias dos *festejos da Abolição*, bem como os sujeitos e grupos que dela participavam direta ou indiretamente foram de fundamental importância para dimensionar a repercussão desses festejos e o grau de envolvimento de cada indivíduo, grupo, associações e instituições nesta cultura festiva nos espaços público da cidade.

A aproximação da *microanálise* e *jogos de escalas*, indicados por Jaques Revel (1998), se configuram igualmente relevante para está análise. A redução de escalas, assim como suas características de idas e vindas entre contextos mais amplos relacionados a contextos mais específicos tem ajudado a pensar os *festejos da abolição*. Neste sentido nos permite dialogar com a historiografia brasileira sobre o tema não perdendo de vista grupos e sujeitos envolvidos nestes festejos.

A historiografia sobre as festas da Abolição tem centrado na apresentação dos atos festivos e sua organização com pouca atenção aos sujeitos presentes e a frente desses *festejos*, esse é um aspecto contemplado nesse estudo. Em nossa abordagem esses sujeitos não estão desprovidos de suas crenças e valores sociais e políticos adquiridos ao longo de suas trajetórias de vida e, mesmo a festa objetivando sentido “único” de festejar configuram como pretexto de expressão das ideais dos seus organizadores.

A partir do manuseio do conceito de festa como um momento de “*expressão de múltiplas vontades, com várias direções e possibilidades de escolhas*”⁹ almejamos pôr em relevo a cultura política na tentativa de não reduzir essa análise ao mero movimento de se confraternizar e festejar em seu sentido unívoco.

Como destacou Natalie Davis, “as comemorações possibilitam tanto a formação de identidades como a reivindicação de espaços e de direitos, levando em consideração também o compartilhamento de valores e níveis diversos de crítica social” (1990, p.90).

As análises das festas sejam elas da Abolição, pós-Abolição, cívicas ou religiosas devem estar atentas a uma determinada cultura que pretende traduzir unidade de gestos e símbolos, mas que no fundo sempre tem como componentes níveis de distorções de comportamentos, reinvidicações e até mesmo conflitos internos e externos.

Sendo assim, as festas, mais do que um espaço de trocas simbólicas, definiriam a um adensamento destas trocas no espaço, daí, consideramos importante compreender esse espaço público festivo. O espaço delas será, necessariamente, eclético, polissêmico, aberto, articulador dos diferentes atores que dela participam. Não podemos negar que a festa pressupõe a existência de uma alegria coletiva ou de uma confrontação com instâncias materiais.

Entende-se por espaço público, no contorno desse trabalho, aquele de acesso irrestrito, no qual as pessoas realizam atividades individuais ou em grupos (Lynch, 1980) e que podem ter várias formas e assumir diferentes nomes tais como, por exemplo, rua, praça, parque, largo, jardim público, entre outros, mas sempre com funções em comum.

⁹ THOMSPON, E.P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 366.

O espaço público tem uma função e esta pressupõe um uso, pois, a essência do espaço público está na forma como este é utilizado pelos sujeitos e grupos, ou seja, das práticas que possa acolher, que torna possível ou até favorece, podendo a sua forma, favorecer ou inibir essas práticas. Este uso já não se faz só em função das dimensões objetivas de transeunte dos indivíduos, mas, cada vez mais incorporam outros aspectos mais subjetivos, como as motivações, as aspirações e os valores dos indivíduos.

Este estudo das *festas da Abolição* teve como objetivo geral identificar quais os grupos e sujeitos as organizavam e quais as suas motivações. Para isso, foi necessário mapeá-los os tanto nos manuscritos como nos jornais, e narrar as festas desde a sua organização até a sua realização, atentando para os lugares em que aconteceram.

A partir das características dos referidos grupos, ou sujeitos envolvidos e dos percursos das festas, foi possível apontar para os significados que foram atribuídos a Abolição e de que forma estão impressos em cada festa e modos de comemoração, em cada discurso, em cada missa.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro intitulado *As tessituras das festas na história do Brasil*, onde são analisadas as peculiaridades de alguns dos trabalhos que vêm sendo publicados acerca deste tema no Maranhão e em outras partes do Brasil, possibilitando a localização desta pesquisa em meio as que já existem e tomando-as como exemplos, afinal indicam caminhos teóricos e metodológicos a serem trilhados.

No primeiro tópico deste capítulo, *As tessituras das festas na história do Brasil*, foram citados algumas publicações acerca das festas de natureza diversificada identificando o quão minucioso deve ser o olhar sob essa temática, pois nas frestas, no silêncio e no não dito podem estar contidas respostas preciosas indicando a real motivação para participação de grupos sujeitos, além de tensões e conflitos ou destes que podem ser reveladas.

O segundo tópico, *As vivências festivas no Maranhão* teve o intuito de identificar como essa temática vem sendo discutida, revelando que o lugar de onde parte este trabalho dissertativo já se preocupa em pesquisar as festas. Os trabalhos ainda podem ser considerados poucos, porém os que já estão disponíveis são de extrema relevância, pois tratam de símbolos, identidades, grupos, e festas religiosas que caracterizam o Maranhão.

No segundo capítulo, “*Brazil livre, treze de maio*”, a cidade e os grupos ganham centralidade, pois é a partir deles que será possível familiarizar-se com festas e com os sujeitos.

No tópico denominado *O cenário da festa: a cidade de São Luís na segunda metade do século XIX*, são destacadas características da cidade referentes a sua economia, a questões

políticas e a cultura, buscando aproximação do cenário onde ocorreram as festas da Abolição. Este espaço é de profunda relevância, pois, foi nele que vários conflitos em torno da escravidão ocorreram, é o mesmo que dar lugar as festas em comemoração a Abolição.

No tópico seguinte deste capítulo, *Grupos, instituições e Abolição*, foi possível identificar as formas de atuação destes naquela sociedade e como se organizavam lançando olhar acerca da relação deles com a questão da extinção da escravidão no Brasil.

O terceiro capítulo tem por título “*Não há mais escravos*”, nele adentramos as festas e nos seus aspectos mais específicos, narrando cada acontecimento e nos aproximando das manifestações festivas dos sujeitos em cada espaço e grupo.

No tópico 3.1 é descrita uma passeata que ocorreu dia 11 de maio e no 3.2 o dia 13 e suas comemorações também são relatadas, nos tópicos seguintes é possível compreender como se deram as festas de alguns grupos como Associação Comercial do Maranhão, estudantes, Câmara Municipal, mulheres, trabalhadores, irmandades e libertos, além de ser ressaltado alguns conflitos.

Logo em seguida, no tópico, *Os festeiros: breves apontamentos biográficos*, os sujeitos aparecem com suas redes de relacionamentos e sua atuação social seja na religião, política, na área militar, jurídica, imprensa, economia, educação ou mesmo na arte. Através desta construção foi possível mergulhar um pouco mais neste universo festivo e analisar as intenções destes grupos e sujeitos ao realizarem todos estes dias de comemorações.

CAPÍTULO I: A FESTA COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO DA HISTÓRIA

Iniciar esta escrita sobre a festa como objeto da investigação historiográfica nos força a atentar para uma advertência de Durval Muniz de Albuquerque Júnior¹⁰, de que “por muito tempo os historiadores ignoraram as manifestações festivas”, priorizando nessa historiografia *as comemorações cívicas*, ou seja, as datas que se tornaram significativas para a história da Nação. No processo de invenção desta nação, os *calendários festivos* ganharam centralidades, pois o ato de comemorar constituía estratégia de propagação de *laicização do Estado*, entrando na cena pública após a Revolução Francesa.

Nas cidades brasileiras, as *festas* sempre se fizeram presentes desde o período colonial. Enquanto fenômeno social e manifestação cultural, a festa simboliza os costumes, as crenças, mas também o poder econômico, político e social e as diferenças sociais. A literatura indica que a *festa* acompanha o homem em todos os tempos e sociedades, portanto sempre esteve presente na história da humanidade.

Albuquerque Junior (2011) pondera, ainda que o calendário das *festas nacionais e cívicas* surgiu como substituto do *calendário de festejos* de caráter religioso-festejos católicos, de santos, santas, padroeiras e padroeiros. Tomar a *festa* como objeto justifica-se porque ela integra a história da humanidade e, portanto, a história da cidade. Em todo o tempo, desde a Antiguidade, as cidades tiveram suas festas e elas compunham a vida dos seus habitantes também na ritualidade do festejar.

Normalmente, entende-se por *festa* o fenômeno social que possui regras, leis e uma lógica própria que é identificada à cerimônia, ao lúdico, ao extraordinário. De acordo com Mikhail Bakhtin (1987, p.7), as “festividades (qualquer que seja o seu tipo) são uma forma primordial, marcante, da civilização humana” e que sempre tiveram um “sentido profundo”, um “*conteúdo essencial*” expressando sempre uma “*concepção de mundo*”.

Para o referido autor, os eventos como morte e ressurreição, alternância e renovação sempre estiveram na origem das festividades, pois “[...] são precisamente esses momentos — nas formas concretas das diferentes festas — que criaram o clima típico da festa” (BAKHTIN, 1987, p.8).

Compreender a festa como algo dinâmico e de sentido multifacetado, político, cultural e econômico torna-a um objeto de investigação da história, pois é possível lançar não apenas um olhar macro sobre ela, mas também outros olhares, leituras e interpretações de suas

¹⁰ Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar. In: *Memória e Patrimônio* UNESP – FCLA–CEDAP, v.7, n.1, p. 134-150, jun. 2011.

tipologias festivas quanto à natureza, significados e personagens envolvidos considerando contexto de sua realização delas. No entendimento de Thompson (1998), a festa configura como:

Forma ritual de expressão de hostilidades entre seus participantes através da zombaria. Através de uma festa pública eles organizam assim seus laços de solenidade e diferença, fazendo da festa um canal de comunicação e embate social. (THOMPSON, 1998, p.302).

Nas últimas décadas as festas vêm despertando a atenção de pesquisadores de diversas áreas, entre elas, a Sociologia, a Antropologia e a História, e desta forma vêm se consolidando como objeto de investigação, com análises em diferentes perspectivas.

Como um dos aspectos da vida humana, elas possibilitam ao pesquisador refletir, por exemplo, a respeito da cultura material, imaterial, identidade e memória, paralelamente relacionando a contextos em que foram gestadas, possibilitando acesso não apenas a sentidos únicos que poderiam pretendiam produzir o organizador da festa, mas também a conflitos e sentidos múltiplos para cada grupo em uma mesma festa.

Cada pesquisador dependendo da sua área de atuação lança um olhar sobre aspectos específicos de uma *festa*. Como manifestação coletiva, por exemplo, é marcada por uma multiplicidade de significados no meio social em que está inserida. Além de quebrar a rotina, também refletem o cotidiano, pois como práticas culturais estão em constante reformulação.

Os historiadores, mediante a especificidade da pesquisa histórica, têm-se debruçado sobre a leitura, escrita e interpretação das *festas* como objeto de estudo da história, pois como práticas dinâmicas elas não se mantiveram estáticas e congeladas no tempo, foram se reinventando e sendo ressignificadas, algumas, até se extinguindo.

Como memória as *festas* são construídas pela relação com o outro. Assim, também são os espaços identitários, pois, conforme Pollak (1989), a memória “é um elemento constituinte do sentimento de identidade”, constituído no contexto do grupo que organiza e festeja podendo estar permeado da tensão do grupo que representa e também dos que estão fora dele.

A identidade tem sua referência no contexto social e nos diferentes grupos nos quais o indivíduo está inserido. Assim sendo, num processo de inclusão e exclusão, há que se considerar sempre que “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, e em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros” (POLLAK, 1989, p. 204).

Conforme já referimos, a construção dessa identidade é feita a partir das tensões internas ao grupo, dos discursos que prevalecem entre o grupo e o indivíduo, e com as tensões externas,

que diferenciam um grupo do outro. O processo de formação da identidade e da memória é contínuo, ou seja, o indivíduo está sempre modificando a maneira como representa seu passado e como representa a si mesmo, a partir do seu presente e do seu meio social.

Assim sendo, tomamos a *feira* como espaço eficaz em “aglutinar as pessoas em termos de vivências coletivas” (CARVALHO, 2008, p.149), que unifica e uniformiza a identidade social de um grupo de indivíduos, constituindo a memória dessa comunidade sobre as feiras. A historiografia das feiras da Abolição foi que deu base a esta análise, especialmente na produção sobre as memórias festivas no Maranhão.

1.1. As tessituras das feiras na história do Brasil

O estudo das *feiras* como objeto de interesse da história ainda é considerado recente, como evidencia a produção sobre esta temática na historiografia. Em um levantamento sobre esta produção levando em consideração as mais recentes publicações que privilegiam as diversas tipologias das feiras ocorridas no Brasil, seja na colônia, império ou república, as feiras têm sido objeto de particular interesse dos historiadores e demais estudiosos, no que tange principalmente às manifestações de sociabilidade.

Em uma análise sobre a produção historiográfica brasileira sobre o estudo das sociabilidades, Caio Boschi (2006) pondera que as feiras aparecem em relevo uma vez que a “elas tem atribuído realce aos aspectos exibicionistas, espetaculosos e exuberantes dos eventos. Poucos são os textos que, explorando o caráter frenético e alienante das feiras, busca apreender e analisar a ideologização nelas contida e por elas expressa (BOSCHI, 2006, p.209).

O referido historiador ilustra sua ponderação relativa a outros estudos como, por exemplo, o de Íris Kantor (1996) que “debruçar-se sobre o sentido do pacto festivo”, os de Rodrigo Bentes Monteiro (2001) e Luciano Raposo Figueiredo (2001) que procuram estabelecer o “embricamento entre ocasiões de júbilo coletivo, revoltas e motins e relações do poder”; o de Mary Del Priore (1994) com foco na relação simbiótica Estado-Igreja, tendo como objeto as *feiras coloniais* evidenciando as “*brechas de resistências, transculturalidades e utopias*” e também o de Marina de Mello e Souza (2002) com a sua história da *feira de coroação de Rei Congo* no qual toma a feira como espaço de sociabilidade e de revitalização dos padrões culturais africanos no mundo colonial brasileiro.

Todas essas pesquisas acerca das feiras priorizam uma análise do viés político, destacando papel no sistema colonial e dos modos de festejar desmarcado nas tensões sociais. Boschi (2006) considera que essa historiografia sobre as feiras neste período tem atenção particular da produção histórica, sendo fundamental para compreensão do espaço colonial, dos

laços coletivos e comunitários, no contexto urbano, já que se trata das festas urbanas, com certo silêncio sobre as festividades rurais.

Nesse balanço historiográfico do tema-objeto festa há que considerar aquelas de cunho religioso como é o caso das analisada por Lisboa (1992), Abreu (1999), Tinhorão (2000), Moreira (2003), Abreu (2006), Serra (2009), Abreu (2011, 2012), e Oliveira (2016). Dentro de cada um destes estudos vigoram análises que também a colocam como espaço de sociabilidade mesmo diante das diferentes faces da festa religiosa e seus significados.

Outro tipo de festa que se tornou foco de análise em seus vários significados foi o carnaval. Entre os pesquisadores que se propuseram a esta análise se destacam Da Mata (1997), Martins (1998), Cunha (2001), Nepomuceno (2001), Souza (2002), Cunha (2002), Pereira (2004), e Silva (2015).

Nessas análises, o carnaval é realçado como festa da diversidade e das tradições, não deixando de mostrar o modo de festejar caracterizado por certa malandragem, encontros, desencontros e a repressão. Algumas dessas produções direcionam o olhar para as frestas dentro da festa do carnaval, procurando perceber e analisar os significados embutidos nas festas de carnaval.

Compõem esse conjunto de estudo as *festas* as *cívicas* que também têm merecido a atenção da historiografia, como se observa nos trabalhos de Albuquerque (1999), Chamon (2002) e Brasile (2006). Entre os vários aspectos que mereceu a atenção desses estudiosos a análise do sentido macro dessas festas, acompanhado de certa algazarra, sentidos também político-partidários, participação de trabalhadores, estudantes, e vários outros grupos sociais.

João José Reis (1991) em sua obra *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX* revela as tensões, onde as comemorações festivas servem como instrumento do Estado para controlar a vida das pessoas. Nesta mesma linha de estudo, Santos (2011) em *Das Festas aos botequins: Organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850)* faz essas análises no contexto social de Recife. A autora caracteriza estas festas como momentos de divertimentos, mas também de tensões. Com relação à apreensão do termo festa enquanto conceito é necessário um primeiro alerta levantado por Guarinello (2001), no que tange a sua caracterização. Ele afirma que:

Algo nos diz que uma festa deve unir diversão e alegria com um comportamento coletivo, mas nem toda diversão é uma festa, mesmo que seja coletiva. Passear no parque aos domingos, assistir à novela das oito, são comportamentos coletivos e prazerosos, mas não constituem festas, em qualquer dos sentidos à disposição do senso comum que parece, assim, ser incapaz de nos dizer o que é uma festa. Festa, com efeito, não é um termo neutro, mas o centro de uma polêmica; sua definição mexe

conosco, com nossos valores nossa visão de mundo, frequentemente, julgamos, criticamos, analisamos as festas que nos cercam, disputando seu sentido. A própria definição social de festa é, assim um palco no qual se defrontam diferentes interpretações do viver em sociedade (GUARINELLO, 2001, p.969).

Em que pese a polissemia de sentidos e interpretação sobre o que é uma festa, a dinâmica e função social configura uma marca. Qualquer que seja ela, por mais que tente produzir uma unidade de sentido deve encarar a possibilidade real de produção de sentidos contrários aqueles a que pretendeu.

A festa é, portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo o produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade, festa é um pouco de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes. (GUARINELLO, 2001, p.972).

Operar com um conceito lato de festa, no sentido de tentar fazer com que este venha dar conta de todas as ideias sobre ela mesma, é complexo. Exige demarcar, *a priori* como estão sendo apreendidas e entendidas, por exemplo, as festas no Império já que são diferentes das da Colônia, no que tange aos seus sentidos, função e modo de festejar, por exemplo.

A festa, como nos indica Guarinello (2001), é de fato parte do cotidiano. É um produto dele, assim sendo, tem interferência direta dos sujeitos nela envolvidos e, os de fora dela, quanto aos interesses em jogo. Compreendemos então que as festas da Abolição, objeto de nosso estudo, também são um fruto de ocorrências do cotidiano circunscrito ao fim da escravidão e o início de constituição de um novo cotidiano como justificativa para festejar.

No que tange ao nosso interesse de estudo, as festas da Abolição, as circunscreveremos no âmbito das festas cívicas somando aos trabalhos sobre as festas que se utilizaram dessa abordagem, como os de Mata (2002), Fraga (2010), Abreu (2011), Moraes (2012, 2013) Santos (2016). A produção historiográfica sobre as festas em torno da Abolição, entretanto ainda é diminuto.

Esse caráter motivacional de celebração da liberdade difere daqueles presentes em festas de cunho religioso. Os *festejos da abolição* são *festas cívicas*, que partem de um feito que teve grande impacto, “É produto da realidade social e, como tal, expressa ativamente essa realidade, seus conflitos, suas tensões, suas censuras, ao mesmo tempo em que atua sobre eles” (GUARINELLO, 2001, p.970).

Referindo-se a festa cívica, o estudo de Mona Ozouf (apud CERRI, 2003), a caracteriza como um rico momento ritualístico no qual é possível apreender tanto os discursos quanto a propagação para dar a forma de unidade ao coletivo nacional. No que tange as fragilidades e as tensões internas que permeiam essa premissa há que se considerar que se trata do ato de comemorar que tem força de domar ou de suspender indefinidamente os conflitos. Alerta a referida autora, que o objeto comemorado não é homogêneo. No âmbito desse trabalho o objeto a ser comemorado é a Lei de 13 de Maio de 1888, início de um marco que se inserirá na cultura festiva cívica como data de comemoração histórica.

Luis Fernando Cerri (2003), analisando as *festas nacionais* afirma que a “*data estabelece sentido*” e, na narrativa histórica, ela –a data – estabelece o período que passa a funcionar como o:

Marco de fronteira, para a definição do território, tanto a representação visual do território da nação (ROBIC, 1989) quanto a definição do de sua existência, são símbolos de massa e / ou lugares de memória, pelos quais passa a identificação entre o indivíduo e a coletividade. (CERRI, 2003, p. 2011).

Mais do que memória, as *festas cívicas*, através do seu ritual cívico, se apresentam como *revivência e recontecimento* por isso a importância dos símbolos e os gestos nos *modos de festejar*.

Os sentidos atribuídos às *festas* passaram por mudanças impostas pelos contextos históricos e políticos. No período imperial os atos de festejar não serão os mesmos do período colonial, logo esses interesses e sentidos podem ser refletidos desde a forma de organização delas às maneiras de realizá-las, sem perder de vista os desejos e as ações dos sujeitos nelas envolvidos.

Na colônia as festas adquiriram sentido mais amplo e mesmo inovador. Em primeiro lugar, para que a exploração, produção de riquezas se concretizasse, uma ampla teia de mediações fazia-se necessária. Era preciso reiterar os padrões de dominação, os vínculos de solidariedade a unir a população para cá transplantada, baseados no poder da Coroa e da Igreja. As festas permitem o encontro, a visibilidade, a coesão dentro das comemorações, que recriam padrões metropolitanos, dando-lhes a identidade desejada, trazendo o descanso, os prazeres, a alegria e introjetando valores e normas na vida em grupo, partilhando sentimentos coletivos e comunitários. (FERLINE, 2001, p.450).

Ao ler, interpretar e escrever sobre a história da festa no período colonial Ferline (2001) analisa folguedos, feiras e feriados e suas relações com aspectos socioeconômicos das festas no mundo do trabalho, ressaltando como elas assumem caráter pedagógico de reafirmação de

valores. Esse tipo de abordagem das festas aparece como marca em outros trabalhos que se dedicam a investigar as festas nesse período.

O papel das festas no Brasil definitivamente seria alterado por contextos, sujeitos e novos interesses. Se na Colônia, havia necessidade de agrupar sujeitos distintos e reafirmar posições, no período do Império cabe refletir qual seria a função das festas nessa fase da história política do Brasil, frente à invenção da nação, de uma nacionalidade e de um cidadão.

Das abordagens historiográficas sobre esse tema-objeto no período oitocentista, no que diz respeito ao ato de festejar e sua natureza, os trabalhos se voltaram para as festas religiosas e seus interesses, como o trabalho de Martha Abreu (1999, p.38), no qual ressalta que “as festas são sempre recriadas e reapropriadas, contendo as paixões os conflitos, as crenças e as esperanças de seus próprios agentes sociais”, pois como expressão cultural de múltiplos sentidos, as festas dão acesso a ambientes múltiplos e coletivos nos quais transitam grupos, sujeitos, ideias, vontades, concordâncias e discordâncias.

Desta forma, o historiador no meu modo de ver encontra dois grandes desafios: pensar os significados e mudanças das festas em sua própria historicidade, mas, sobretudo, compreender a dinâmica relação das festas com a experiência dos homens e mulheres que as tornaram, em qualquer época e local, autênticas e concorridas. (ABREU, 1999, p. 38).

No contexto do Império a festa, bem como os atos de festejar, continuam muito presentes. O cotidiano secular é marcado por mudanças de sentido que vão cada vez mais ganhando centralidade nessa cultura festiva oitocentista. As festas de caráter cívico, no qual inserimos os festejos da abolição organizados e na cidade de São Luis no final do período Imperial fazem parte desse contexto.

Como bem pontuou Schwartz (2001, p.611) “as festas no império não eram exclusivamente oficiais, ao contrário, na maior parte do ano, os rituais populares enchiam de cores o Império”. Se por um lado tanto as festas cívicas quanto as religiosas (majoritárias no Brasil) levam o povo para as ruas, elas podem assumir, também, sentido pedagógicoconstituente de um interesse da nação, como também de modos ccivilizacionais de comportamento de corte e de lugares sociais na contextualização da cidade.

A observância do contexto histórico pesa na apreensão e análise dos elementos que são essenciais para a compreensão das festas, entre eles as formas de organizá-las, o caráter de cada uma, os interesses dos grupos, o período no qual está se realizando e os sujeitos envolvidos.

Trazer o conceito de cultura política na apreensão dos festejos da Abolição em comemoração à Lei de 13 de Maio de 1888, além acrescentar para essa escrita os sujeitos

envolvidos nesta festa cívica, permite indicar suas relações e interesses políticos sem perder de vista que a festa tem a função produzir um *habitus* individual e de grupo, que neste caso seria a tentativa da construção de uma nova ideia de liberdade.

Nos estudos sobre festa realizados por Cunha (2001; 2002), que resultaram nas obras *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920* e *Carnavais e outras f(r)estas. Ensaio de história social da cultura*, a autora alerta para a necessidade de se investigar os sujeitos envolvidos e os participantes dessas festas que devem esclarecer dimensão coletiva desses eventos. Assim, as suas tensões problematizam a falsa ideia de uma unanimidade durante o ato de festejar. Para a autora, a festa evidencia um diálogo social tenso e intenso.

A busca deve ser por tensões e conflitos e não por sentidos únicos e estanques, apesar de haver nelas um sentido imposto pelo organizador, pois, acontecem também sentidos atribuídos pelos participantes. Eis aí uma tensão. Diante disso, os festejos da abolição trazem as marcas da natureza de cada grupo e sujeitos envolvidos, no que tange a atribuição e a simbolização dos atos de festejar. A Lei de 13 de Maio de 1888 está exatamente entre o ato de comemorar e o jogo político de sua celebração.

Extrapolando o sentido de o simples festejar, Cunha (2001), se propõe analisar o carnaval para além daquilo que significa unicamente, uma vez que toda festa dispõe de significados múltiplos que devem ser desnaturalizados e traduzidos, levando em consideração aspectos que não podem ser vistos numa perspectiva superficial de análise. Conforme a autora:

Em vez de buscar na folia a expressão nacional, cabe esmiuçar as dimensões de classe, raça, gênero e todas as demais variantes que dissociavam os grupos mutáveis de indivíduos que disputam espaços a cotoveladas nas estreitas ruas do Rio antigo. Escutar, entre outras palavras, a variedade dos significados que emitiam. (CUNHA, 2001, p.16).

Ao fazer esse tipo de análise, que privilegia a variedade de significados, a autora nos apresenta um dos caminhos a ser percorrido, ou seja, uma das possibilidades da leitura das festas que contemple uma escrita e interpretação mais complexa, que tem um olhar atento para questões que podem estar sendo encobertas no fato de a folia ser compreendida como expressão nacional de divertimento.

Somente uma postura mais questionadora, tanto dos elementos que compõem a festa como dos sujeitos que dela participam, possibilita um mergulho mais complexo em torno das

motivações e dos possíveis conflitos que são encobertos pela ideia de participação de todos em uma perspectiva única.

Os estudos de Cunha (2002, p. 12) são um exemplo de uma postura questionadora a que já referimos, pois nos oferecem um caminho analítico das festas, quando afirma que “ênfatizando a diferença mais que a continuidade, estas análises perseguem os sujeitos, inocentes em relação a este nosso olhar curioso e perscrutador”.

Assim o olhar do historiador que tem a festa como tema-objeto não pode fugir da apreensão dos múltiplos sentidos. Estes muitas vezes são escondidos pelos organizadores, a fim de que a ideia de simples confraternização prevaleça.

Perscrutar uma festa, perseguir e interrogar não somente grupos, mas também o sujeito envolvido se torna indispensável para compreender o sentido da festa fora daquele que tenta produzir e divulgar como sendo único; “a aguda observação do historiador, no entanto, desvenda coisas bastante diversas nas práticas comuns e na maneira de encará-las em seu próprio tempo para enfatizar a historicidade destas festas” (CUNHA, 2002, p.15).

As práticas comuns devem ser vistas com certo grau de desconfiança, pois nelas podemos encontrar elementos que caracterizam diferenças e podem ser chamados de tensões ou conflitos, dependendo da forma como estão relacionados com o sentido mais amplo da festa, principalmente se voltarmos nosso olhar para as festas cívicas. Estas têm espaço na historiografia com foco, muitas vezes, nos desvios cômicos, intrigantes ou dotados de trocadilhos.

A produção intitulada *Algazarra nas ruas: Comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*, da historiadora Wlamyra Albuquerque, analisa as ruas não apenas como um cenário de ordenamento social, mas como espaço de festa que é possuidor de múltiplos significados, como a algazarra presente nas festas cívicas, objeto de investigação da autora, atenta aos sentidos ou papel de cada sujeito e agente e de cada grupo dentro da festa.

As disputas em torno do sentido da festa eram também em torno de valores e hábitos urbanos numa sociedade de conflitos e tradições escravistas, mas também composta de indivíduos que refaziam, contestavam e expunham seu lugar naquele mundo. Na algazarra das ruas, sobressaíam arranjos próprios a uma sociedade bem diversa em suas referências culturais. Comemorando no espaço público a multidão que parecia ser tão homogêneas nas intenções cívicas deixava mostrar em seus hábitos, atitudes e projetos uma pluralidade de sentido de sentidos e valores sintetizada num civismo peculiar. (ALBUQUERQUE, 2002, p.196).

Com relação às festas da Abolição inseridas no rol das comemorações cívicas, consideramos ser pertinente a perspectiva de leitura e interpretação desse tema-objeto indicado

por Albuquerque (2002), no qual demonstra os conflitos e as tensões, estes são referidos como frestas.

Seguindo essa linha interpretativa, está Renata Figueiredo Moraes com a tese de doutorado intitulada *As festas da Abolição: o 13 de Maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)*. Este trabalho nos ajuda pensar duas questões relevantes para construção desta pesquisa, o caráter cívico e os tipos de festas do 13 de maio de 1888.

Na contramão da diversidade própria de qualquer festa, neste caso percebemos de forma ainda mais clara a tentativa de fazer desses eventos um meio de ensinamento de ordem cívica e do amor a pátria. Para isso são utilizados símbolos capazes de representar univocamente todos os participantes do evento, como se estes fossem capazes de resumir suas lógicas e aspirações —algo que ocorreu efetivamente tanto em 1888 quanto nos anos seguintes, quando as autoridades públicas tentam fixar uma memória nacional a partir de monumentos e outros objetos que demarcassem de forma clara o sentido da festa. (MORAES, 2012, p.21).

Há que se considerar no estudo de Moraes (2002), as trilhas e leituras realizadas por pela autora que também voltou sua atenção aos significados dessa festa no Rio de Janeiro.

Diante de tamanha dinamicidade sobre a festa, a celebração pelo treze de maio também passou a ser apropriada pelos historiadores do pós-abolição, que analisaram a data para além das festas realizadas na Corte. Ao estudarem essas manifestações confirmaram sua importância para grupos sociais diversos daqueles encontrados na capital do Império ou da República. O estudo das festas na Bahia mostra que abolição foi celebrada como um complemento da liberdade conquistada em 1823, quando as tropas portuguesas foram expulsas da província. (MORAES, 2012, p.21).

Entre os pesquisadores que tem se dedicado a este tema e que tomam o Rio de Janeiro como ponto de partida para suas reflexões estão: Miranda (1999), *Maio de 1888; Poesias distribuídas ao povo no Rio de Janeiro em comemoração ao 13 de maio de 1888*, Batalha em “Centro Tipográfico 13 de maio”. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos de 1920, militantes e organizações* (2009); Moraes (2007 e 2012) com sua dissertação e tese *Os maios de 1888: história e memória na escrita da abolição. O caso de Osório Duque-Estrada e As festas da abolição: o 13 de Maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908)* respectivamente; Abreu e Dantes (2011) com o estudo “*É chegada a hora da negrada bumar*” *comemorações da abolição, música e política na primeira república e* Nepomuceno (2011), *Carnavais da abolição. Diabos cumcubis no Rio de Janeiro (1879-1888)*.

Há ainda a produção acerca da Bahia com os estudos de Mata (2002), *Os trezes de Maio: polícia e libertos na Bahia pós Abolição (1888-1889)* e Albuquerque (2009), *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil. Fraga (2010) o 13 de maio e as*

celebrações na Bahia, 1888-1893. Estes trabalhos procuram compreender diferentes aspectos das festas e seus sujeitos bem como suas ações coletivas ou individuais. É inegável a importância destes trabalhos que oferecem elementos para construção de uma escrita da história das festas da Abolição no Brasil com possibilidade de apreender os sentidos de liberdade expressados por e nestes atos de festejar.

Assim como a escravidão a Abolição e as festas têm se consolidado como objeto da historiografia brasileira. As festas da Abolição precisam ainda se solidificar como tema de investigação.

É fundamental atentar para o fato de que a escravidão foi uma instituição forte que vigorou por cerca de 300 anos só sendo contestada juridicamente a partir de 1830 e de forma mais incisiva a partir de 1850 com proibição do tráfico internacional, posteriormente em 1871 com a Lei do ventre livre, e definitivamente em 1888 com a Abolição, apreender essas festas significa compreender os sentidos da liberdade no Brasil após o 13 de maio de 1888.

Definir parâmetros comuns na festa não parece ser o suficiente para compreender o papel que cada grupo ou indivíduo representou dentro desse contexto festivo. Apesar de considerar necessária essa primeira reunião de elementos produzidos pelas festas e por seus participantes que tendem a se mostrar comuns, pausar a análise neste ponto seria limitá-la, tomando-as na sua superficialidade e desconsiderando todas as possibilidades de investigação indicadas nas bibliografias sobre este tema-objeto.

Uma festa pode, com efeito, ser mais ou menos cooperativa, definir uma unidade mais ou menos consensual ou pode, por vezes ser, abertamente competitiva e conflituosa, quando não há consenso sobre como ela deva dar-se, quem deve produzi-la, como deve ser lida correndo o risco de desorganizar o sentido. (GUARINELLO, 2001, p. 973).

Os grupos que circulam nas festas são compostos de indivíduos que partilham de percepções de mundo que são responsáveis por esse agrupamento. As ações desses grupos bem como dos seus componentes são possíveis de forma semelhante por tomarem para si exatamente esse sistema de valores, de normas, de crenças apontadas por Bernstein (1998), isso tudo influenciado por leituras e aspirações do futuro.

A escravidão e as leis de afrouxamento que encaminham sua extinção resultando no seu fim completo foram sentidas de diferentes formas e isso está intimamente relacionado ao modo pelo qual cada grupo se relacionou com estes eventos. Nos *festejos da Abolição* tanto o passado como aspirações de futuro e as representações que a sociedade faz de si mesmo devem

ser analisados ainda que maneira mais geral, sem perder de vista aquilo que era considerado pelo grupo como um valor coletivo a ser respeitado.

A Abolição não era consenso em nenhuma das províncias, e nem poderia ser, pois ainda havia grupos integralmente dependentes da mão-de-obra escrava que não tinham simpatia por esta Lei. A leitura dos festejos da Abolição precisa analisar a atuação de cada grupo e indivíduo contido dentro dela, e até que ponto eles comungavam da mesma ideia, no sentido de serem favoráveis à Lei que extinguiu a escravidão no Brasil.

Os jornais, bem como os ofícios de Presidente de Província no caso do Maranhão, se lidos sem cuidado, revelam apenas o consenso em torno desta questão, essa leitura superficial poderia levar a constatações equivocadas sobre as festas.

Guarinello (2001, p.971) em seus estudos, centrado no termo festa alerta que na escrita sobre esse evento devemos procurar definir e circunscrever a leitura, escrita e a interpretação, de modo muitas vezes impreciso, uma forma de ação coletiva, muito peculiar nos seus aspectos gerais.

Tabela 1: Resumo das principais formas de leitura, escrita e interpretação de festas.

ASPECTOS GERAIS DAS FESTAS	
01	Elas são laboriosamente e materialmente preparadas, custeadas, planejadas, montadas, segundo regras peculiares a cada um e por atividades efetuadas no interior da própria vida cotidiana, do qual são necessariamente produto e a expressão ativa;
02	Envolve a participação de um determinado coletivo, seja ele a sociedade em seu conjunto, ou grupos dentro dela, com maior ou menor expressão ou força legitimadora, distribuindo-se os participantes dentro de uma determinada estrutura de produção e de consumo da festa, na qual ocupam lugares comuns e específicos.
03	Aparece como a interrupção de um tempo social, uma suspensão das atividades diárias que pode ser cíclica, como nas festas do calendário, ou episódica, como na comemoração de eventos singulares, implicando na concentração de atenção, dos esforços e dos artefatos dos participantes em torno do objeto específico.
04	Os festeiros articulam-se em torno de um objeto focal, que pode ser um ente real ou imaginário, um acontecimento, um anseio ou satisfação coletiva e que atua como motivação da festa, como seu sentido explícito, cuja comemoração ou a celebração constitui o <i>leimotive</i> , da festa e que, como tal, se esgota em si mesmo. Isto é, a reunião comemorativa que constitui a festa é seu próprio objetivo. O objetivo focal pode ser, assim, sagrado ou profano, antigo ou recente, pode estimular as mais diferentes sensações, como euforia, fé, liberação, constrição, superação, êxtase, etc. Tais

	distinções são irrelevantes para nosso fim. O importante é que o objeto focal funcione como pólo de agregação dos participantes, como símbolo de uma identidade que pode ser, mais ou menos, circunstancial ou permite.
05	Por fim, uma festa é uma produção social que pode gerar vários produtos, tanto matérias como comunicativos ou, simplesmente, significativos.

Fonte: GUARIELNELLO, Noberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp/ Imprensa Oficial, 2001, p.971.

As festas no sentido mais geral do conceito, que leva em consideração formas, ritos, grupos, personagens, intenções, instituições e função social têm sido na historiografia brasileira lida, interpretada e escrita de acordo com as especificidades de cada motivação festiva, talvez porque o conceito mais amplo de festa por vezes não consiga abraçar as especificidades de uma ou outra ocasião entendida como festa por algum pesquisador e que acaba escapando a generalizações do que ela seria

Tal generalização faria o 13 de Maio de 1888 parecer a tradução deste poder unificador, já que a festa supostamente teria de fazer a população se posicionar a favor deste momento e entendê-lo como uma necessidade para o Brasil. Isso pode ser analisado nos discursos que são proferidos a favor da Lei em forma de artigos que são publicados nos jornais que traziam títulos como *“A Gloriosa Lei que extinguiu o elemento servil”*¹¹

Fazer uma leitura das vivências festivas no Maranhão através das produções historiográficas local significa dar subsídio para saber o lugar das festas e dos festejos da Abolição objetivando dialogar com as publicações já existentes. É o que veremos a seguir.

1.2 Vivências festivas no Maranhão

Na Província do Maranhão, assim como em outros lugares do Brasil no Império, a ritualidade do cotidiano sempre foi marcada por um calendário festivo que desempenhava um papel que deve ser levado em consideração na vida social dos habitantes das cidades. Por outro lado, as festas nessas cidades passaram também a desempenhar um papel na política e na

¹¹ Pacotilha, 13 de maio de 1888. fl.2.

economia nacional promovendo significativas alterações tanto nos costumes quanto no espaço urbano. Multiplicaram-se os meios de diversão e as ideias perpassadas pelo discurso festivo.

Esses atos e modos de festejar pelos espaços da cidade é o que denominamos vivências festivas considerando-os como momentos em que parte da população se reúne na coletividade para viver momentos de forma agrupada em torno de um objeto focal, as festas, sejam elas de caráter religioso, cívico, carnavalesco, objetivando comemorar algo.

Apesar da escrita da história do Maranhão não ter grande quantidade de estudos sobre festas, pretendemos discorrer de que forma esse tema tem sido abordado na visão de quem escreve a partir dele, ou seja, o que esses pesquisadores dizem das festas e de seus significados e de sua organização.

O levantamento das fontes para a escrita sobre este tema-objeto nos instigaram a discutir com base nos estudos das festas de modo mais geral, para depois focar nas comemorações da abolição no Maranhão. Com relação a São Luís aparecem alguns indícios dessas intenções comemorativas antes do processo que culminou no 13 de Maio de 1888, e se estende por muito tempo posteriormente. Escrever acerca das vivências festivas no Maranhão é pautar o lugar dos festejos da abolição em meio a outras festas.

Os sentidos adquiridos ou produzidos por cada festa, têm a ver com sua origem e sua demanda local. O Maranhão segue a tendência dos festejos comemorativos que ocorrem no Brasil com um número considerável de datas reservadas para este fim, possuindo no calendário algumas datas para celebrações religiosas, cívicas e carnavalescas que não podem em uma análise deixarem de ser enfrentadas dada a expressividade que elas assumem nos espaços públicos da cidade.

O que singulariza a historiografia maranhense não são necessariamente as abordagens teóricas e metodológicas, mas sim as especificidades econômicas, religiosas, políticas, que são destacadas nos trabalhos acerca das festas que foram publicados nas últimas décadas.

Nas abordagens das festas a religião, o carnaval ou comemorações cívicas, não são desvinculados da compreensão da cultura, da identidade e da memória. Isso apresenta ao pesquisador como um contexto fértil de possibilidades e de oportunidades de foco.

A diversidade cultural maranhense oferece ao historiador amplas possibilidades investigativas no campo da história cultural. Gênero cada vez mais aceito entre os pesquisadores da história local, o Maranhão, sob diferentes enfoques da produção científica, tem passado, nas últimas décadas, por uma releitura, trazendo à tona um universo explorado pelas lentes da história maranhense: a cultura. Por meio de documentos, ressuscita-se o cotidiano dos indivíduos, problematizam-se suas ações e historicizam-se suas atitudes. Dá-se voz a quem outrora a história silenciara. Recuperam-se as tramas e tenta-se encontrar, na tessitura de suas ações, as expiações

para as ações que os indivíduos estabelecem, no âmbito público e privado, com o mundo em sua volta (CORRÊA, 2012 p.17).

A festa como um elemento da cultura é um dos aspectos que mais tem despertado o interesse dos historiadores locais, porém nem sempre é possível o acesso ao *cotidiano dos indivíduos*. O bumba-meu-boi conforme os estudos de Corrêa (2012), que centra na análise da construção de identidade do Maranhão, é um dos exemplos. A investigação da identidade construída através da festa é um dos elementos que está presente em diversas abordagens sobre festas.

Na obra coletiva *Em tempos de festas, rituais e comemorações*, publicada em 2019, as festas voltam a ser foco da escrita da história, analisando não só o Maranhão, mas também o Piauí, a Paraíba, além de um trabalho sobre um trabalho sobre ritual um na África do Sul.

Os repertórios festivos, ritualísticos e comemorativos podem constituir ocasião significativa para se perceber especificidades dos processos sociais em diferentes tempos e espaços, sendo capazes de traduzir experiências, expectativas e imagens sociais daqueles que os realizam, apresentando-se como objeto privilegiado da História e das Ciências Sociais e Humanas, para se estudar e construir os movimentos de uma determinada coletividade, população, região, nação. As festas, rituais e comemorações podem ser interpretadas como ocasião particular para se observar experiências de diferentes e desiguais sujeitos e para perceber, de maneira particular, visões de mundo e práticas dos setores, grupos e sociedades que os realizam. (BARROS; CORREA, 2019, p. 9).

A maioria das festas que foram analisadas na referida obra são de cunho religioso e remetem ao período imperial, contemplando concomitantemente a problematização das questões teóricas e metodológicas do estudo das festas. Ganha relevo nessa análise, os sujeitos, suas desigualdades e experiências coletivas dentro de contextos políticos e econômicos e como as festas configuram sendo mediadoras de outros sentidos expostos ou impostos por cada grupo organizador.

Analisando esse conjunto de trabalhos que vêm sendo produzidos nas últimas décadas pela historiografia maranhense sobre festas, podemos afirmar que já há um esforço no intuito de revelar as diversas faces das festas e seus símbolos, sujeitos, grupos, e, sobretudo sua função social em determinados contextos históricos. Essas produções evidenciam como “as festas e festejos e seu universo material, mítico e humano podem ajudar a compreender histórias de homens e mulheres que viveram em tempos diferentes” (BARROS e CORREA, 2019, p. 9).

As festas religiosas e mais especificamente as que se referem ao calendário festivo católico também têm seu lugar na historiografia maranhense. O estudo de Milena Rodrigues de Oliveira que resultou na sua dissertação intitulada *Manifestações da fé católica: um estudo*

sobre as festas de Nossa Senhora dos Remédios, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário em São Luís (1850-1875), traça um instigante panorama do lugar e do papel dessas vivências festivas católicas na segunda metade do século XIX. Acerca dessas manifestações religiosas ela afirma que:

Estas englobavam três etapas: a missa, que acontecia dentro da igreja, a procissão e a ‘festa de largo’, que tinham lugar no espaço externo ao templo. Assim, diante da percepção da importância e significado com que se revestiam essas duas últimas etapas das festividades para o reconhecimento/construção de identidade da instituição e de seus membros. (OLIVEIRA, 2016, p. 24).

O destaque que sua abordagem faz é também para o reconhecimento da construção da identidade dos membros das festas, não deixando de ressaltar questões hierárquicas presentes nos cortejos festivos.

As procissões hierarquizavam o público, permitindo perceber quem eram as figuras principais e secundárias, o primeiro poderia ser o rei ou alguma figura importante católica e o segundo fazia referência as outras camadas sociais, quando o principal financiador dessas festividades era uma irmandade de negros ou mulatos havia um processo de inclusão social, no qual esses grupos também mostravam seu poder ampliando sua ostentação nas procissões. (OLIVEIRA, 2016, p. 38).

A hierarquia social é um dos elementos existentes nas festas, propagado pelo *habitus* festivo e deve ter a devida atenção uma vez que ele cobra dos sujeitos, espaços e comportamentos muito bem delimitados que podem interferir diretamente no andamento das festas, bem como nos sentidos que lhes foram pensados pelos organizadores.

Os conflitos também poderiam ser analisados nos festejos religiosos do final do século XIX, pois este aspecto é apontado por Maria da Glória Guimarães Correa (2006), em seu trabalho intitulado, *Nos fios da trama: quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada no século XIX*. Ao fazer breves considerações sobre as festas neste período a autora afirma que:

[...] Disputas entre os irmãos pelo direito de segurar o gancho do andor, os pescoções trocados pelos meninos na disputa das lanternas; o namoro desavergonhado durante todo o seu giro e também a exibição dos janotas a saborear os seus charutos. (CORREIA, 2006, p. 99).

Entre as possibilidades de análise estão exatamente os conflitos nas suas mais diversas dimensões. Cunha (2002) alerta para a necessidade de um olhar mais apurado das festas da festa, direcionando o olhar do historiador para uma questão presente e silenciada do próprio sentido que a festa intenciona demonstrar, que não seriam as divergências e sim as confraternizações.

Além da cultura e da identidade como um dos aspetos da festa a serem exploradas as questões políticas também despertaram o interesse de historiadores sobre festas do Maranhão.

Na perspectiva do que poderíamos chamar de história social das festas, é necessário demarcar o trabalho de Antonio Evaldo Almeida Barros (2014), *Sujeitos, Identidades e Práticas num tempo de festas: Algumas questões teórico-analíticas e possibilidades interpretativas*. O autor direciona seu olhar para a primeira República e na Era Vargas centrando o seu foco analítico nos festejos juninos. Ele considerou que “as festas e as cidades são elementos constitutivos da trama social e histórica, apresentando-se como objetos privilegiados da historiografia para o estudo dos movimentos de determinada coletividade e de uma época” (BARROS, 2014, p.49). Ainda tomando como base a reconstituição das festas juninas em São Luís, ele sugere que:

Determinadas organizações festivas podem ter importante papel na dinâmica e na mudança social, particularmente no que concerne as negociações tecidas na e sobre a cidade. Através da análise desses processos, tornar-se-ia possível reconstruir elementos significativos de diferentes sujeitos, grupos e setores sociais, e entender aspectos constituintes das histórias maranhense e brasileira daquele período, notadamente quanto as definições das dimensões e significados do espaço urbano em tempos de pós-abolição (BARROS, 2014, p. 49).

Reconstituir os elementos significativos de uma festa é tarefa um tanto complexa, sobretudo se levarmos em consideração as *teias de relações* que se estabelecem entre os indivíduos, grupos e instituições que compõe o cenário político, econômico e social da cidade. Porém as definições e redefinições de momentos festivos podem exprimir ideais de sujeitos, projetos de governos a que se pretendem, bem como construções de memórias e identidade até mesmo, *invenções de tradições*.

O carnaval também tem seu espaço nesta historiografia local, pois foi pesquisado por Martins (1998) no trabalho *Carnavais de São Luís diversidade e tradição* e Silva (2015) ao escrever sobre *O reinado de Momo na terra dos tupinambás: permanências e rupturas no carnaval de São Luís (1950-96)*. O tema é abordado tanto em diversidade e tradição quanto em suas mudanças e permanências. Tais produções estão preocupadas não apenas com contextos, mas também com as motivações depreendidas dessa tradição carnavalesca, que tem como componentes grupos, sujeitos em tempos e espaços específicos.

No que diz respeito à realização das festas, sociabilidades e a política festiva “a promoção, o controle e a proibição das festas religiosas solenes ou populares, competiam também à Câmara de São Luís. Tais atribuições se faziam pela via coercitiva do jogo político legislativo de permissões e proibições” (ABREU, 2006 p.36). Tais proibições também são

elementos que nos permitem compreender os limites e as possibilidades das festas, os espaços públicos e de circularidades dos grupos e/ou sujeitos.

No conjunto de interesses, o viés político era o que mais poderia interferir no ato e modo de festejar. No caso das *festas da Abolição* em São Luís o que fica claro tanto nos jornais quanto nos ofícios de Presidente de Província é a frequente participação de personagens ligadas à política, religião, ou com elevado poder econômico. Desta forma essas questões estão imbricadas, embora a análise não seja especificamente sobre os personagens, eles serão um dos aspectos considerados na compreensão dessas vivências festivas na cidade.

Há alguns trabalhos no contexto local que abordam a questão da escravidão e trazem referências a ocorrência de festas da Abolição em São Luís, capital da Província do Maranhão, mas sem aprofundamento analítico quanto a intensidade que de fato tiveram tais festas e celebrações. Ao escrever sobre *A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850 – 1888)*, Ribeiro (1990) indica algumas características do contexto em que estava a Província e os movimentos dos grupos envolvidos na luta pela liberdade escrava.

Embora a preocupação de Ribeiro (1990) refira-se à movimentação e aos momentos que pesaram e foram responsáveis pelo desmonte do sistema escravista no Maranhão, a autora indica alguns grupos envolvidos nesse evento que aparecem nos jornais e nos ofícios do Presidente de Província. Seu trabalho é um dos poucos que aborda o tema da escravidão e Abolição no Maranhão.

Os estudos sobre a escravidão centram muito mais o interesse no seu fim lento e gradativo, focando nas leis e nas formas de resistência dos escravizados e/ou nas relações senhor e escravos, buscando compreender o sistema escravista e seu funcionamento levando em consideração todos os sujeitos e grupos que dele faziam parte e sua função social, política e econômica dentro desta engrenagem.

Ainda a respeito das festas da Abolição temos uma monografia intitulada *Páginas da abolição: a recepção da Lei Áurea nos Jornais Maranhenses e na obra Vencidos e Degenerados de Nascimento Moraes* de Carlos André Colins dos Santos, que tem como fonte os jornais *Pacotilha*, *O Paiz* e *Diário do Maranhão* e a referida obra literária.

Apesar de ter um capítulo intitulado: *A festa da Abolição no Maranhão escravocrata*, o autor também não adentra as festas de fato, talvez porque sua preocupação esteja na receptividade das notícias que teriam como consequência as festas, portanto seu interesse não seria necessariamente analisar a dinâmica das festas. Esses dois trabalhos são até então as referências mais próximas das festas da Abolição que foram aqui produzidos, porém é importante ressaltar que os seus objetos apenas tangenciam a temática das festas.

Desta forma a leitura e problematização das fontes, a partir dos jornais e dos ofícios deixam claro que a cidade de São Luís também se inseriu nesta complexa celebração da Lei que extinguiu a escravidão no Brasil. Essas festas da abolição que ocorreram em diversos espaços da cidade são marcadas de singularidade, uma delas é o tempo de duração dessas vivências, de maio a julho, com participação de vários grupos que se organizavam das formas mais diversificadas possíveis para comemorar a Abolição da escravatura.

As comemorações da Lei de 13 de Maio de 1888 também são representadas na literatura maranhense. Embora não seja nossa fonte nesta análise essas obras merecem referência. Tais como Nascimento de Moraes com *Vencidos e Degenerados* e Dunshee de Abranches com *O cativo* e *A esfinge do Grajaú*, que apresentam a cidade de São Luís, os grupos, os sujeitos envolvidos na abolição do sistema escravista.

As obras de Dunshee de Abranches (2002, p. 34), contêm relatos de memórias sobre a escravidão em um enfoque que privilegia a descrição das vivências cotidianas entre senhores e escravos, como também de outros sujeitos que estão relacionados a esta realidade. As festas, celebrações ou o que podemos chamar de reações a aprovação da Lei de Maio de 1888 têm pouco espaço em *O cativo*, como é possível constatar no fragmento abaixo.

A alvorada do dia da liberdade irrompera radiante e límpida. Céu azul, sem nuvens. O sol marcara todas as horas desta jornada gloriosa. Cânticos, risos, gritos alegres por toda a parte. Desde cedo, engalanara-se subitamente a cidade. As calçadas ficaram cobertas de flores e folhagens. Os redimidos surgiam de cada canto em grupos álcres; carregavam braçadas de ramos e de palmas; e engrinaldavam-se também julgando-se os verdadeiros heróis desse prélio momentos. (ABRANCHES, 2012, p.241).

Poderíamos chamar essa única citação que há de *reação da população ao 13 de Maio de 1888*, aliada a uma breve descrição da cidade ela aponta para existência de grupos que não são descritos detalhadamente e para uma alegria seguida de risos e gritos alegres. Em *A esfinge do Grajaú*, encontramos uma descrição decomo teriam ocorrido às festas e celebrações em São Luís. Dunshee de Abranches ao se referir ao início do governo de José Moreira Alves da Silva e a Abolição escreve o seguinte:

A decretação da Lei Áurea de 13 de Maio de 1888 com o início da sua administração na Província. A Atenas Brasileira viveu dias de intensa alegria cívica. Durante mais de uma semana, os libertos, despejando-se das casas de seus senhores para as ruas, reuniram-se em bandos álcres e festivos, engrinaldando-se de flores e de palmas, percorrendo todos os bairros a dançar e cantar e erguendo vivas frenéticos a Princesa Redentora e aos grandes nomes dos propagandistas da Abolição. Dia e noite, a multidão aglomerava-se em frente do Palácio a manifestar seus entusiasmos. Os comícios, os bailes, as sessões solenes na Câmara Municipal, no teatro São Luís, nas sociedades literárias e nas casas de educação sucediam-se as manifestações, levadas

por todos os chefes de governo. Moreira Alves, abolicionista ardoroso a todos recebia com cativantes expressões e multiplicava-se em locuções eloquentes e patrióticas (ABRANCHES, 1993, p.18).

Esses relatos se aproximam muito das notícias sobre esses festejos de celebração e reação presentificados nos três jornais e indicam como se festejou a Abolição em São Luís. Neste segundo relato presente em *A esfinge do Grajaú*, aparece um pouco mais detalhada a euforia e o movimento da cidade por ocasião da Lei de 13 de Maio, que para o autor “lançara de vez a Província na mais sombria miséria econômica” (ABRANCHES, 1998, p. 32).

Em *Vencidos e Degenerados*, Nascimento Moraes traz uma descrição da recepção da Lei em São Luís. É interessante analisá-la estabelecendo comparações, pois assim como Abranches, ele descreve com teria ocorrido a recepção e as comemorações.

O telegrama chegou às três horas da tarde. Os da comissão destacada do telégrafo deram o sinal convencionado, fazendo subir aos ares girândolas e foguetes. O pessoal na casa de José Maria, respondeu também tocando outras tantas girândolas. A sala do velho abolicionista tremeu de vivas atoados, que romperam do peito ansioso de toda Assembléia (MORAES, 1915, p. 6).

Esses escritos revelam que a cidade de São Luís teve uma reação de euforia festiva quando recebeu a notícia, da Abolição da escravatura. Para Abranches a província havia entrado em miséria econômica após a extinção do *elemento servil*.

A interpretação de Nascimento Moraes não é de alguém entusiasmado, pois a Abolição não teria correspondido as expectativas que fora alimentada por ele, apesar da Lei de 13 de Maio de 1888 ter ocasionado mudanças na estrutura no que se refere à mão de obra, ela não conseguiu, com efeito, mudar determinadas questões políticas presentes e coladas ao sistema escravista, pois os grupos antigos acabaram se consolidando no poder. Esta ótica particular de leitura é o que depreendemos da fala narrativa do personagem Oliver, que parece trazer muitas características do autor.

Quando veio a liberdade dos escravos eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastaria dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A Proclamação da República ainda mais esperança me trouxe. Avigoraram-se-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectualmente e moralmente livre, a ascender como um deus! Pois com tristeza lhe digo, bastou que transcorressem dois anos de vida republicana! Logo me persuadi de meu erro e exclamei, no desafogo de minha queixa ao ruir das minhas ilusões, como nosso querido Gonçalves Dias: - que me enganei, ora vejo! (MORAES, 1915, p.76).

Para Moraes (1915), a Abolição justificaria a festa, pois havia motivos para comemorar a extinção do *elemento servil*. Porém com o passar do tempo, fica-lhe claro a desilusão nos anos

posteriores. Nos anos seguintes ficará nítido que a liberdade dos escravos não havia acarretado mudanças muito significativas pelo menos na estrutura política e social.

As festas da Abolição aparecem na escrita destes dois autores, exprimindo as suas interpretações do que teria significado o fim da escravidão para a província do Maranhão. Enquanto Abranches (1993) destaca as consequências da abolição para economia, que segundo ele causou uma profunda crise, Moraes (1915) aponta para as questões políticas.

Uma festa, como aponta a historiografia, pode ser motivada por um único objeto focal, porém nem sempre ele será devidamente seguido. Isso porque as vivências históricas são diferentes, o que dá ao festeiro certo nível de autonomia para participar dela da forma que ele queira se apropriar, atribuindo novo sentido por vezes oposto àquele que é atribuído a ela.

No que se refere à festa da Abolição, é importante destacar algumas peculiaridades, como por exemplo, o fato de não haver nela sentido de tradição, uma vez que ela era resultado de uma Lei que alterava toda aquela estrutura que estava organizada. Assim sendo, seu sentido estaria sendo produzido naquele momento com um propósito específico que não só de confraternização em torno de um objeto focal da Abolição, mas de se tornar uma festa cívica marcada na tradição de comemoração da liberdade dos ex-cativos.

Os poucos trabalhos que se debruçaram sobre as festas da Abolição no Brasil analisam os grupos e instituições que participaram dela como pretexto de investigar seus significados, ou mesmo a repressão da polícia com relação aos festeiros, alguns dos sujeitos são por vezes analisados junto a seus testemunhos, mas isso não é recorrente.

Alguns relatos curtos sobre as festas da Abolição ocorridas em São Luís são retirados dos jornais, porém os sujeitos não são apontados, carecendo de ser mais explorados, ou seja, desvendados, “dessencilados”, pois a complexidade das relações sociais estabelecidas entre sujeitos e instituições, sua forma de organização e hierarquias é que podem ser apreendidas através desse tema-objeto.

Neste sentido se torna necessário e indispensável identificar nas festas da Abolição, quem eram esses sujeitos, onde eles aparecem, suas ações e o seu papel dentro do contexto em que estão inseridos. Assim será possível não somente mensurar a festa e entender sua dinâmica, como também os sentidos que ela pretendeu produzir e como eles tomam corpo e se materializam na cidade de São Luís em 1888.

A Abolição trouxe à cena através das festas esses sujeitos e agrupamentos organizados com intuito de celebrar a Lei 13 de Maio. Nas demais abordagens do mesmo tema eles aparecem de forma superficial ou representando grupos, porém compreendemos que as ações destes sujeitos devem ser contextualizadas a partir das suas individualidades, seus valores e suas

filiações políticas que interferem na sua interpretação, participação da festa e sentidos que foram atribuídos a ela.

A produção de sentido passa justamente por estas questões, afinal são determinantes para que cada grupo ou sujeito defina como comemorar, o que comemorar e de que forma desejou comemorar. Os desafios de análises destes sujeitos residem muitas vezes nas limitações das fontes que foram privilegiadas, porém como alternativa temos o cruzamento delas que nos permite o alcance deste objetivo mesmo que seja a partir dos indícios apreendidos destas fontes.

Ao cruzar informações do *Dicionário de Cesar Marques*¹² com os jornais *Pacotilha*, *Diário do Maranhão*, *O Paiz*, além dos *Ofícios de Presidente de Província* é possível elaborar o que convencionamos chamar de *apontamentos biográficos*, já que os mesmos sujeitos promotores das festas aparecem em ambas às fontes. Entendemos que uma visão um pouco mais detalhada destas vivências festivas em tempo de Abolição em São Luís será possível através da construção deste perfil dos sujeitos que aparecem nas fontes.

O ato de festejar é interrogado a partir desta construção, pois o que pode parecer consenso pode ser na verdade uma mera convenção social ou mesmo a oportunidade ideal para reivindicar identidades e lugar social no que diz respeito a hierarquias, tradições de grupos que atuavam naquele contexto, sobretudo aqueles que se autodenominavam abolicionistas.

O cenário em que acontecem estas festas da Abolição é a cidade de São Luís do final do período imperial. Caracterizá-la é condição indispensável para se familiarizar com os percursos que foram traçados pelos grupos para realizar suas passeatas e entender um pouco das questões econômicas, políticas e culturais que as envolvia na segunda metade do século XIX. Logo em seguida, identificaremos as instituições envolvidas, pois assim como os sujeitos essas instituições possuem identidades e desejam que ser vistas.

¹² Nesta dissertação o Dicionário de autoria de César Augusto Marques foi tomado como fonte, pois contribuiu para construção das mini-biografias dos sujeitos que participaram das festas da Abolição, além de apresentar aspectos de instituições e grupos importantes para aquela sociedade.

CAPÍTULO II: “BRASIL LIVRE, TREZE DE MAIO¹³”

O discurso proferido no dia 3 de maio de 1888 pela Princesa Regente já anunciava que um dos maiores desafios para se enfrentar naquele ano seria justamente a extinção do *elemento servil*. O governo se desmontava inclinado em excluir o que denominou de “exceção” no direito pátrio que seria incompatível tanto ao espírito cristão quanto liberal das instituições.

A extinção do elemento servil pelo influxo do sentimento nacional e das liberdades particulares, em honra ao Brazil adiantou-se pacificamente de tal modo, que é hoje aspiração aclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários. Quanto ao proprio interesse vem espontaneamente colaborar para que Brazil se desfaça desta infeliz herança que as necessidades da lavoura haviam mantido, confio que não hesitareis de apagar do direito patrio a unica exepção que nelle figura como antagonismo com os espirito christão e liberal das nossas instituições. Izabel, Princesa Imperial Regente (Pacotilha, 4 de maio de 1888, fl.3).

Esta fala aconteceu na ausência do imperador que estava na Europa para tratar de sua saúde. Nele fica claro que de fato era de “interesse” do trono a Abolição, inclusive já tentando justificar tal tomada de decisão aos que por ventura fossem contra.

A apresentação do projeto ocorreu em 8 de maio de 1888 através do deputado Rodrigo Silva. O pequeno texto determinava o fim da escravidão no Brasil, sem apoio aos proprietários de escravos muito menos indenização. Começava assim de modo efetivo, o processo parlamentar que acabaria com a escravidão no Brasil, do qual as folhas da corte participavam através reprodução de notícias, discursos e convocando seus leitores a se apresentarem no parlamento a fim de prestigiarem o evento. (MORAES, 2012, p.26).

Dentre todo conjunto de leis sancionadas no Brasil a de 13 de Maio de 1888 pode ser considerada uma das poucas que teve votação rápida na Câmara, levando em consideração que a escravidão já vinha sendo questionada mais incisivamente a partir da segunda metade do século XIX¹⁴.

Oficialmente medidas paliativas eram tomadas como respostas a estes questionamentos, entre elas a Lei de proibição do tráfico de escravos em 1850, a do Ventre Livre em 1871 e a dos Sexagenários em 1885.

No mesmo dia da apresentação da lei, o líder do partido liberal na Câmara, Joaquim Nabuco compôs a comissão formada para discussão do projeto e rapidamente deu um parecer sem propor nenhuma alteração. Uma pequena modificação viria no dia seguinte, na quarta-feira dia 9 de maio data da segunda discussão do projeto. O

¹³ Título retirado do Jornal Diário do Maranhão em 25 de março de 1888.

¹⁴ Costa, Emília Viotti da. Abolição. São Paulo: Editora: UNESP, 2008, p.09.

deputado Araújo Góes Júnior inseriu “da data d’esta lei” após a frase “é declarada extinta”. Essa alteração foi aceita por todos e o projeto aprovado na segunda discussão. Essa frase marcava ainda mais o imediatismo da execução da lei e impedia qualquer prolongamento da escravidão. (MOARES, 2012, p.27).

No dia 13 de Maio de 1888 era assinada pelas mãos da princesa Regente Isabel oficialmente a Lei 3.353, que extinguiu a escravidão no Brasil, sendo aguardada desde o dia 3 de maio após a fala do trono que abria o trabalho parlamentar. Era o início de uma série de festejos públicos, passeatas, missas e sessões solenes. Em alguns lugares, como no Rio de Janeiro, festejou-se até mesmo com esportes.

As festas em comemoração aprovação desta Lei são significativas na história do Brasil. Através delas é possível analisar inúmeras questões, entre elas a transformação do trabalho, mas chama atenção também a participação de grupos e sujeitos de distintos pensamentos político-partidários, talvez alguns destes por mera convecção social. Afinal, festejar a aprovação da Lei poderia ser um meio em que a sociedade de certa forma promoveria seu grupo através de diversas formas de comemoração.

Estas festas estão imersas a uma teia social que direcionam para questões mais complexas que um simples ir para as ruas festejar. O político, o econômico, o social, e o cultural estavam misturados no contexto das festas, cada espaço de comemoração mantinha suas particularidades.

A cidade de São Luís, por exemplo, capital da Província do Maranhão foi um dos espaços de comemoração, como demonstram tanto os *ofícios do Presidente* do ano de 1888, quanto os jornais *Pacotilha*, *Diário do Maranhão* e *O Paiz*, privilegiados como fonte nesta investigação.

Era um dia abafadiço e aborrecido. A podre cidade de São Luiz do Maranhão parecia entorpecida pelo calor. Quase não se podia sahir á rua: as pedras escaldavam; as vidraças e os lampeões faiscavam ao sol como enormes diamantes; as paredes tinha reverberações de prata polida; as folhas das arvores nem se mexiam; as carroças d’agoa passavam ruidosamente a todo instante; abalando os prédios; os aguadeiros, em mangas de camisa e pernas arregaçadas, invadiam sem cerimonia as casas para encher as banheiras e os potes. Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua, tudo estava concentrado, adormecido; só os pretos faziam a compra pra o jantar ou andavam a ganho. (AZEVEDO, 1897, p. 9).

O romance *O mulato* de Aluísio de Azevedo contribui para tenhamos uma pequena noção do que seria a cidade de São Luís no final do século XIX, um pouco das relações sociais que se estabeleciam e das hierarquias, além dos comportamentos e dos conflitos existentes. O trabalho dos escravizados é ressaltado neste trecho, destacando um pouco da rotina da cidade.

A província do Maranhão da segunda metade século XIX e as relações escravocratas encontravam plenamente em vigor em meio a intensos debates referentes manutenção da escravidão bem como sobre a condição social do escravizado, sobre sua vida, seus conflitos e sobre as redes de solidariedade construídas para sobreviverem nesse complexo mundo da escravidão. (MENDES, 2017, p.22).

As relações escravistas já haviam perdido muito de suas características no que se refere a questões legais, pois juridicamente vinham sendo contestadas, culminando posteriormente no 13 de Maio de 1888.

Nesse período, a escravidão passou a ser criticada com mais veemência, devido o revigoramento das ideias liberais e do crescimento da campanha abolicionista, forjando assim esses debates, na sociedade, em torno da manutenção de escravos no cativeiro. As pressões externas e a perda de legitimidade da instituição escravista, as revoltas internas somadas às fugas configuraram um conjunto de fatores que corroboraram para que os parlamentares articulassem novas estratégias para prolongar ao máximo a escravidão. Acrescente-se a tudo isso, a resistência cotidiana dos escravos na busca pela liberdade. (MENDES, 2017, p.22).

Apesar de não haver trabalhos detalhados a respeito de São Luís na segunda metade do século XIX, pretendemos minimamente baseado em leituras das produções que focam no final do Império e início da República contextualizar esta cidade e suas principais questões, políticas, econômicas e culturais.

2.1 O cenário da festa: São Luís na segunda metade do século XIX

Os períodos da Colônia e Império no Brasil foram marcados por senhores e escravizados coexistindo num jogo de poder onde o cativo era a principal força de trabalho, ficando a cargo dele diversas atividades e ofícios diversificados daqueles que não exigiam grande força física, como por exemplo, os referentes aos serviços domésticos na casa grande aos considerados mais pesados, os realizados no eito. Na capital da Província do Maranhão não era diferente.

Com relação às questões econômicas do Maranhão na segunda metade do século XIX, predomina em alguns estudos uma escrita que têm enfatizado que a Província nesse período passava por uma crise do *modus operandi* agroexportador, que durou até o final do oitocentos e início do XX, o que não significa dizer que a produção estava em total retração.

(...). Na década de 1860, o Maranhão já exportava açúcar. Em 1870, contava com aproximadamente quinhentos engenhos de açúcar. Suas exportações cresceram até meados do decênio de 1880, declinando abruptamente com abolição da escravatura e estancando nos primeiros anos do século seguinte. (FARIA, 2012 p.45-46).

No Maranhão, a Abolição gradual e total da escravidão não representou o único motivo que levou o sistema econômico a entrar em uma crise, houve ainda outros agravantes que merecem destaque.

[...]. Os senhores de engenho queixavam-se das dificuldades que enfrentavam para conseguir um preço compensatório para o açúcar. Essas dificuldades adivinham, sobretudo da concorrência feita pelo açúcar de beterraba, provocando violenta queda nos preços. (CABRAL, 1984, p. 75).

O movimento e concretização da Abolição, que era uma realidade cada vez mais próxima e já dava seus sinais cada vez mais fortes desde o início da segunda metade do século XIX, somado a concorrência proporcionada pelo açúcar de beterraba, afetaram significativamente a situação econômica do Maranhão.

[...] a população escrava da província, que em 1872, era de 73.245 peças, ou seja 21,8% da sua população total, em 1884 sofreu um acentuado declínio de 32,36% reduzindo-se a 49.545 cativos. Este número em apenas três anos, reduziu-se mais ainda, isto é, entre 1884 e 1887, o número de escravos caiu para 33.446, significando que a população havia sofrido um decenso de 32,50%. (RIBEIRO, 1990, p. 80).

Desta forma o número de escravizados era decrescente ao longo dos anos na província do Maranhão. Ainda assim a Lei de 13 de Maio de 1888 aparece nas narrativas dos jornais como sendo responsável por uma grave crise econômica, pois mesmo sendo cada vez menor o número de escravizados, a existência de sujeitos nesta condição pode considerada significativa.

Por outro lado, a crise anunciada para a Província do Maranhão e que se estendia ao Brasil, não impediu e nem freou, nesse período, as ações que estavam sendo adotadas na cidade de São Luís. Alguns serviços relativos à infraestrutura:

Em São Luís, instalou-se uma infraestrutura de serviços: encanamento e distribuição de águas no rio Anil (Companhia Rio Anil, de 1850); iluminação a gás (Companhia de Iluminação a Gás do Maranhão, de 1862); bondes puxados a tração animal (iniciados em 1871, três anos depois do Rio de Janeiro). Criou-se ainda a companhia Aliança, de beneficiamento e armazenamento de algodão (em 1873), o Engenho Central de São Pedro (inaugurado em 1884) e as unidades fabris, com predomínio das têxteis (instaladas nos decênios de 1880 e 1890). (FARIA, 2012 p.50).

É inegável que na segunda metade do século XIX, em São Luís, houve grandes mudanças com vista à adequação as novas condições econômicas e sociais que lhes foram impostas. Essas melhorias colocavam em dúvidas os discursos que ressaltam que o Maranhão neste mesmo período estava em estado de completa penúria. Poderíamos, porém, afirmar então que havia uma crise, mas não uma estagnação total da economia ou infraestrutura.

O comércio de São Luís, no período entre os anos de 1860 a 1870, ficou caracterizado por não ter um aumento no número de comerciantes, na mesma proporção da ampliação da quantidade de produtos exportados; isso fez com que se concentrassem as atividades mercantis em poucas casas comerciais de grandes proprietários. (ARAUJO, 2015, p.145).

As atividades de comércio ajudavam a caracterizar a cidade e davam sua parcela de contribuição na economia a medida ofereciam produtos para consumo da população local. Além disso permitia o acesso a produtos importados da Europa.

No entanto, o comércio apresentou certo vigor, pois, tomando-se um período compreendido pelos anos de 1863-1864, segundo César Marques, as importações diretas efetuadas pelo Maranhão atingiram o valor de 5.064\$:000, e as exportações atingiram o valor de 7.247\$:000. Quanto às atividades comerciais em São Luís, podemos apontar o seguinte quadro de desenvolvimento material em termos de quantidade: a cidade possuía, entre 1860 e 1870, 79 armazéns, seis armazéns de ferragens, dois armazéns de madeiras, 32 escritórios, 44 lojas de modas, seis farmácias, quatro livrarias, 189 quitandas, 12 refinarias de açúcar, 14 padarias, 28 açougues, 13 ourivesarias, duas agências de leilões, 25 fábricas diversas (ARAUJO, 2015, p.145).

Outra característica social da cidade é a presença de “doutores” como eram chamados os advogados e médicos que influenciavam consideravelmente na criação e manutenção de escritórios particulares para atendimento de pessoas.

As lojas de moda também podem ser destacadas, talvez isso possa evidenciar quanto São Luís realmente estava dentro de um contexto maior e sofria influências diretas das tendências européias que chegavam através do Rio de Janeiro e eram elogiadas nos jornais da segunda metade do século XIX.

Outra parte do comércio que chama atenção é o número expressivo de quitandas, que eram vendas simples, típicas mercearias que vendiam frutas, verduras, legumes, carvão, ovos, dentre outros produtos. Algumas também poderiam vender doces, salgados, bolos feitos em casa e podem ser referenciadas como barraca de rua¹⁵.

O inventário de profissões que existia na urbe era os mais diversos. Numa escala descendente podemos assim descrever: no ápice da escala estavam os juristas (juizes, advogados e procuradores), capitalistas e proprietários, professores, literatos, médicos. Logo após vinham os funcionários públicos, militares, profissionais do comércio, lavradores (nesse caso o pequeno proprietário ou o empregado), farmacêuticos, parteiros, artistas, notários e escrivães, os que tinham profissões manuais ou mecânicas. Na base dessa escala achavam-se os assalariados (jornaleiros

¹⁵ Lima, Claudia. Tachos e Panelas. Historiografia da Alimentação Brasileira. 2ª ed. Recife: edição da autora, 1999.

e criados), pescadores, empregados do serviço doméstico e aqueles sem ocupação oficialmente declarada. Nas ruas de São Luís situava-se o mundo do trabalho, onde circulavam todos “Uma multidão de mulheres e moças de cor, nascidas duma mistura de pelo menos três raças (que) vagava para cima e para baixo, desembaraçadamente” assim notou o viajante Robert Ave-Lallemant. Estavam os elementos que não compunham a “boa sociedade” e nesse mesmo espaço misturavam-se aqueles que participavam do público socialmente aceito (ARAÚJO, 2015, p.147).

Os grupos sociais mais diversificados dividiam os mesmos espaços respeitando na medida do possível a devidas hierarquias que eram estabelecidas. Enquanto a Abolição não acontecia, os senhores se aproveitavam dos últimos momentos da escravidão talvez sem acreditar que esta seria de fato extinta ou crendo que mesmo que isso acontecesse seriam indenizados. Os próprios jornais davam conta destes fatos, pois as vendas de escravos eram anunciadas com a mesma frequência até o ano de 1888.

A existência de uma imprensa especializada não apenas em política, mas também nos fatos da vida cultural da província acolhia, na São Luís dos anos 60 do século XIX, as necessidades de uma sociedade em processo de modernização. De acordo com o resumo do recenseamento feito na cidade, publicado no relatório do presidente da Província, de 1874, a população total de São Luís era estimada em 34.723 pessoas, a população livre era de 27.306 pessoas e a população escrava era estimada em 7.417. Quanto ao nível de instrução de toda a população de São Luís, 11.212 sabiam ler, enquanto 23.511 não sabiam ler (ARAÚJO, 2015, p.147).

O cenário que se estabelecia gradativamente favorável a Abolição tinha como característica a participação de sujeitos de destacada posição social e instituições que interferiam diretamente na dinâmica da cidade, entre elas a imprensa e mais especificamente os jornais que estavam entre os responsáveis pela criação de discursos sobre a escravidão e sua extinção.

São Luís contava com a produção e circulação de jornais e também revistas, bem como a venda de livros tanto estrangeiros quanto locais. Eram noticiadas constantemente apresentações de companhias de teatro.

O povo de São Luís do Maranhão e a “boa sociedade” frequentavam-se exclusivamente por ocasião das festas religiosas populares de caráter religioso e pagão. Em circunstâncias normais, a burguesia rejeitava todas e quaisquer manifestações de cultura popular: danças, cantos e tradições orais. (MÉRIAN, 1988, p.74).

Já às questões políticas pareciam estavam intimamente atreladas as de ordem econômica. Aqueles que estavam nos ambientes de decisão política não poderiam deixar de representar os fazendeiros que eram contrários à ideia da Abolição. Para Mérian (1988), “Os republicanos praticamente não existiam e não possuíam nenhum poder de influência perante a

opinião pública. Quanto aos liberais e conservadores, ambos se mostravam hostis a toda e qualquer mudança no sistema escravista”, isso em 1871 por ocasião da Lei do Ventre Livre.

O debate em torno da questão da abolição e da emancipação dos escravos não se dava entre, de um lado, os liberais e de outro, os conservadores. Em ambos os partidos a imensa maioria resistia com furor aos projetos da abolição enquanto que uma minoria de homens esclarecidos, sentindo o caráter irremediável da medida, propunha soluções para evitar o marasmo da economia no dia em fosse decretada a abolição. Estes reconheciam em comum acordo a monstruosidade da instituição da escravidão no plano filosófico e ético e aceitavam a escravidão por motivos puramente econômicos. (MÉRIAN, 1988, p.66).

Até mesmo poucos meses depois da aprovação da Lei de 13 de Maio de 1888 eram recorrentes discursos ambíguos onde defendiam a Abolição e ao mesmo tempo o consideravam de extrema importância para vida econômica da província. “Os intelectuais positivistas, uma parte da maçonaria e minoria da opinião pública eram favoráveis a Abolição da escravatura [...] Mérian (1988, p.70).

É importante ressaltar que os jornais tinham atuação marcante na segunda metade do século XIX quando a escravidão começou a ser pauta recorrente nos debates políticos. Entre os que se destacam em São Luís estavam o *Pacotilha*, *Diário do Maranhão* e *O Paiz*. As notícias e os anúncios revelam como estava estruturada a cidade e quais os protagonistas nas festas da Abolição.

Essa breve apresentação da cidade tem por intenção oferecer visão panorâmica dela para analisar melhor como se processaram as festas, ressaltando os possíveis sentidos e proposições de cada uma delas. Talvez este retrato não tenha sido capaz de contemplar de forma mais complexa as peculiaridades da cidade, porém com relação a Abolição e sua repercussão poderemos analisar com um pouco mais de detalhes.

A marcha progressiva de companhia pela liberdade, em todo o território nacional, levou os ludovicenses, entre eles estudantes, professores, poetas, negros e mestiços libertos, a se confraternizarem em torno da causa comum. Fugas de escravos foram estimuladas por sociedades abolicionistas. E, na desordem, já existente entre a escravaria, grupos de quilombos armados levavam o pânico aos proprietários. Plantadores, antecipando-se á abolição, libertavam seus escravos. Outros, foram possuidores de uma atitude repressora em relação aos cativos. A desorganização do trabalho se acentuara e as alterações, que foram se processando na produção, não induziu o grupo detentor do poder as soluções eficazes para reorganização do trabalho sobre novos moldes. (RIBEIRO, 1990. p.159).

Ao escrever sobre *A desagregação do sistema escravista no Maranhão* Jalila Ayoub Jorge Ribeiro aponta para os grupos que participaram do que ela denominou de marcha

progressiva de companhia pela liberdade e do clima de tensão que causava a possibilidade da extinção do *elemento servil*.

Na história das festas da Abolição estes grupos tiveram grande importância, pois iniciaram as comemorações e as tornam complexas com suas ações e reações a nova Lei aprovada. É importante ressaltar que os jornais sempre noticiavam os acontecimentos pelo Brasil relativos à transformação do trabalho, principalmente no Rio de Janeiro e no Ceará, destacando sempre a figura de Joaquim Nabuco e outros “símbolos da Abolição”. Estas notícias acabavam influenciando reações de grupos em São Luís, mostrando que de fato “os jornais eram uma janela aberta para o movimento das ideias que agitavam a Europa” (Mérián, 1888, p.78).

2.2 Grupos, instituições e Abolição

As instituições e os grupos deram corpo as festas oficiais da Abolição através do modo pelo qual se organizavam para comemorá-la. Cada um teve seu modo de festejar, sua motivação própria, seus protagonistas e isso de certa forma evidencia o grupo ao qual faziam parte e qual foi sua atuação social em relação ao 13 de Maio de 1888.

A imprensa merece destaque porque publicava a organização e concretização das festas, principalmente os três jornais *Pacotilha*, *Diário do Maranhão* e *O Paiz* que foram um dos acervos de fontes desta investigação. Eles trazem considerável número de publicações sobre as festas e costumam se intitular como imparciais talvez buscando conquistar a credibilidade dos leitores.

O jornal “*Pacotilha*” foi fundado pelo jornalista Victor Lobo, em outubro de 1880, no contexto do movimento abolicionista. Foi por algum tempo dirigido por Agostinho dos Reis. A edição do jornal *Pacotilha* de 30 de outubro de 1880, número 01, faz uma breve apresentação das características e pretensões deste periódico, a respeito de sua atuação no Maranhão e indica sua intenção e qual seu público alvo.

A PACOTILHA, pois não tem programma nem opinião, nem artigo de fundo- é a imprensa a retalhe, miúda sortida e variada. Não vae esgueirar-se de madrugada. Contendo um pouco de cada cousa que possa distrair o espírito, sem pretensões a ensinar, sem palmatoria de censura, sem especialidade distribuindo em fórmula de pilula, notícias, receitas, contos, romances tudo! (PACOTILHA, 30 de outubro de 1880, fl.1).

Esta forma de se apresentar do próprio jornal demonstra o seu interesse em publicar assuntos variados. Quanto mais variado, mais pode atingir um número maior de público e assim influenciar a opinião dos leitores que ouviam falar de assuntos diversos “sem opinião formada”.

E dito isto, ahi vae a PACOTILHA, pequena, humilde, bem creada, cumprimentando a direita e a esquerda, tantos os ilustres membros do jornalismo-sem disntição de cõr politica e opiniões- como todos aqueles que tiveram a bondade de assignal-a e de lêl-a. E até mesmo de lêl-a sem assignal-a. cumprimntamos a todos! (Pacotilha, 30 de outubro de 1880, fl. 01).

Nesta forma de apresentação fica nítido o interesse que o jornal tem de ganhar espaço de circulação, talvez neste primeiro momento o foco fosse apenas o lucro, mas com o tempo a circulação de ideias, sobretudo no que tange discussões político-partidárias foram ficando mais solidas ocorrendo os posicionamentos ideológicos inclusive sobre a escravidão, assunto tão debatido na segunda metade do século XIX, assim como as leis que de certa forma afrouxavam o sistema escravista.

A Abolição bem como as festas em sua comemoração foram amplamente divulgadas e tomaram lugar de destaque nos jornais por vários dias. Chama atenção como foram divulgadas as notícias na *Pacotilha*, com letras em negrito em um local estratégico, na segunda página após os anúncios, onde comumente ficavam as notícias mais importantes, demonstrando quão relevante este jornal considerava a aprovação desta nova Lei. Por vezes este tema vinha logo na primeira página, geralmente quando se aproximava o dia da festa.

O jornal *Pacotilha* foi dos que mais deram enfoque as festas da Abolição, seguido pelo *Diário do Maranhão*. O *Paiz* comparativamente a esses outros periódicos, deu menos importância ao acontecimento. Os sujeitos até aparecem nos três jornais, porém, os grupos recebem grande destaque, afinal foram os responsáveis de fato pela organização e concretização das festas, circulando em espaços importantes na cidade.

Os beneficiados pela Lei também quase não aparecem nos jornais em que festas aparecem. Eles fazem referência aos ex-escravizados raramente no momento de algum conflito de forma genérica, parecia interessar realmente aos grupos se aproveitar do momento para festejar pelo momento que estava passando o Brasil. O jornal *Pacotilha* deu o seguinte destaque para a Abolição:

Figura 1. Jornal Pacotilha em 13 maio de 1888



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br>.

Este jornal, além de reservar um espaço considerável a tudo que se referisse a este assunto fez também a publicação acima demonstrada. Seguindo a sua linha editorial não negligenciou a repercussão que havia causado a aprovação da Lei. Vale lembrar que o jornal se apresentava como um órgão Abolicionista e republicano. A *Pacotilha* nasceu sob forte influência dos movimentos a favor da Abolição, como já foi citado na introdução deste texto.

Outro jornal relevante é o *Diário do Maranhão* que foi fundado no ano de 1855 por empresários, logo após a extinção do tráfico internacional. A sua publicação era diária, menos nos feriados e dias santos. Era dirigido por Antônio Rego e apresentava-se como um “jornal do commercio, lavoura e indústria”. Teve sua circulação suspensa em 1858, voltando em 1878 com algumas pequenas modificações, como já mencionamos.

É interessante como ele aborda a notícia da aprovação da Lei de 13 de Maio de 1888. Se a *Pacotilha* colocou em relevo este acontecimento, o *Diário do Maranhão* também foi bem enfático, evidenciando com letras grandes e a seguinte frase: “BRAZIL LIVRE, treze de maio”. Este modelo de apresentação da notícia que era feito no *Diário do Maranhão* seguia os de outros jornais que circulavam em outras províncias, sendo alterado o título.

Figura 2. Jornal Diário do Maranhão em 25 de março de 1888



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br>

No dia 14 de maio neste jornal foram publicados em primeira página dois textos, um com o título *Elemento servil. Abolição*, enaltecendo a Princesa Regente Isabel e equiparando o Brasil a Europa e outro intitulado *A substituição do braço escravo*, demonstrando preocupação com a lavoura. Ambos os textos não tiveram a autoria revelada, levando a crer que era um posicionamento do jornal.

O terceiro jornal que elencamos para representar a imprensa que noticiou a Abolição foi *O Paiz*. O jornal se auto-intitulava como católico, literário, comercial e noticioso. Fundado no ano de 1863 por Themístocles Aranha que era professor e jornalista. Era publicado duas vezes por semana quando a partir “do número 32 de 06 de outubro de 1863, o jornal passou a ser, Órgão Especial do Comércio e a sua publicação três vezes por semana, as terças, quintas e sábados” (PEREIRA, 2006, p.98).

Em relação à notícia da extinção do *elemento servil*, dos três jornais pesquisados, este foi o que menos publicou fatos que fizessem referências as festas que movimentavam a cidade. Embora tenha feito algumas poucas publicações no dia 14 de maio, essa pauta não parecia ser o foco de seus editores.

Figura 3. Jornal O Paiz em 14 de maio de 1888.



Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br>

A primeira página do jornal não contém notícia alguma acerca da Abolição. Essa informação só aparece na segunda página. Há apenas uma petição de um professor para dar sueto de três dias em homenagem à Lei. Este jornal publica algumas festas posteriormente, mas não com a mesma frequência dos outros dois periódicos.

Mesmo não noticiando frequentemente as festas, este mesmo jornal publica os maus tratos aos ex-escravizados em Codó e Bacabal, por exemplo. Em uma destas notícias, um ex-senhor alega não ter castigado com muita severidade¹⁶. A Lei parecia não ter entrado em vigor em Balsas segundo texto do jornal.

O fato é que a imprensa ainda que tendo seus posicionamentos políticos noticiou o que sucedeu antes, durante e após a Lei de 13 de Maio de 1888. Estes três jornais estão entre os grupos que participaram ativamente deste momento pelo qual passou a capital da província do Maranhão. Além deles estudantes do *Lyceo do Maranhão* se preparavam para realizar uma

¹⁶ Pacotilha, 5 de junho de 1888, fl.2.

sessão solene quando fosse aprovada a Lei que seria responsável pela extinção da escravidão no Brasil. Na organização estavam quatro, os mesmos citados nos ofícios de Presidente de província e nos jornais *Diário do Maranhão* e *Pacotilha*.

Pelo menos três fases ficaram mais visíveis na história do *Lyceo do Maranhão*, a primeira, seria a de fundação e estruturação, a segunda, de reformas, em que interesses antagônicos entravam em conflito e a terceira fase a do fracasso das reformas, no qual é responsabilizado o Regulamento de 1874 e a abertura dada a criação de novos estabelecimentos de ensino particular aumentando a diminuição de alunos do *Lyceo*, agravando a fase de decadência.

Alguns estudantes desta instituição de ensino secundário importante para o Maranhão eram comprometimentos com a causa abolicionista. O *Grito das Senzalas* era um órgão dos estudantes a favor desta causa em São Luís que era produzido escondido na oficina do Frias, muito anos antes do 13 de Maio de 1888.

A este tempo três alunos do Liceu, mais idosos que eu, Carlos Moreira da Silva, Filho do Visconde do Itaqui, Domingos Coco Ribeiro e Francisco Nina, que eram inseparáveis, quiseram juntar-se ao nosso grupo, entrando na luta pela redenção dos cativos. O último deles, mestiço olhos claros e tez levemente morena, dotado de viva inteligência, e de espírito decidido e forte [...] (ABRANCHES, 2012, p. 169).

O engajamento dos estudantes do *Lyceo do Maranhão* era levado a sério não só por eles, de certa forma conseguiam mobilizar algumas pessoas com reais condições de ajudá-los como é o caso do Frias, dono de uma Tipografia que contribuía para suas publicações.

No relato de Dunshee de Abranches os estudantes do Liceu sempre aparecem comprometidos com a causa. Ele chega ainda a citar o *Centro Artístico Abolicionista Maranhense*, que tinha participação ativa dos estudantes que eram favoráveis a Abolição imediata da escravidão e que se intitulavam republicanos. Ainda que sendo um grupo pequeno, eles planejavam suas ações e as colocavam em prática com ajuda do que poderíamos denominar de seus colaboradores.

Ainda nesta área da educação, a Casa dos Educandos e Artífices, aparece em diversos ofícios e nos jornais através da banda que era convidada para tocar nos diversos eventos comemorativos pela aprovação da Lei de Maio de 1888. As atividades eram variadas e iam desde missas e passeata até sessões solenes, entre outros.

Esta Casa foi institucionalizada pela Lei Provincial de nº 105, de 23 de agosto de 1841 que estabelece a criação dela. Sua inauguração aconteceu no mês de novembro do mesmo ano sob a direção de José Antônio Falcão, objetivando atender um público específico que seriam

“moços desvalidos, de preferência os enjeitados, e dar-lhes instrução, primeiras letras e um ofício” (VIVEIROS, 1953, p. 15).

Quando da sua inauguração, contava 28 meninos matriculados, uns oriundos da Casa dos Expostos, outros enviados pelos juizes de órfãos ou por indicação do presidente da Província. Para o seu funcionamento, o governo adquiriu mobiliários, tecidos para o vestuário das crianças e instrumentos para as oficinas. Entretanto, por falta de acomodações adequadas, no primeiro ano os educandos aprendiam os ofícios mecânicos fora do estabelecimento. (CASTRO, 2006, p.1).

A banda colocava em relevo a Escola dos Educandos e Artífices e seu diretor, o coronel Raymundo Jansen Serra Lima, pois os ofícios eram direcionados a ele para que liberasse os estudantes para se apresentar nas festas.

Assim como a banda citada era responsável pelas músicas de algumas festas da Abolição, a orquestra do Club musical Santa Cecília também se destacava em outras, não por acaso os jornais fazem referência frequentemente. Esta era dirigido por uma das figuras mais conhecidas na área da música no Maranhão, Antonio Rayol.

Em S. Luiz do Maranhão havia, em 1861, trinta e dois professores de música, muitos dos quais artistas de companhias líricas que por ali passavam, como D. Margarida Sachero, professora de piano e canto, que fundou a Sociedade Musical de São Luiz. (ALMEIDA, 1942, p. 364).

Outra referência que chama atenção é a comemoração em forma de passeata realizada pela *Classe musical*. O convite não é específico para pessoa alguma, porém ressalta a importância de que todos os músicos da cidade estejam presentes, inclusive os amadores.

Essas instituições ganharam notoriedade na história das festas da Abolição em São Luís através da participação de grupos que delas faziam parte e que aparecem como o que podemos chamar de representantes. É importante descrever, mesmo que brevemente, cada um deles compreendendo melhor o lugar de fala de cada um dos sujeitos e seus discursos.

A maçonaria, por exemplo, participou das comemorações com uma sessão magna e uma passeata que sairia da frente de sua loja, com direito a presença da banda da escola dos educandos e artífices. Na constituição da entidade maçônica Grande Oriente no Brasil, logo no artigo 1º consta a sua definição como “uma instituição essencialmente iniciativa, filosófica, filantrópica, progressista e evolucionista, cujos fins supremos são: Liberdade, Igualdade e Fraternidade”.

Os jornais não fazem referência à atuação desta instituição no que se refere à escravidão. Assim como tantos outros grupos, a entidade aparece entre aqueles que fizeram passeatas. Ao

que parece a passeata a que se faz referência pelo convite publicado pelo jornal parece não ter se concretizado. As comemorações pelo 13 de Maio na entidade foram apenas através de uma sessão magna.

Além da maçonaria, outros grupos se destacam na comemoração da extinção do elemento servil. Entre eles estavam às múltiplas irmandades que eram variadas na sua forma de funcionamento, um ponto em comum que podemos destacar está relacionado à organização delas, pois todas faziam suas reuniões com frequência, objetivando realizar atividades diversas.

Umas permitiam o ingresso de mulheres, outras vedavam expressamente o ingresso de escravos, como era o caso, por exemplo, da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, ereta em 1763, que exigia, para ingresso em seus quadros, que os pretendentes tivessem bom nascimento, boa reputação, boa moral e subsistência decente, o que não era, segundo o entendimento da época, o caso dos escravos (RIBEIRO, 2000, p.73).

São Luís, a capital da província do Maranhão, já era composta por diversas irmandades no século XIX. O nome destas irmandades quase sempre antecede o nome *Bom Jesus*, este está ligado às procissões que acontecem sempre no período da Quaresma. A irmandade do Senhor Bom Jesus dos Navegantes foi uma das que comemorou a aprovação da Lei de 13 de maio de 1888. “O senhor do Bom Jesus é titular de mais de 200 igrejas no Brasil, algumas delas basílicas ou santuários nacionalmente famosos, como Bom Jesus da Lapa, Bahia e o Bom Jesus do Pirapora, São Paulo” (SILVA & FILHO, 2014, p.16).

São veneradas imagens do nosso Senhor Redentor principalmente em episódios que remontem sua paixão. Segundo Méro, essa devoção tem suas origens em Portugal e foi levada para países de colonização portuguesa, como por exemplo, Angola, Açores e Brasil, expandindo-se com através da veneração de Jesus Cristo (1994, p.35).

No Brasil os primeiros cultos religiosos remontam ao século XVII. Em São Luís esta irmandade tinha como lugar de reunião a igreja de Santo Antônio. Para ser irmão, seu compromisso deixava claro que o pretendente deveria ter o sangue limpo, deixando subtendido que ele deveria ser branco (MARANHÃO, Lei nº 621, 25/09/1861).

Participar destas irmandades parecia ser garantia de que não se estaria desamparado na hora da necessidade, pois de forma recorrente elas afirmam ter por finalidade ajuda mutua. A irmandade do Bom Jesus da Canna Verde, que também festejou o fim da escravidão, tinha em seu compromisso o seguinte:

Se algum Irmão adoecer, terá obrigação o primeiro Irmão que o souber de dar notícia à Mesa, para que em nome da Irmandade o mande visitar, e ver de que socorros precisa, que sendo pecuniários pedirá em esmolas pela Irmandade. E como seja igual

caridade socorrer os encarcerados, se praticará com elles o mesmo que com os enfermos; não sendo porem a prisão por crime infamante: e o zelador promoverá os meios de seu livramento. (COMPROMISSO DA IRMANDADE DE BOM JESUS DA CANA VERDE, Art. 14, 1852, p.5).

Esta irmandade não tinha uma igreja própria e os irmãos faziam uso do Convento das Mercês como sede. Seu compromisso data de 02 de outubro de 1852. Segundo Ribeiro, (2000, p.75), Bom Jesus da Cana Verde era uma irmandade de escravos, isso porque em seu compromisso “havia legislação expressa sobre aceitação de cativos”.

Fundada em 1851, e ereta no convento das Mercês, fraqueava seus quadros a irmãos livres e escravos (estes logicamente, com licença de seus senhores), mas determinava que os libertos não poderiam superar o número de cativos. Aos consórcios falecidos, fornecia gratuitamente, se fossem pobres, mas cobrava o aluguel de dois mil réis aos que pudessem pagar, e fazia; mais por seis mil e quatrocentos réis acompanhava, incorporada, o enterro, e ainda levava cruz (RIBEIRO, 2000, p.75).

Tanto a irmandade do Senhor Bom Jesus dos Navegantes quanto a do Bom Jesus de Cana Verde aparecem comemorando a extinção do *elemento servil*. Há ainda uma terceira irmandade chamada São Luiz Gonzaga, que aparece se organizando para festejar e ainda não estudada na historiografia local.

Além destas irmandades supracitadas, os jornais noticiam que a irmandade Bom Jesus da Columna também se propôs a comemorar a Abolição. A entidade estava associada à paixão de Cristo, mais especificamente à cena em que Pilatos o apresenta ao povo com uma coroa de espinhos e envolto em um manto. Tinha sede própria, que ficava ao lado da igreja de Santo Antônio e aceitava apenas “pretendentes de condição livre” (Maranhão, Lei nº 759, 14/06/1866).

Para Ribeiro, esta irmandade era composta por mulatos, pois “restringe o ingresso em seus quadros apenas a pessoas livres”, importando de fato a liberdade e não a condição anterior do sujeito que tinha por desejo entrar na irmandade (RIBEIRO, 2000, p.70).

As irmandades que atuavam em São Luís não eram somente as que aparecem comemorando a aprovação da Lei de 13 de Maio de 1888 nos jornais ou ofícios do presidente de província. As Igrejas comumente eram o lugar onde ocorriam as reuniões divididas da seguinte forma:

Na Igreja de Santo Antonio – do Senhor Bom Jesus dos Navegantes – de São Benedito – de Santo Antonio de Lisboa – do Senhor Bom Jesus da Coluna – de Na. Sra. das Dores – de São Sebastião do Mártir- de São Francisco de Assis. **Na Igreja de São João**- de São João Batista – 1673- de Santo Antonio do Buraco. **Na Igreja de Na Sra. do Carmo** – da Santa Cruz- do Senhor Bom Jesus dos Passos- 1722- de Santa Filomena. **Na Igreja de Na. Sra. do Rosário** – de Na Sra. do Rosário- do Senhor

Bom Jesus das Almas Redentoras- 1844- de Santa Severa (depois transferida para Igreja de Santiago) - de Na. Sra. da Boa Viagem-1862. **Na Igreja de Santana da Sangrada Família (Santaninha)** – da Sra. Santana as Sagrada Família- de Santo Antônio do Egito. **Na Igreja de Santana** -do Bom Jesus dos Martírios- da Sra. Santana- de Na. Sra. da Conceição e Glória. **Na Igreja de Na. Sra. dos Remédios** – de Na. Sra. dos Remédios 1799 – de Na. Sra. da Saúde. **Na Igreja de Na. Sra. da Conceição** - de Na. Sra. da Conceição 1711- de São Miguel Arcanjo e Benditas Almas- de Na. Sra. do Bom Parto. **Na Igreja de Sra. das Mercês**– do Senhor Bom Jesus Cana Verde-1851- de Santo Antonio da Cruz - de São Pedro da Estrela. **Na Igreja de São Pantaleão** – de São Miguel – de São José da Misericórdia. (MORAES, 1940, p. 81-82).

Este quadro apresenta pelo menos 31 irmandades e as respectivas igrejas onde funcionavam. Ele oferece uma dimensão do quanto elas eram representativas em São Luís, porém o número delas comemorando a Abolição do elemento servil foi mínimo se comparado ao quadro geral. Algumas delas remontavam, segundo Jomar Moraes (1940, p.80) com a data de fundação no *Almanack do Diário do Maranhão* para o ano de 1878.

Ainda na área religiosa é importante registrar a participação do seminário de Santo Antônio através de missa com vários discursos e presença de autoridades de destacada posição na política e na religião.

No bispado do Maranhão, ao longo do século XIX, foram criadas duas instituições encarregadas especificamente de cuidar da reprodução do corpo sacerdotal; eram elas: a) o Seminário Eclesiástico de Santo Antônio (também conhecido seminário maior); e b) o seminário de Nossa Senhora das Mercês (chamado de seminário menor). (NERIS, 2011, p.24).

Estes dois seminários tinham extrema relevância desde que foram fundados no Maranhão, sobretudo por ser destaque no serviço da reprodução sacerdotal. Não participar da festa poderia parecer estar fora de um ambiente que clamava por uma opinião deste grupo a respeito do que acontecia na cidade e que movia diversas irmandades e figuras de destacada posição religiosa e política.

Outra instituição importante a festejar o 13 de Maio foi a Câmara Municipal de São Luís que ocupava um papel de destaque, pois era responsável pelo cumprimento dos códigos de posturas, elaboração do conjunto de leis referentes ao município, avisos, ordens e portarias. Fazer parte do grupo de vereadores era um privilégio de que só podiam desfrutar os mais “nobres”. O Presidente no ano de 1888 era o coronel Alexandre Colares Moreira que era também comandante superior da guarda nacional.

Esta instituição também providenciou modos de se inserir neste contexto da Abolição da escravidão no Brasil. Os vereadores organizaram uma sessão magna para comemorar o que

chamaram de “faustoso acontecimento da escravidão”, no qual congratulavam a “Augusta Princeza”.

A Associação Comercial do Maranhão, assim como estes grupos, parece ter se proposto a comemorar a aprovação da Abolição ao liberar seus empregados a tempo de participarem de uma passeata que realizariam também. Esta é também uma importante instituição na província.

Esta sociedade é, sem dúvidas, continuação da praça, instituída em São Luís do Maranhão em 1854 (**Comissão da Praça**). Refundida esta, em 1854, os comerciantes que eram filiados fundaram em 1878 a Associação Comercial do Maranhão, cuja existência começou a 5.fev. Incorporou-se com 125 sócios, sendo eleito presidente Joaquim Lopes da Silva / A partir desta data, é instalada na sede da extinta Comissão da Praça- uma das barracas da chamada Casa da Praça, construída à Praia Grande pela Companhia Confiança [...]. (MARQUES, 2008, p.157).

Nos jornais não há referência direta a comemorações desta instituição, mas sim aos empregados do comércio que se propõe a realizar uma passeata em homenagem a Lei. Em um texto intitulado “Ao corpo comercial” a comissão responsável pela organização da passeata considera que no comercio “os patrões e os caixeiros são duas entidades que não podem estar separados, porque sem a existência de uma a outra não tem razão de ser” (Pacotilha, 17 de maio de 1888, fl.3).

O posicionamento da Associação Comercial do Maranhão pode ser identificado no *Pacotilha* com textos intitulados *Transformação do trabalho*. São textos relativamente longos, divididos por partes e chegam a tomar três colunas do jornal. Nestes textos contém o que eles chamam de considerações gerais sobre como se encontrava Província do Maranhão e apontavam assim as causas da decadência, os esforços para levantar a iniciativa particular entre outros temas relativos aos primeiros bancos, companhia fluvial, engenho central, lavoura açucareira, o braço escravo e braço livre e ainda o concurso para escolher a melhor proposta de transição do trabalho escravo para o livre.

Os trabalhadores da prensa do algodão, assim como outros grupos, organizam uma passeata em regozijo a Lei de 13 de Maio de 1888. Assim como eles, os empregados da secretaria de governo se organizaram em passeata para comemorar a referida Lei, embora não haja registro acerca da concretização da comemoração deste segundo grupo.

Os passeios de “Bond ao luar” não podem ser deixados de lado, afinal essa foi uma das formas de celebrar a Abolição da escravidão em São Luís. O Bond acelerou mais o ritmo da vida dos sujeitos e a circulação de notícias nas cidades também, entre elas possivelmente as que se refere às festas e comemorações da Abolição.

Bernes inaugurou a primeira rota de bonde da cidade, entre o Largo do Palácio, próximo ao porto (mais tarde chamado Av. Maranhense, hoje Av. Pedro II) e a Estação (depósito de bonde) no lado leste da cidade, em 1º de setembro de 1872. Foi a primeira ferrovia na província do Maranhão e uma das primeiras ruas ferroviárias no Brasil. Outra linha, do Largo do Palácio ao Largo dos Remédios, via Rua Grande e Rua dos Remédios, foi inaugurada no dia 4 de outubro. Uma terceira linha, do Largo do Palácio ao cemitério de São Pantaleão, via Rua Grande, Rua do Passeio e Caminho do Gavião, começou a transportar passageiros no dia 9 de dezembro. E uma linha suburbana de 11 km, que percorria toda a extensão da Rua Grande e Caminho Grande, depois para Cutim, foi inaugurada em 5 de abril de 1873. (MORRISON 2011, p.1).

É interessante destacar a rota que esses bondes percorriam. No desenrolar das festas, no traçado do percurso dessas passeatas, será possível identificar os mesmos trajetos que faziam os bondes. Estes passeios noturnos eram denominados “passeios de bond ao luar” que a companhia Férrea se propõe a realizar como forma de celebrar a Abolição da escravidão.

Há ainda grupos que deixaram raras informações, mas que também fizeram as festas da Abolição e ajudaram na disseminação da importância que os jornais atribuem a Lei. O *club das rosas de maio* convidou seus membros e outros sujeitos a participarem da passeata organizada por eles.

Outra passeata também foi promovida por um grupo de moças em que o ponto de partida foi a rua do Sol. O Clube Cassino também se propôs a realizar uma sessão magna em comemoração à Lei da Abolição. Todos estes grupos aparecem no decorrer das comemorações nos jornais *Pacotilha*, *Diário do Maranhão* e *O Paiz*.

De todos estes grupos citados até então como partícipes das festas da Abolição, pelo menos um teve maior destaque, o Clube Artístico Abolicionista Maranhense¹⁷. Tal importância se deve ao fato desse grupo estar diretamente ligado à questão da extinção do elemento servil mesmo antes da Lei.

Um outro grupo abolicionista também chama atenção, pois foi criado neste contexto e era a Sociedade Treze de maio Beneficente dos Libertos. Entre estes dois grupos o que mais os jornais fazem referência é ao Club Artístico Abolicionista.

Em 28.fev.1885 Joaquim Santana Reis e Avelino José da Cruz, artistas, residentes na capital, pediram licença do chefe de polícia para formar uma sociedade denominada Club Artista Abolicionista Maranhense, com o fim de promover por meios legais a libertação de escravos / Neste mesmo dia alcançaram a desejada licença e, no dia seguinte, foi fundada na casa de Santana Reis, Rua da cruz nº19. / A sua mesa provisória foi composta por esta forma: / Presidente, Joaquim de Santana Reis / Vice, José Maria B. Maranhense. / Secretário, Manoel Dantas Botelho. / Tesoureiro, Manuel de Jesus. / Foi solenemente instalada no dia 22.mar. no Teatro São Luís, sendo libertados nesta ocasião oito pessoas. / Celebrou-se sessões solenes, fundou

¹⁷ Pacotilha, 12 de maio de 1888, fl.3. Diário do Maranhão, 12 de maio de 1888, fl.2.

quermesses, realizou passeatas, iluminações etc., sempre obedecendo o disposto em seus estatutos. (MARQUES, 2008, p.423).

A fundação deste grupo na cidade foi motivo de destaque no *Jornal Pacotilha*. Em 2 de março de 1885 a fundação do clube da seguinte forma:

Fundou se hontem nesta capital uma sociedade abolicionista, sob a denominação de-*Club Artístico Abolicionista Maranhense*, com o fim de tratar da libertação dos infelizes escravizados pelos meios legais. [...] A primeira reunião, hontem realizada, comparecera segundo nos informa, duzentos e tanto sócios. Oraram os Srs. Pedro de Alcantara Freire e Manoel Dantas Botelho, que foram calorosa e entusiasticamente applaudidos. (Pacotilha, 2 de março de 1885, fl.3)

O Clube parecia querer fazer a diferença em meio a tantos outros já existentes na cidade. Demonstrem a causa pela qual estavam se propondo a lutar, no início de suas atividades libertaram logo oito pessoas.

Não desconhecemos a existência de outros grupos que se envolveram na extinção da escravidão no Maranhão, como apontam outros trabalhos¹⁸. Porém, é importante ressaltar que nosso foco são os grupos que aparecem comemorando o 13 de maio tanto nos três jornais aqui privilegiados quanto nos ofícios do presidente de Província, procurando entender suas intencionalidades.

A atuação de grupos em prol da Abolição do que chamavam de elemento servil foi significativa. Na segunda metade do século XIX, o número de grupos é considerável, “O Centro Emancipador, Sociedade Abolicionista, Os Apóstolos da Liberdade, Sociedade Emancipadora Maranhense, Clube Libertador Maranhense, Centro da Amizade Abolicionista e o Club Abolicionista” são exemplos desses grupos (Santos, 2008, p.36).

A *Sociedade Treze de maio Beneficente dos Libertos*¹⁹, por exemplo, foi criada em meio a festa e música, como relata o Presidente de província em um requerimento de 9 de julho, para que a banda da Escola dos Educandos e Artífices se fizesse presente em frente à rua dos Afogados, canto com a praia do Caju, onde seria oficializada sua criação.

Entre algumas passeatas, missas, *Te deum*, sessões solenes, ocorreram o que denominamos de festas ou festejos da Abolição que tiveram como objetivo comemorar a passagem da Lei de 13 de Maio de 1888, responsável por extinguir a escravidão do Brasil.

¹⁸SANTOS, Welington Barbosa dos. Confederações abolicionistas no Maranhão na segunda metade do séc. XIX (1870-1888) Trabalho monográfico apresentado ao Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão em 2008.

¹⁹ Requerimento de Presidente de Província ao diretor da Casa dos Educandos e Artífices para que a Banda de música da instituição estivesse presente. Livro Objetos Diversos. 1 sessão. 19 de junho de 1888. (Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM).

Escrever sobre as festas da Abolição é tarefa complexa à medida que exige olhar mais apurado sobre cada grupo que possuem características diferentes sejam eles religiosos, de estudantes, do comercio, clubes, entre outros, como temos demonstrado até aqui.

Cada grupo imprimiu suas características mais marcantes no modo de comemorar. Eles tiveram a participação de sujeitos considerados ilustres cada um em sua área de atuação. Todos eles que de algum modo resolveram comemorar a extinção da escravidão no Brasil já tinham uma atuação significativa em São Luís. As Instituições tiveram participação significativa, a exemplo do Liceu, do Teatro São Luiz, Casa dos Educandos e Artífices através de sua banda, como vieram discutindo neste capítulo.

Se essas instituições e grupos já eram notórios no cotidiano da cidade a partir de Maio de 1888 elas aparecem mais ainda nos jornais. Sediaram e comandaram eventos que tinham por objetivo comemorar aprovação da Lei do dia 13 do mesmo ano, cada um de seu modo e atribuindo sentidos àquele momento e à liberdade.

Se posicionar a respeito do que estava acontecendo no Brasil pareceu uma necessidade para estas instituições e grupos, sobretudo aquelas ligadas à igreja Católica e às irmandades, como por exemplo, Bom Jesus dos Navegantes e Bom Jesus da Canna Verde, que apareceram de forma recorrente nos jornais.

Expressar a opinião sobre a Abolição da escravidão não significava necessariamente publicar um texto nos jornais explicitando pontos positivos e negativos. Os grupos e instituições poderiam fazer isso através da sua forma de comemorar, ou seja, passear pelas ruas de São Luís poderia significar estar apoiando a nova Lei, discursar na Câmara Municipal, fazer uma sessão solene, magna, uma missa, ou mesmo fechar a redação de um jornal por um dia.

As festas mesmo que tenham pretensão de unidade sempre serão compostas por tensões e conflitos, mesmo que tentem passar a ideia de unidade. A cidade de São Luís após o dia 13 de Maio de 1888 encontrava-se em plena festa assim como outros lugares do Brasil. Vejamos então de que forma se desenrolam os festejos da Abolição nesta capital, suas tensões e conflitos em torno do 13 de Maio e quais seria o sentido de todas essas comemorações que movimentavam tantos grupos e sujeitos das mais variadas formas possíveis.

CAPÍTULO III: “NÃO HÁ MAIS ESCRAVOS”²⁰

No dia 11 de maio de 1888 foi emitido o primeiro requerimento do Presidente de Província do Maranhão solicitando que fosse cedido gratuitamente o teatro São Luís aos estudantes do Liceu para que realizassem uma sessão solene na noite do dia em que fosse aprovada a Abolição da escravidão no Brasil.

Nesta mesma data começaram a aparecer nos jornais as primeiras notícias acerca da possibilidade da aprovação da Lei que seria responsável pela extinção da escravidão. Diversos grupos se propuseram a este feito. O objetivo deste capítulo é historicizar o desenrolar dessas festas da Abolição e destacar como cada um dos grupos decidiu-se organizar e como comemoraram o 13 de Maio de 1888.

O clima de especulação sobre a concretização da extinção da escravidão já podia ser percebido em todo o Brasil desde a fala do trono feita pela Princesa Regente no começo do ano de 1888 por ocasião da abertura dos trabalhos do legislativo. No começo do mês de maio do mesmo ano se discutia com mais frequência a possibilidade real da chegada Abolição.

Algumas questões ainda causavam dúvidas e desconforto na população que dependia da mão de obra dos escravizados, como por exemplo, se haveria ou não indenização aos ex-proprietários. No fundo, eram questionamentos semelhantes àqueles do ano de 1871 referente a Lei do Ventre Livre. Nos jornais *Pacotilha*, *Diário do Maranhão* e *o Paiz* até o dia 12 de maio de 1888 ainda são publicados anúncios sobre a necessidade de escravos para os serviços mais diversos.

Em contrapartida estes mesmos jornais faziam publicações às vezes usando como títulos a expressão *cartas de liberdade* que traziam relatos com esse conteúdo. Em alguns casos era informado ao leitor que determinado senhor ou senhora estava libertando seus escravizados sem ônus, alguns desses relatos traziam só o número de libertos, mas outros eram mais detalhados e forneciam o nome completo do senhor, o nome do liberto e idade, como no exemplo a seguir:

A exma. Sra. D. Izabel da Escarnação Pinto Guimarães restituiu a liberdade sem onus algum, em 14 de fevereiro ultimo, a escravizada Raimunda de 27 anos de idade e desistiu do direito aos serviços do ingenuo Analpho, Filho da mesma. (Pacotilha, 11 de maio de 1888. fl.2).

Enquanto a senhora Izabel da Escarnação Pinto Guimarães resolveu libertar sua escrava e o filho dela ainda no mês de fevereiro, outros senhores deixaram para fazer isso mais próximo

²⁰ Título retirado do Jornal Pacotilha em 13 maio de 1888, fl.2

do 13 de Maio de 1888. Alguns destes anúncios não trazem a data da libertação e são bem mais curtos, como este mais sucinto, relatando que “o Sr. José Simão Martins libertou incondicionalmente a 6 escravos que possuía” (Pacotilha, 11 de maio de 1888, fl.2).

O clima estava assim meses antes das festas da Abolição explodirem pela cidade de São Luís e em outras do Maranhão também, entre elas Caxias, Itapecuru, Alcântara. Algumas destas apresentam casos do não reconhecimento imediato a Lei, como por exemplo, Bacabal. Consequência disso foi a continuidade de açoites em ex-escravos, que na concepção dos senhores ainda eram suas propriedades.

A organização dos grupos a fim de comemorar a aprovação da Lei de 13 de Maio de 1888 nos interessa, pois, aí também estão embutidos sentidos para aquele momento em que a liberdade passava a não ser mais privilégio apenas dos senhores de escravos, ou daqueles escravizados que a adquiriam das mais diversas formas possíveis, fosse através de fugas, alforrias ou legalmente com as leis do ventre livre ou dos sexagenários.

A complexidade presente nestas festas passa pelos sujeitos que participam destes grupos, passa por suas convicções políticas, econômicas e pelo meio no qual estão inseridos,. Assim, os sentidos atribuídos a este momento tão significativo na história do Brasil devem ser levados em consideração com vistas às particularidades de cada um deles, sem deixar de lado os grupos e instituições das quais faziam parte os sujeitos.

Para narrar o desenrolar das festas, precisamos nos aproximar das ruas, das instituições e dos sujeitos na sua forma coletiva, com as ações dos grupos e características mais marcantes no que se refere a sua atuação social e espaços na cidade que ocupam. Vejamos um relato publicado no *Pacotilha* às vésperas da Abolição:

Festas da redenção- Desde hontem que começaram os festejos pela lei da libertação immediata dos captivos, que acha-se em discussão no senado. Certa nossa população que o projecto shairá triumphante na segunda camara e que a sua passagem terá a mesma celeridade que na outra casa do parlamento, não esperou que elle seguisse os tramites legaes e, sancionado, fosse convertido em lei. O regosijo que reinou na cidade desde ante-hontem á tarde, quando foi conhecida a convocação extraordinária do parlamento nesse dia, a aprovação do projecto na camara em terceira discussão, tem continuado em escala ascendente e já hontem á noite percorreu as ruas da cidade uma corridissima pesseata (Pacotilha, 12 de maio de 1888. fl.3).

A cidade já aguardava com grandes expectativas o dia da aprovação da Lei, a própria tramitação em caráter de urgência já foi motivação suficiente para uma primeira passeata no dia 11 de maio de 1888. Já era praticamente certo que seria aprovada a Abolição.

3.1 A passeata do dia 11 e organização de outras comemorações

Embora alguns senhores não acreditassem muito na Abolição de fato, e os anúncios de compra e venda de escravos ainda fossem comuns nos jornais, prevalecia um clima de expectativas da cidade para realização dos festejos em comemoração a aprovação da lei que traria mudanças tão significativas para o Brasil. O primeiro ato de comemoração em São Luís é datado do dia 11 de maio de 1888. Assim o jornal descrevia alguns detalhes:

Shaida da rua de Santa Anninha, da casa do sr. Sant' Anna Reis, em cuja a sala achava-se em lugar de honra, sob um docel, entre bandeiras nacionais artisticamente dispostas, o retrato do senador Franco Sá, um dos representantes mais conspicuos do abolicionismo no senado, e membro proeminente do gabinete Dantas, principiou a passeata seu trajecto pela rua dos afogados, donde passou a percorrer grande numero de ruas da cidade. Carregado por dois membros do Club Abolicionista ião dois andores em formas de pyramide, tendo nas faces do tronco os bustos dos conselheiros João Alfredo, Visconde do Rio Branco, Vieira da Silva, José Bonifacio e Dantas e o Dr. Joaquim Nabuco e duas inscrições. (Pacotilha, São Luís, 12 de maio, fl.3).

O que nos interessa apontar inicialmente é que desde o dia 11 começaram a aparecer as homenagens aos primeiros personagens a quem os jornais atribuíam a aprovação da Lei 3.353. Entre os espaços que podemos destacar como percurso para essas comemorações estava a Rua de Santa'Aninha que aparece de forma recorrente como ponto de partida das passeatas.

O número expressivo de passeatas saídas desta rua ou passando por ela pode não ter motivação apenas na sua localização geográfica, nossa hipótese é que isso ocorria porque sujeitos de destacada posição social que eram ligados a questão abolicionista ali moravam, como por exemplo o senhor Sant'Anna Reis, um dos principais fundadores do Club Artístico Abolicionista Maranhense.

A Passeata que antecedeu o 13 de Maio seguiu sem passar despercebida. Durante o percurso foram proferidos vivas a Abolição e aos personagens que os organizadores consideravam importante durante todo processo que culminaria na Lei. Houve participação de grande número de pessoas, segundo o jornal Pacotilha.

No momento em que a passeata chegou ao palácio, saudou o senhor Moreira Alves posto pelo jornal como abolicionista e membro delegado do gabinete 10 de Março²¹. Além dele falou também o Senhor Tito Lemos e ambos terminaram seus discursos saudando os abolicionistas brasileiros e o ministério 10 de Março, além da libertação dos escravos.

²¹ O conselho de ministros era presidido pelo Barão de Cotegipe que foi substituído por João Alfredo de Oliveira em março de 1888. O objetivo de João Alfredo na sua apresentação a câmara era encaminhar uma posposta que pudesse pôr fim a escravidão. Costa, Emilia Viotti da. Abolição. p. 13.

Houve também uma parada na Rua de Nazareth em frente ao escritório do Pacotilha para realizarem ali uma saudação, e em outros lugares alguns sujeitos até discursavam a favor da Lei. Ao chegarem à Rua do Sol o Senhor Farmacêutico Bento Serra da janela de sua farmácia fez um ligeiro discurso que foi correspondido pelo povo com vivas.

Quando a passeata cruzou a casa japonesa dos irmãos Guimarães de onde era possível ver no mirante uma bandeira nacional flutuante no topo do mastro, falaram os senhores Manoel de Bethencourt, Pedro Freire e o acadêmico Eduardo Machado. O jornal fez questão de destacar que eram exímios oradores e frenéticos, fazendo com que os ouvintes os aplaudissem após seus discursos.

Muitas outras manifestações de adesão receberam os abolicionistas que promoverão a passeata de hontem, que receberam vivas e saudações ethusiasticas de diversas casas de familia por onde passavão, destacando-se a da familia do major Antonio Pedro Ribeiro de Moraes, que se achava toda iluminada, e d'onde as senhoras davão vivas aos abolicionistas e atiraram flores sobre os manifestantes. No quartel um official fez um eloquente discurso que foi estrondosamente acolhido pela multidão que deu-se estrepitosos vivas. Também forão pelos manifestantes saudados todos os abolicionistas que tem tomado posição mais franca e saliente na grande cruzada, cujo fim se aproxima. (Pacotilha, 12 de maio de 1888, fl.3).

Esta passeata teve lugar de destaque no jornal Pacotilha tomando duas colunas da terceira página, indicando a relevância daquela notícia um dia antes da aprovação da Lei. Os editores resolveram focar em como a sociedade estava disposta a apoiar o momento que estava por vir, inclusive com discursos calorosos.

A mesma comemoração é relatada no Jornal Diário do Maranhão com o título “Passeiata”. Com narrativa semelhante a do Pacotilha, destacou porém, a “adesão com alegria da grande e compacta massa popular”. Tanto o Pacotilha quanto o Diário do Maranhão relatam um conflito que ocorreu durante a passeata, porém o segundo faz referência mais detalhada.

Temos que lamentar que meia duzia de malfeitores, de desrespeitosos, abusando da hora e do motivo, entenderam poder proferir toda sorte de inconveniências, praticando atos reprovaveis insultando familias. Dizem nos que ate chegou o desrespeito ao ponto de atirarem pedras, em algumas casas de familias respeitaveis na rua de Sant' Anna, grande e outras, quebrando até vidraças. Ninguem se oppõe ás manifestações e á expansão da alegria, mas é certp que não póde pessoa alguma ficar sujeito a occasiões taes, semelhantes a atentados. (Diário do Maranhão, 12 de maio de 1888, fl.1).

O grupo que organizou este momento não é especificado, porém, é destaque para seu sucesso, pois a passeata saiu às 8h da noite e se prolongou até altas horas. Poucos conflitos ocorreram, “Alguns espíritos pequenos fizeram desacatos em uma ou duas casas de desafectos seus” (Pacotilha, 12 de maio de 1888. fl.3).

O jornal O Paiz do dia 12 de maio de 1888 quase não apresentava notícias a respeito de comemorações por ocasião da possibilidade da Abolição da escravidão no Brasil, porém há um relato de conflito no dia 11, provavelmente causado pela mesma passeata a que noticia os dois outros jornais.

Noticiário - O acadêmico Castro de Viveiros queixou-se a presidência da província de haver sido apedrejada sua casa, à rua de Sant' Anna, por pessoas que fazem parte da passeata do Club Artistico Abolicionista que hontem percorreu as ruas da cidade. S. exc. ordenou ao delegado de policia, encarregado da chefeatura, que procedesse ao corpo de delicto na casa, cujas vidraças foram quebradas e em um criado do conselheiro Gomes de Castro, que por ocasião do apedrejamento foi ferido por um projectil, e abri-se ao mesmo tempo inquérito para descobrir o autor do crime. (O Paiz, 14 de maio de 1888. fl. 2).

Apesar dos jornais tentarem exprimir a ideia de comunhão, solidariedade e respeito nas festas é possível identificar através de noticiários desse tipo que alguns conflitos foram desencadeados em meio às passeatas, demonstrando assim que nem todos comungavam da mesma ideia a respeito da aprovação da Lei que movimentava o Brasil.

Com relação ao apedrejamento as providencias policiais foram tomadas de acordo com o solicitado por Castro de Viveiros e as comemorações continuaram nos dias seguintes, e assim continuavam festejos em meio a muitos regozijos e conflitos.

Em homenagem à abolição do elemento servil, pela lei que hontem foi saccionada, rogo a v.s. permita que eu conceda aos meu alumnos três dias de sueto, com o fim de concorrer para eu foque gravado, ainda mais, nos ternos corações dos meninos, o acto christianissimo da Nossa Augusta Princeza, que, descarregando o ultimo golpe na hydra da escravidão, acaba de mostrar ainda uma vez que, tendo em alta conta a moral christã, é merecedora do applauso e estima dos Brasileiros, que com toda justiça remdem ao seu coração um culto como ao templo sacrosanto da virtude. Congratulo me com v.s pela profunda alegria que enche o coração do Brazil, e oxalá que aurora de 13 de maio de 1888 traga bem depressa á nossa pátria o sol benéfico que ella tanto almeja para o seu engrandecimento. (O Paiz, 14 de maio de 1888. fl 2).

Este texto é assinado pelo professor Manoel Jansen Muller, que o encerra na expectativa de ser atendido. Fica claro que ele aproveita a oportunidade para expressar sua opinião sobre a Abolição do elemento servil no Brasil, e enaltecer a Princesa Regente.

Abrimos um parenteses para comentar uma comemoração mais discreta, digamos assim. Com letras em negrito a edição do jornal *O Paiz* avisa que “em homenagem a lei que extinguiu a escravidão, fechamos amanhã nossas oficinas” (O Paiz, 14 de maio de 1888, fl. 2). Talvez esta fosse uma das formas encontradas pela edição do jornal de tentar demonstrar de algum modo sua satisfação pela aprovação da Lei. No mesmo dia 14 o periódico trata de noticiar o acontecido da seguinte forma:

Noticiário- 13 de maio. Hontem as 3 horas e 15 minutos da tarde, a Augusta Princeza Regente assignou o decreto que aboliu a escravidão novelando perante a lei todos os brasileiros [...] Agora convém- e para isso devem convergir os esforços de todos- é que aquelles a quem a nova lei conferiu o titulo de cidadão, façam da liberdade bom uso, entregando-se ao trabalho, que o mais poderoso fator de progresso e engrandecimento dos povos. Só assim poderá a nossa pátria caminhar com passos largos para o grandioso futuro que lhe está reservado. (O Paiz, 14 de maio de 1888, fl. 2).

Os textos que foram publicados nos diferentes jornais não destoavam grandemente uns dos outros. Sempre destacavam a importância dos ex-escravos saberem utilizar sua liberdade, como se quisessem ensiná-los como ser livre, indicando que o trabalho era a melhor saída, delineando os sentidos atribuídos à liberdade e à aquele momento pós-abolição da escravidão.

Fechando parenteses e continuando no dia 11 de maio de 1888 agora com o jornal Diário do Maranhão 1888, este em sua segunda página traz algumas publicações referentes à organização das festas.

Os estudantes do *Lyceo*, por exemplo, resolvem adiar sua comemoração para dia em que fosse aprovada a Lei no senado brasileiro. Enquanto os estudantes apenas adiavam sua comemoração, realizou-se uma missa em ação de graças motivada por todo este momento.

Ação de graças- Os revems sacerdotes do seminário de S. Antonio, logo que tiveram noticia hontem que a camara temporária approvara em terceira discussão o projecto que esxtingui a escravidão no Brazil, fizeram espalhar um boletim, convidando os fieis para assistirem a um *Te-Deum* que seria cantado em regozijo por acontecimento que enche de prazer todos os brasileiros. E de facto. As 7 horas da noite a igreja de S Antonio ficou litteralmente cheia de fieis. (Diário do Maranhão, 11 de maio de 1888, fl. 2).

O celebrante, monsenhor Doutor Mourão, ao subir no púlpito para sua homilia afirmou que a escravidão tinha sua origem no pecado e que a geração atual não era responsável por isso. Destacou ainda que na ação da princesa regente não houve nem vencedores e nem vencidos.

Ele terminou sua fala aconselhando aos futuros libertos que fizessem bom uso da sua liberdade, ressaltando que se regenerassem pelo trabalho e pela fiel observância das máximas evangélicas, como se fora da realidade indicada nestes conselhos fosse impossível que os ex-escravizados tivessem capacidade de administrar suas vidas de libertos longe da tutela de seus ex-senhores. Essa maneira de interpretar a Abolição foi recorrente antes e depois do 13 de Maio de 1888.

3.2 O dia 13 de Maio de 1888 em São Luís

As informações extraídas dos jornais indicam que este foi um dia de muita euforia na capital da província do Maranhão, assim como em outras por toda Brasil.

FESTA DA REDEMPÇÃO — tem continuado animadissimas as festas comemorativas da emancipação dos captivos. Desde as 4 horas da tarde de hontem até avançadas horas da noite percorrerão diversas ruas da cidade diferentes passeatas, dando vivas entusiasticos á abolição, aos apóstolos da liberdade, ao gabinete 10 de março e á Augusta Princeza Izabel Regente. Logo que foi conhecida a sacção da nova lei, que era hontem mesmo esperada, da frente do escriptorio d'esta redacção e de muitos outros pontos da cidade, forão soltados innumerous foguetes, em sinal de regosijo. Pelas 4 horas da tarde uma passeata, com banda de música do 5º batalhão de infantaria a frente, deu começo aos festejos de dia. (Pacotilha, 14 de maio de 1888, fl. 3).

Esta passeata que iniciou seus festejos durante o dia fez uma parada em frente à casa do senhor Henry Airrie, que na ocasião era cônsul inglês na capital e era cumprimentado com vivas sendo assim correspondido por ele, que com este gesto apoia a passeata.

É importante ressaltar que em outra ocasião, dias antes da aprovação da Lei, foi justamente ele que se incomoda com as notícias publicadas nos jornais a respeito da Abolição da escravidão, como pode ser identificado no anúncio sobre o concurso, onde ele assina, como já foi referido anteriormente na ocasião que citamos o concurso promovido pela Associação Comercial.

No percurso da passeata outras paradas foram feitas para saudar sujeitos a quem julgassem necessários, como foi o caso de uma que foi feita em frente redação do jornal Pacotilha para saudar o senhor Pedro Freire que os respondeu da grade do seu jardim com algumas palavras, sendo imediatamente correspondido pelo Doutor Barbosa de Godois, que agradeceu em nome da redação a manifestação favorável.

Esta mesma passeata contou ainda com algumas falas, como era característico deste tipo de comemoração. A fala foi concedida ao Dunshee Moura que, segundo jornal Pacotilha, foi bem recebido pelo público. Depois disso, seguiram para um dos locais onde notadamente as passeatas tinham destino certo, o palácio do governo. O objetivo era cumprimentar o Presidente da Província, como delegado do ministério 10 de março.

Os jornais continuaram a destacar as comemorações na cidade. Na rua dos Afogados, do colégio do senhor Pacifico foi feita oração pelos senhores Pedro Freire e Bethencourt. O dono do Colégio recitou uma poesia que foi aplaudida. Os empregados públicos também foram às ruas em passeatas acompanhadas pela Banda de música do 5º Batalhão de Infantaria e as casas estavam iluminadas como em noites de grandes eventos.

3.3 O Clube Atístico Abolicionista Maranhense, a Sociedade Treze de Maio Beneficente dos Libertos e o Club 13 de Maio no contexto da Abolição.

Este Clube informou pelo jornal Pacotilha do dia 12 que, em assembléia geral, ficou resolvido promover o recolhimento de donativos por freguesias para os festejos que se realizariam no dia da extinção do elemento servil. As comissões distritais foram distribuídas da seguinte maneira:

TABELA 2: Comissões distritais organizadas para arrecadar recursos financeiros para as festas da Abolição do Clube Artístico Abolicionista Maranhense.

CLUB ARTISTICO ABOLICIONISTA MARANHENSE		
1ºFREGUESIA	2ºFREGUESIA	3ºFREGUESIA
Feliciano Primo Prada	Dr. Francisco Antonio Brandão	João Francisco da Silva
Paschoal João Paulo dos Anjos	Braulino José da Silva	Filomeno Victor Vieira
Ovidio Correa Pinto	Irineu Eusebio Pereira	Joaquim Alves dos Santos
Pacifico Bessa	Silvio Deocleciano Nava	Gregorio Antonio dos Santos
Raimundo Nonato Reis	José Clarindo de Barros	Avelino José de Souza

Fonte: Pacotilha, São Luís, 12 de maio de 1888 fl.3

Este foi o único grupo que tivemos conhecimento desse tipo de organização antes do dia 13. Talvez o objetivo fosse ter maior abrangência no recolhimento dos donativos e desta forma acabavam também levando a notícia da possibilidade real de aprovação do projeto da Abolição adiversos locais.

No que se refere às freguesias, é importante ressaltar a sua relevância neste contexto, pois a cidade estava centrada praticamente nelas, e, portanto, as notícias circulavam em seus núcleos.

Três freguesias constituíam o perímetro urbano da capital maranhense: 1ª Freguesia - Nossa Senhora da Vitória; 2ª Freguesia - Nossa Senhora da Conceição; 3ª Freguesia - São João Batista. A maioria da população classificada como branca no recenseamento geral do Império se concentrava na primeira freguesia da cidade, onde se localizava o principal bairro comercial da capital e as instituições políticas. Esse grupo também avulta na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, sendo bem menor na terceira freguesia, área ainda em expansão no começo da década de 1870. Os poucos caboclos

que moravam na cidade também se concentravam na primeira freguesia, onde se localizava o porto da cidade, acesso fácil às praias licenciadas para venda de peixe. A população preta, composta majoritariamente por escravos, também se concentrava na primeira freguesia, ainda em números substantivos na Nossa Senhora da Conceição e, conforme todos os grupos analisados, tendo representação bem menor na terceira freguesia da cidade. Os pardos foram a única população a destoar do padrão de concentração dos demais grupos de cor, pois a maioria deles habitava a segunda freguesia da cidade. Eles eram encontrados numa quantidade significativamente menor que brancos e pretos na freguesia da Vitória e também eram poucos na terceira freguesia. (JESUS, 2015, p. 68).

A cidade de São Luís era concentrada basicamente nestas três freguesias e sua composição racial foi muito bem delineada por Jesus (2015). Foram nesses espaços que as festas se concretizam e isso significa que mesmo que os jornais não mencionem diretamente a participação de ex-escravos é pouco provável que eles não estiveram presentes. Além deste grupo destacado para angariar donativos, havia outro grupo de estudantes responsáveis pelo mesmo objetivo.

TABELA 3: Comissão dos estudantes destacada para arrecadar recursos financeiros para as festas da Abolição organizada pelo Club Artístico Abolicionista Maranhense.

COMISSÃO DOS ESTUDANTES
Alfredo Januario de Araujo Costa
João Julião Ferreira
Manoel Amancio Maia
Marcilio Oliveira
Ambrosio da Costa Vianna

Fonte: Pacotilha, 12 de maio de 1888, fl.3.

Tanto as primeiras comissões quanto a dos estudantes ficaram autorizadas a nomear seus auxiliares, sendo responsáveis inclusive pelas contas que tivessem que prestar a diretoria. Não consta no texto publicado pelo jornal quais seriam as áreas de atuação dos estudantes, mas eles sempre estiveram inseridos direta ou indiretamente na organização das festas da Abolição.

Com relação à passeata ocorrida no dia 11 de maio, esclarecem que não foi promovida pelo Club Artístico Abolicionista Maranhense, como ratifica a sua diretoria na edição do jornal Pacotilha do dia 13 de Maio. Eles fazem questão de deixar bem claro que a iniciativa foi do senhor Joaquim Sant' Anna Reis.

Retificação- Tendo hontem, alguns jornaes d' esta capital, noticiado a passeata effectuada no dia 11 do corrente, foi do Club A. Abolicionista Maranhense, apressamos-nos em declarar que os festejos d'esse mesmo Club ainda não forão realizados, e que aquella passeata foi feita unicamente ás expensas do sr. Joaquim Sant' Anna Reis [...]. (Pacotilha, 13 de maio de 1888. fl.3).

As festas não podiam se confundir, embora comungassem do mesmo desejo de comemorar a aprovação da Lei, cada um deveria ter sua especificidade. Até o dia 13 de Maio o Club Artistico Abolicionista Maranhense não havia realizado nenhum tipo de comemoração, apenas chamava atenção através dos jornais a respeito do recolhimento de donativos e que ainda realizaria uma passeata.

Era também importante deixar claro que eles não haviam realizado passeata alguma para que o nome do clube não fosse associado a conflitos e tensões, como o que ocorreu na primeira passeata realizada por Joaquim Sant' Anna Reis, já que na notícia do apedrejamento é afirmado que este clube foi que teria organizado a passeata.

A cidade já estava preparada para comemorar a Aprovação da Lei antes do dia em que foi assinada, como demonstraram as notícias cotejadas nesta pesquisa. O único jornal que teve publicação no domingo, dia 13 de Maio de 1888, foi o Pacotilha. A edição trouxe as notícias da Abolição da escravidão na primeira página, a que era a mais importante e onde se divulgava serviços e produtos.

Neste mesmo dia, o Club Artistico Abolicionista Maranhense tinha seu anúncio convocando as suas comissões organizadas por freguesias na página inicial. Notícias de fora da Província do Maranhão também chegavam à capital, estimulando ainda mais as comemorações mais diversificadas possíveis.

Uma das comemorações mais aguardadas era aquela planejada pelo Clube Artistico Abolicionista Maranhense, marcada para o dia 17 de maio, onde se realizaria uma sessão magna. Vejamos detalhes do evento:

Presidiu-a o exmo. sr. presidente da provincia. Entre outros cavalheiros fallaram os srs. dr. Brandão, Manoel de Bittencourt e Prazeres Freitas. Eram recitadas algumas poesias as quaes destacou-se a do sr. dr. Alvares Pereira. Pelas diretoras do collegio S. Barbosa foi offerecido a S. A. a Princeza Regente por intermedio do sr. dr. Moreira Alves um lindo bouquet de flores artificiaes. (Pacotilha, 28 de maio de 1888, fl. 2).

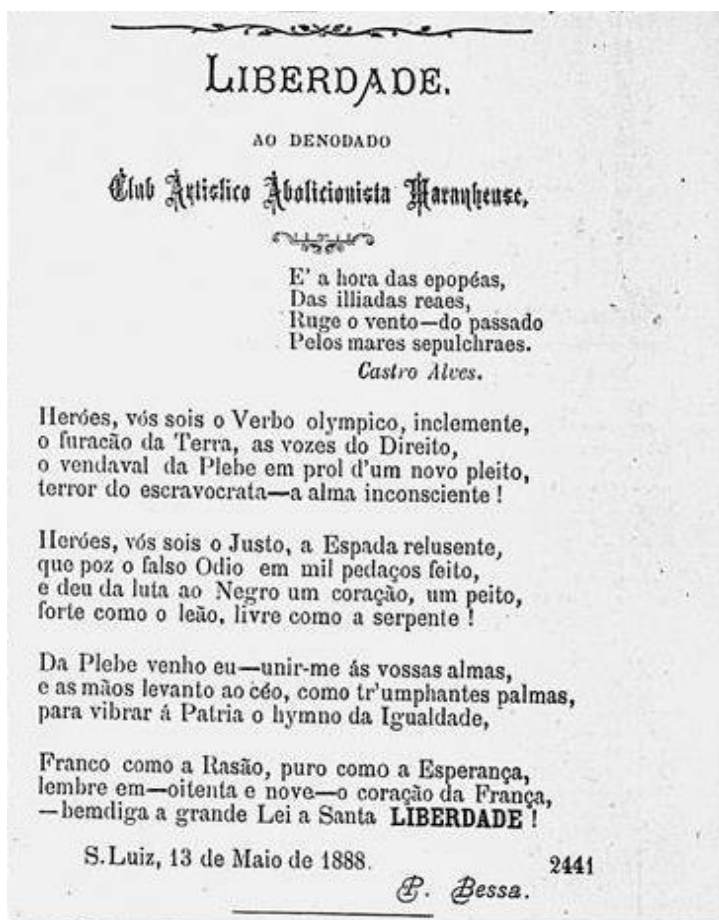
Segundo este jornal o professor Manoel Bittencourt mencionou que um amigo seu havia sugerido que fosse levantado um monumento que representasse o 13 de Maio de 1888. A figura que representava bem a extinção da escravidão no Brasil para o povo do Maranhão era o então

ministro da marinha, conselheiro Luiz Antonio Vieira da Silva que também exercia o papel de representar a província no senado.

Os que estavam reunidos nesta seção magna o tinham como alguém que se esforçou para que a liberdade dos cativos fosse uma realidade concreta. Os membros do clube Artístico Abolicionista Maranhense e os demais presentes foram unânimes em aceitar a sugestão. logo em seguida foram organizadas as comissões que colocariam em prática a ideia. Desta forma acreditavam que o povo do Maranhão estava agradecendo de forma peculiar.

As formas de agradecimento se multiplicavam, exemplo disso é um texto em formato de poema com quatro estrofes que foi publicado no jornal *Pacotilha* de autoria de Pacifico Bessa, um dos que vez ou outra estava presente nas diversas comemorações. Segue o poema extraído nas fontes.

Figura 4. Homenagem a Abolição



Fonte: Pacotilha, 30 de maio de 1888. fl.2.

O Clube Artístico Abolicionista Maranhense a quem foi oferecida a poesia, além ter atuado em favor dos ex-escravizados em algumas prisões, como a de Candida anteriormente mencionada, também comungava do desejo de “agradecer” da melhor forma possível o “favor”

que havia sido realizado, fosse pela princesa regente ou pelos políticos que estiveram na votação do projeto.

No que se refere ao Clube, não passavam uma ideia de comemoração momentânea, pareciam regozijar pela vitória de uma batalha difícil que haviam ganhado. Detalhes acerca da atuação do Clube em São Luís e no Maranhão carecem serem melhor aprofundados. Seus membros ainda se reuniam no dia 3 de junho às 5 horas da tarde na casa do Largo dos Remédios, número 1, com objetivo de liquidar as contas e deliberar a respeito de outros festejos que ainda desejavam realizar.

Possivelmente junto a essa liquidação também prestariam contas dos fundos angariados pelas comissões e decidiriam como se haveria de empregá-los na realização dos festejos. Acerca destes donativos temos os seguintes resultados até dia 16 de maio:

Tabela 4: Valores arrecadados para realizar comemoração do Clube Artístico Abolicionista Maranhense.

1ª freguesia	33\$000
2ª freguesia	38\$000
3ª Freguesia	25\$000
Estudantes	36\$000
Total	132\$000

Fonte: Pacotilha, 16 de maio de 1888. fl.3.

O total que conseguiram as comissões é um valor considerado significativo, pois não tinha muito tempo que haviam sido formado os grupos de recolha de donativos e somente a primeira freguesia tinha recolhido o valor de 33\$000, o que chega próximo do suficiente para pagar um mês de aluguel em uma casa de meia morada localizada no centro da cidade que custava a quantia de 35\$000.

Desse modo, o clube conseguiu angariar um valor total que pode ser considerado expressivo. Eles decidem fazer ainda uma comemoração do aniversário da princesa tendo sido ela associada à Abolição, como podemos ver abaixo:

O Club Artístico Abolicionista Maranhense, em sessão de hontem, resolveu realizar uma grande passeata no dia 29 de julho para solmnizar o anniversario natalicio da Princeza Izabel Regente, signatária da lei redemptora dos escravos, lei cuja promulgação o dito Club festeja pela segunda vez. (Pacotilha, 4 de junho de 1888. fl. 3).

Fica claro em mais esta comemoração em forma passeata que, na interpretação do clube, se não fosse a princesa Regente não haveria liberdade para os cativos e que, portanto deveriam demonstrar satisfação mais esta vez saindo as ruas de São Luís para festejar o fato dela ter completar mais um ano de vida.

Entre os grupos que parecem estar ligados mais diretamente as causas da Abolição estão o Clube Artístico Abolicionista Maranhense, A sociedade Treze de Maio Beneficente dos Libertos e o Clube 13 de maio. Este último aparece no Jornal *Pacotilha* de 10 de junho de 1888 com o seguinte texto, “tendo de realizar-se a inauguração deste club com uma esplendida partida na noite de 23 do corrente, scientificamos as exmas. Familias convidadas e os senhores sócios. 9-8-88. Os directores *A. Ramos. D. Mouras*” (Pacotilha, 10 de junho, 1888, fl. 3). A respeito da criação deste clube foi feito um esclarecimento importante, como é possível acompanhar pelo extrato a seguir:

Sociedade Beneficente 13 de Maio. Constando que algumas pessoas que compunham uma irmandade particular denominada- Santo Antonio- resolveram transforma-la em sociedade beneficente com nome- 13 de Maio- cuja instalação consta, será effectuada em 24 do corrente, veem pois os abaixo assignados protestar contra usurpação d’aquelle nome que lhes querem agora fazer que tendo a lembrança de sociedade beneficente com titulo-13 de Maio- o sr. Serapião Angelo Azevedo, logo tratou de associar socios e reunidos mais de vinte pessoas, adheriam a idéa do sr. Azevedo, e vários dos presentes foram encarregados de arranjar socios; authorizou-se mais ao sr. Serapião Azevedo a anunciar pela imprensa nova reunião afim de ser acclamada uma directoria provisória e trata-se da confecção de estatutos, o que, anunciado pelo jornal *Pacotilha*, de 1, 2 e 3 de junho, teve lugar a reunião neste ultimo dia, sendo os abaixo assignados acclamados directores; e é pois pelo facto de não ter até está data constado pela imprensa a organização de sociedade beneficente com identico nome, (a não ser esta) que os abaixo assignados prestestão, etendo de ter lugar no próximo mez de julho a instalação da sociedade, conservarão o nome-13 de Maio- visto assim ter sido aprovado e deliberado em reunião e aprovado em reunião de assembléia geral na noite de 10 do corrente mez. Maranhão, 15 de 1888 (Pacotilha, 15 de Junho de 1888.fl.3).

Nesta ocasião a irmandade Santo Atnônio se passaria chamar Sociedade Beneficente dos Libertos, o Clube Artístico Abolicionista Maranhense já existia, portanto possivelmente quando trata de usurpação do nome 13 de Maio não se refere a este como talvez poderíamos pensar, afinal uma era Clube Artístico e outro Sociedade Beneficiente.

É possível identificar que eles consideravam importante registrar o nome *13 de Maio*, pois ele estaria diretamente associado ao momento que se vivia, sendo inclusive necessário ir a público através do jornal desfazer qualquer tipo de confusão e aproveitar para lançar a sua diretoria composta da seguinte forma:

Serapião Angelo Azevedo-P. Alexandre Almeida -V.P. José d’Oliveira Martins-1º S. José Luís da Costa Leite-2º S. Januario Pedro de Jesus- T. Gil de Castro Pereira-P. J.

George Growell-O. Manoel José Pereira-F. Manoel Pires Bastos-F. João Ferreira Bordallo- F. José Innocencio Gomes-V. Julio Vieira d'Araujo-V. Joaquim Gomes Lisboa-V. (Pacotilha, 15 de junho de 1888. fl.3).

Organizado e definido o papel de cada sujeito dentro deste grupo a sua primeira ação registrada foi justamente a comemoração do aniversário da princesa regente, como faz referência o jornal *O Paiz* do dia 24 de julho. A banda da Casa Educandos e Artífices receberam o convite para participar.

No espaço do jornal reservado para publicação dos ofícios encaminhados por parte do governo a diversas instituições, a referida banda foi orientada a comparecer às 6 horas da tarde do dia 29 de julho de 1888, em frente ao prédio de número 70 localizada na Rua Formosa.

3.4 A Associação Comercial do Maranhão: das preocupações as comemorações

A Associação Comercial preocupada com a nova situação do Brasil tentava amenizar os efeitos da extinção do *elemento servil* na economia da província do Maranhão. Nos jornais era comum encontrar publicações neste sentido, buscando alternativas na sociedade e propostas de como passar por esta substituição do trabalho sem causar grandes impactos.

Associação Comercial – Ao comercio e à lavoura. A Associação Commercial, desejando concorrer para o estudo do methodo a adoptar-se na substituição do elemento trabalho servil para o trabalho livre, com applicação à lavoura da província, já resolveu convidar todas as pessoas que se interessem pelo futuro desta terra, para uma conferencia no dia 30 de maio, nos seus salões; e como servir de estímulos, tem resolvido offerecer um premio de quinhentos mil réis ao autor do melhor methodo ou plano que for apresentado naquele sentido.(Pacotilha, 13 de maio de 1888, fl.3).

Embora a associação estivesse realizando um concurso e não uma festa propriamente assim como os outros grupos, esta ação está inserida neste contexto, pois enquanto muitos se dedicavam a comemorar a extinção do elemento servil, procurava alternativas para viabilizar a existência de uma economia não tão caótica como muitos previam, não festejando, parecendo se preocupar apenas com a “perca de uma mercadoria” e com “lucros”. Algumas condições eram necessárias para que os candidatos pudessem participar.

Este premio será concedido mediante as seguintes condições: 1ª. O plano devera ser publicado até o dia 20 de maio em alguns dosjornaes diarios, cujas suas redacções tem bizarramente colocado em suas columnas a disposição de quem quizer discutir tão momentoso assumpto. 2ª. O plano deve versar sobre o modo praticável de operar-se a transformação do trabalho com próprios elementos da provincia, visto isso não será provável attrahirmos uma correte de immigração. 3ª O autor pôde, querendo, conservar o anonymo de seu trabalho, ao publica-lo, mas devera mandar ao presidente desta associação, em envelope fechado, a epigraphe de seu trabalho e a sua assignatura para ser aberto no acto da coneferencia, com permissão sua. 4ªO autor de qualquer methodo pode sustentar suas idéias na referida conferencia. 5ªO premio será dado a quem obtiver maior numero de votos de um jury de 5 membros, nomeado na

dita conferencia do dia 30 de maio. 27 de abril de 1888. *Henry Airlie P. Chrispim A. Santos S.* (Pacotilha, 13 de maio de 1888. fl.3).

A publicação é datada originalmente de 27 de abril de 1888 e até o dia 13 de Maio do mesmo ano não havia resposta para uma das perguntas mais complexas que se podia fazer no que se refere à transformação do trabalho, como se faria para resolver o problema dos ex-senhores de escravos?

O posicionamento da Associação Comercial fica nítido com relação à Abolição da escravidão no Brasil, ou seja, desfavorável embora depois da Lei aprovada em outros momentos eles estejam apoiando seus trabalhadores que por sua vez fariam uma passeata em regozijo a nova Lei.

À medida que os jornais publicavam notícias sobre as festas apareciam opiniões contrárias a Abolição. Mesmo que se tentasse esconder essas opiniões divergentes elas acabavam sendo demonstrados implícita ou explicitamente, como nos textos que emitiam opinião sobre a transformação do trabalho.

Por outro lado chama atenção a comemoração da Associação Comercial que foi divulgada praticamente todos os dias e sua concretização teve relativamente pouco destaque nos três jornais. Os textos publicados neles que serviam de convite são mais detalhados e mais bem divulgados do que a própria concretização do evento.

No salão da Associação Comercial ante-hontem ao anoitecer a sessão solemne dos empregados do comercio, que foi presidida pelo exmo. sr. dr. presidente de provincia. Fallaram os srs. Hermenegildo Jansen Ferreira, presidente da Associação Comercial, dr. Paula Duarte, Afonso Mendes, Virgínio Nunes de Melo e outros cidadãos. Finda a sessão, sahiu a passeiata que percorreu varias ruas da cidade. (O Paiz, 21 de maio de 1888. fl. 2).

A sessão terminou com uma passeata que fez algumas paradas pelas ruas de São Luís. Ao chegar à Rua dos Afogados o capitão Antonio Leite de Moraes Rego da janela de sua residência recitou uma poesia que foi igualmente publicada no jornal enaltecendo a liberdade e condenando a escravidão, sem focar muito o sujeito que fora escravizado, como fez Eduardo Machado na sua composição.

O percurso da passeata foi divulgado no convite que foi feito a população de maneira em geral, dias antes de acontecer, como é possível ver pelo relato que segue:

Trajeto da passeiata-Praça do Commercio, rua do Trapiche, Rampa, largo de Palacio, praça da Assembléia, rua de Nazareth e Estrela, largos das Mercez, rua 28 de Julho, Sant' Anna. Palma, Sant' Anninha, Paz, Remédios, largo dos Remedios, ruas do mesmo nome, Affogados, Cruz, Paz, Grande, S. Pantaleão, Misericórdia, Madre Deus, Grande, largo do Carmo a debandar. (Pacotilha, 19 de maio de 1888. fl.2).

A divulgação da concretização desta comemoração foi pequena, porém é interessante ressaltar alguns pontos que são abordados nos jornais *Pacotilha* e *Diário do Maranhão*, como o fato deles terem distribuído esmolas de 3\$000 aos pobres. Com essa quantia era possível comprar um paneiro de farinha seca no estabelecimento de Manoel Francisco Ferreira & C, localizado na Rua São João canto com os Afogados.

Houve ainda a participação de alguns sujeitos, entre eles os senhores Virgilio Cantanhede, Aristides Cunha Rego Andrade, José J. Pereira e Fabio Mattos. É registrada ainda uma parada na casa de Chrispin Santos, um dos membros da Associação Comercial.

3.5 A Câmara Municipal de São Luís festeja Abolição

É importante ressaltar que esta comemoração não foi efetivada com recursos particular, mas sim público já que se tratava de uma entidade governamental. *O Paiz* informa na parte de ofícios a cerca da concessão destes recursos.

Offícios: A camara municipal da capital. — Concedo a autctorização, pedida pela camara municipal da capital, em officio de 11 do corrente para despender pela verba-Obras públicas — do exercício vindouro, até a quantia de quinhentos mil réis com festejos pela passagem da lei, que extinguiu a escravidão no Brazil (O Paiz, 19 de junho de 1888.fl.1).

Estavam presentes, os vereadores Doutor Fernandes, Xavier de Carvalho, Silva Serra, Alfredo Serra, Marques Rodrigues, Prado e Jeronymo de Tavares que era o vice-presidente. Além, destes a sessão contou com a presença do Presidente de Província, o reverendo bispo diocesano monsenhor Mourão e Henry Airlie, cônsul de sua Majestade Britânica.

A quantia liberada foi considerável, pois esta equivalia a um terreno situado na Madre Deus entre o largo e hospital militar. O relatos dão conta de uma decoração bem apresentável, com recinto estava todo embandeirado e com grande número de pessoas, indicando que seria uma comemoração que tinha intenção de ser notada e comentada nos jornais, como de fato foi.

A sessão foi aberta pelo senhor Tavares e logo em seguida tomaram a palavra na sequência o doutor Fernandes, o acadêmico Eduardo machado, o bispo diocesano, o dr. Moreira Alves, o senhor Henry Airlie e os acadêmicos Moura e Mello. Como de costume da época não poderia faltar a recitação de poesia que ficou a cargo do o senhor Manoel de Bettencourt.

O término dos pronunciamentos ocorreu por volta das 10 horas da noite, quando foi iniciada a passeata rumo ao Palácio do governo. As paradas para saudações também eram elementos constituintes deste tipo de comemoração, portanto, da janela da casa do senhor Dr. Adriano dos Santos falou o reverendo Cônego Batista.

Outras paradas foram feitas e a passeata foi bem cumprimentada durante o percurso, como demonstra o relato dos jornais. De uma das janelas da casa do senhor dr. Viana Vaz falou o senhor dr. Paula Duarte, posteriormente falaram também da janela da frente do teatro São Luiz os senhores Manoel de Bettencourt, Pedro Freire, Eduardo Machado e o senhor Xavier de Carvalho, de uma das sacadas de sua casa. Alguns detalhes desta passeata foram dados a conhecer pelo jornal Pacotilha:

Sempre na melhor ordem possível, percorreu a passeata, composta de mais de quatro mil pessoas, diversas ruas da cidade, sendo proferido quasi que a cada momento discursos entusiasticos, por toda parte onde ela passava. Á uma hora da madrugada foi que ella dispersou-se. (Pacotilha, 16 de maio de 1888. fl.3).

Após a sessão magna parece que a passeata foi muito bem correspondida pela população que participou, pois, as fontes apontam que compareceram mais de quatro mil pessoas. O prolongar do horário também indica que as paradas foram longas e que vários sujeitos desejavam demonstrar sua opinião acerca deste assunto.

3.6. Os estudantes e suas comemorações

Ainda que não estivesse resolvida a situação dos ex-senhores, após o dia 13 seguiam as realizações das festas a que os jornais noticiavam em nome dos grupos. A seção solene organizada pelos estudantes do Liceu do Maranhão ocupou lugar especial no jornal *O Paiz*.

Os estudantes do Lyceu realisam hoje a noite uma sessão solenne em homenagem a lei de 13 de maio de 88. Terá lugar a sessão no theatro S. Luiz, que está brilhantemente adornado de bandeiras e festões de flôres, tendo em frente ao palco a Estatua da Liberdade, quadro executado pelo estudante Montrose, habil amator. O quadro representa uma mulher, envolta em roupagens, azues na dextra um sceptro d'ouro, na esquerda um barrete phrygio, e que revela proporções nas proporções estheticas a bonita imaginação do novel pintor. Em frente os camarotes de 2ª ordem acham-se fixados escudos, com os nomes dos principais vultos políticos e litterarios do Abolicionismo. A comissão encarregada dos festejos, composta dos estudantes Costa Miranda, Vianna Ribeiro, Reis Lisbôa e Philadelpho Cunha, tem sido incansavel em proporcionar ao publico uma festa na altura do grande acontecimento que comemora. (O paiz, 16 de maio de 1888. fl.2).

Uma das primeiras festas ocorridas Pós-Abolição em São Luís foi à dos estudantes, devidamente ornamentada e enaltecendo figuras consideradas por eles fundamentais no processo de aprovação da Lei. Uma comemoração muito esperada e apoiada pelo Presidente de Província do Maranhão que através de requerimento solicitava que o teatro São Luís fosse cedido aos alunos sem custo algum, como demonstrado anteriormente.

A seção solene realizada pelos estudantes do Liceu do Maranhão foi referenciada nos três jornais, praticamente na mesma proporção e com detalhes semelhantes. O *Pacotilha* apresentou o evento como segue:

No theatro S. Luiz effectou-se hontem a seção solemne promovida pela classe estudantal em regosijo a lei de 13 de maio que extingiu escravidão no Brasil. O edificio achava-se completamente cheia de povo, destacando-se muitas familias em dversos camarotes [...]. tomando a palavra o Sr. Manoel de Bethencourt leu um bellissimo discurso, que publicaremos amanhã. Ao somar a tribuna Sr. Dr. Paula Duarte foi distincto saudado freneticamente por uma chuva de palmas. Pronunciou s.s um eloqüente discurso, sendo a cada momento interrompido por repetidos bravos. Fallaram mais os srs. Pedro Freire que fez um enthusiastico discurso, sendo bastante apllaudido, e os srs. Victor Castelo, pharmaceuticos José Tavares e Victal de Mattos, academicos Eduardo Machado. Dunshee Moura, R. Perdigão e muitos outros distinctos cavalheiros. Recitaram algumas poesias dr. Alves Pereira e Aluizo Porto. (Pacotilha, 17 de maio de 1888. fl.3).

Assim como outras comemorações esta também teve como elemento estruturante as falas de vários sujeitos, alguns destes presentes em outras comemorações. A participação deles, sempre é narrada com boa receptividade pelo público, talvez querendo deixar a entender que não havia nestes momentos divergência alguma em torno da questão da Abolição do elemento servil. Até então em nenhum momento os libertos são citados em nenhum jornal participando das festas.

As passeatas após diversas falas contavam com recitações de poesias que pareciam ser o ponto alto das comemorações de qualquer natureza. A participação de bandas também caracterizava os festejos. No caso dos estudantes ao percorrerem as ruas da cidade foram acompanhados pela banda do 5º Batalhão de Infantaria, tendo ainda outra participação musical, não nas ruas, mas sim ainda dentro do teatro que foi da Orquestra Santa Cecília.

Foi executada pela orchestara do Club Musical S. Cecilia uma brilhante fantazia da opera *norma*, antes da abertura da seção e aberta pelo exmo. sr. dr. Moreira Alves, que presidiu, foi ouvido o *hino dos escravos redimidos*, de composição do Sr. Antonio Raiol (Pacotilha, 17 de maio de 1888, fl.3).

A orquestra segundo jornal Diário do Maranhão ofereceu o hino dos escravos redimidos a princesa regente Isabel, em mais uma clara demonstração de tentativa do não protagonismo do ex-escravos. Elencamos, portanto como um dos elementos constitutivos das festas a evocação de figuras como a princesa, políticos considerados abolicionistas entre outros. Era como se a validação das festas estivesse no enaltecer destes sujeitos, como se eles por si só fossem responsáveis pela Abolição.

3.7 As irmandades, a *classe musical*²² e seus modos de festejar

As comemorações foram de natureza diversificada, inclusive religiosa como da missa que mandou celebrar da irmandade do Senhor Bom Jesus dos Navegantes junto ao Club Musical Santa Cecília:

Com grande concorrência de famílias e cavalheiros e da sociedade effectou-se hoje, na capela da irmandade do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, á missa a grande instrumental que esta irmandade e Club Musical Santa Cecília mandaram celebrar para solemnizar a abolição do elemento servil. Executou-se a grande partitura do maestro Leocadio Raiol, cantando os textos principaes da missa as exmas, sras dd. Anna Esperança, Olinda Silva, Leonor Silva, Adelaide Aranha, Maria José Bello e Anna Serra e diversos cavalheiros. (Pacotilha, 26 de maio de 1888, fl. 2).

O Reverendo cônego Batista foi responsável pela pregação do evangelho. O presidente da província não compareceu nesta missa por chover muito na cidade este dia, mas tinha intenção de ir, como noticiou o jornal Pacotilha de 26 de maio do mesmo ano. A orquestra foi dirigida por Antonio Raiol, então regente do Clube e um dos músicos mais conhecidos não só na Província do Maranhão e também em todo Brasil, irmão de Leocadio Raiol.

A presença das mulheres é mais uma vez registrada, uma vez que elas participaram de maneira um pouco mais direta da comemoração ao cantarem os textos principais. Aquele ambiente religioso não era estranho a elas, pois era um de seus espaços de circulação e atuação. Aparece registrada também a presença de homens, provavelmente em sua maioria, sendo seus nomes registrados em um momento importante da missa.

Esta foi outra comemoração noticiada timidamente. Com o passar dos dias parece que de modo geral elas são divulgadas com menos detalhes que as primeiras. No jornal *O Paiz*, ela pode ser identificada em apenas dois parágrafos, o *Diário do Maranhão* também trouxe pouquíssimas informações. Este evento não havia sido tão bem divulgado, já que cerca apenas uma semana antes apareceram nos jornais os convites para o evento. Em todas as comemorações - de qualquer natureza que elas fossem - a música era um elemento estruturante.

A Classe musical realizou ainda no dia 28 de maio, uma sessão solene que teve início com a execução do hino nacional seguido por discurso do doutor Henrique A. Pereira que foi responsável por presidir o evento. Logo na abertura ficou claro que a principal motivação em estar naquela ocasião era o desejo de no século XIX se ter maior comprometimento com a causa da liberdade.

O senhor Victor Castello teve seu momento de fala, também onde é possível notar diversas ideias a cerca dos “sobremodos republicanos”. Tendo continuidade outros sujeitos

²² O termo *classe musical* foi retirado do jornal Pacotilha, 26 de maio, fl.2.

também puderam se pronunciar como, por exemplo, o senhor Mello Fernandes que segundo o jornal fazia apologia a liberdade. Ao fim da sessão foi iniciada uma passeata por diversas ruas da cidade dando vivas e enaltecendo as mesmas figuras que costumeiramente são evocadas em todos os eventos que dizem ter por objetivo comemorar a Lei de 13 de Maio de 1888.

A irmandade do Bom Jesus dos Navegantes também se propôs a organizar um ato de comemoração individual pela Lei que extinguiu a escravidão no Brasil. Decidiu realizar uma missa solene no dia 26 de maio daquele ano com presença da orquestra Santa Cecília.

Teria início às 8 horas da manhã na Igreja de Santo Antônio e para isso lançava um anúncio em forma de convite assinado pelo secretário Achimedes Rêgo nos jornais *Diário do Maranhão* e *Pacotilha*. Os detalhes são fragmentados a cerca da realização desta missa. No *Diário do Maranhão* consta o seguinte:

Esteve muito concorrida a missa que, em acção de graças pela sanção da lei do dia 13 de maio foi hoje celebrada na egreja de S. Antonio, capella dos Navegantes, durante a qual tocou a ochestra do Club Santa Celilia, dirigida pelo sr. Antonio Raiol. A musica é a de composição do maestro Leocadio Raiol. Cantaram no côro as exm^a sras. dd. Anna Esperança, Maria José Bello, Adelaide Aranha, Olinda Oliveira e Silva, Leonor Montenegro, Anna Gertudes Serra e diversos cavalheiros. Pregou o revd. sr. conego Francisco José Baptista que proferiu uma oração apropriada ao grande assumpto da libertação sendo ouvido com maior atenção e agrado pelo numeroso auditório. Assistiu o ato o exmo governador do bispado, monsenhor conego dr. João Toledino Guedelha Mourão. (*Diário do Maranhão*, 14 de maio de 1888. fl.2)

Novamente é importante ressaltar a presença das mulheres participando de um momento relevante da comemoração, embora também seja sublinhada a participação dos cavalheiros.

Outra irmandade que resolveu festejar foi a do Glorioso São Benedito realizando não apenas missa solene, mas também *te-déum* em ação de graças, deixando sua assinatura religiosa, assim como as outras de qualquer natureza demonstravam sua função naquela sociedade. O relato é interessante e merece ser mencionado na íntegra:

Missa solene e Te-Deum em acção de graça pela extincção do elemento servil do Brasil. A mesa administrativa da irmandade do Glorioso São Benecdito, em sua sessão especial de 24 de maio ultimo, deliberou que se mandasse celebrar uma missa solemne e Te-Deum em acção de graça pela extincção do elemento servil no Brazil. A comissão nomeada pela mesa convida a todos os fieis para assistirem os actos religiosos, que terão lugar na egreja de Santo Antonio, de conformidade com programa seguinte: Domingo, 3 de junho as 8 horas da manhã, celebra-se-há, uma missa solemne, pregando o evangelho o revd. dr. Padre Damasceno, e ás 7 horas da noite solemne Te-Deum. 1º de junho de 88. *J.P.S Guimarães. Raymundo João de Aquino. Joaquim Alves dos Santos* (*Pacotilha*, 1º de junho de 1888 fl.3).

No mês de junho as comemorações foram ficando mais espaçadas e cedendo lugar nos jornais também às festas religiosas que ocorrem neste mês em devoção a São João. Chama atenção ainda um pequeno texto que foi publicado no jornal *Pacotilha* do dia 8 de julho de 1888, pois apesar de fazer referência direta aos festejos da Abolição parece ter sido uma pequena e modesta crítica as comemorações que ocorreram assim que a Abolição havia se concretizado. Vejamos o que diz:

THEATRO - Foi ontem a scena no S. Luiz o Dramalhão *Milagres de São Benedicto*, nem os *milagres de São Benedicto* conseguiram fazer milagres á campanha que teve um grande vasante no espectaculo. É que depois da abolição os abolicionistas vão deixando de despertar o enthusiamo e S. Benedicto é um santo abolicionista. (Pacotilha, 8 de julho de 1888, fl. 3).

Apesar da sutil a crítica mencionada pelo jornal, as festas em comemoração ao 13 de Maio de 1888 eram de fato constantes. Certamente a companhia não teve suas expectativas de público alcançado e talvez pensassem que seria o momento oportuno para fazer um espetáculo que tivesse o santo considerado abolicionista como principal personagem, porém chegaram a conclusão de que as festas e todo o entusiasmo havia sido momentâneo.

3.8 As homenagens dos trabalhadores, das mulheres e novas marcas no mercado

Os trabalhadores da prensa do algodão tiveram pouco lugar na imprensa, porém ainda assim o jornal *Diário do Maranhão* nos permite mais uma vez através da festa deste grupo identificar os sujeitos eleitos como importantes nas comemorações que são evocados durante a passeata deste grupo, como demonstra o relato abaixo:

Hontem sahiram as passeatas dos trabalhadores da prensa do algodão e a promovida pelo Sr. Sant' Anna Reis. eram conduzidos e iluminados, os seguintes retratos: Visconde Rio Branco, João Alfredo, Vieira da Silva Dantas, Joaquim Nabuco, José Bonifacio Deusa da liberdade e um anjo entregando a um sexagenario preso aos pés á um tronco, o decreto de 13 de maio, todos desenhados pelos hábeis e distintos amadores Luiz Luz e Dionizio Militrão de Brito. (Diário do Maranhão. 19 de maio de 1888, fl.2).

Além dos tabalhadores da prensa do algodão, os aprendizes de maquina das oficinas da companhia a vapor desejavam também realizar sua comemoração em homenagem a Lei de 13 de Maio.

A comemoração deste grupo seria feita no dia 4 do mês de junho na Rua de Sant' Anninha, número 47, e teria inicio as 7 horas da noite com uma sessão magna. Esse evento seria

seguido por uma passeata que tinha por objetivo percorrer diversas ruas da cidade. A passeata teria como trajeto:

Ruas- San'Anninha, Grande, Largo do Carmo, Paz, Mangueira, Sol, Nazareth, becco d' Assembléia, largo de Pallacio, Estrella, Direita, Formosa, largo do Carmo, Egypto, Barrocas, Ribeirão, Afogados , Cruz, Santo Antonio, S. João, Afogados, largo do Quartel, Remedios, Passeio, Sant'Anna, a recolher-se. A commissão, *Manoel Dantas. José Antão. Nemezio Cunha. Antonio Moura. Pompílio Ferreira, Albano Barbosa, Severino Santos* (Pacotilha, 12 de Julho de 1888. fl3).

É possível identificar que o trajeto elaborado pela comissão não é simples, nem pequeno, tendo por intenção passar pelas principais ruas da cidade. É possível afirmar também que para o mês de junho esta foi à primeira comemoração mais divulgada e com um nível significativo de notoriedade.

À medida que se aproximava do dia da comemoração o texto com detalhes sobre ela passavam a vir na primeira página do jornal *Pacotilha*. Ao noticiar a efetivação da passeata, o jornal *Pacotilha* se delimitou a acrescentar poucas informações. Em apenas dois parágrafos relatou que o evento foi acompanhado pelo 5º Batalhão de Infantaria e que não houve desordem de nenhuma natureza, tendo se dissolvido por volta de uma hora da madrugada.

A passeata dos empregados do comercio também teve destaque também nas páginas dos jornais e aconteceu exatamente no mesmo dia em que a maçonaria havia se proposto a realizar sua sessão.

Em uma espécie de anúncio intitulado *Noticiário*, “A maçonaria maranhense em demonstração do grande acontecimento da redempção dos captivos fará no dia 19 do corrente, às 7 horas da noite, no Edifício Vera Cruz uma sessão solemne” (O paiz, 16 de maio de 1888, fl.2). Houve um momento em que as duas comemorações se cumprimentaram.

Ao passar ante-hontem em frente ao tempo da loja Vera Cruz, que se achava em sessão, a passeata dos empregados do comercio, destacou-se d'ella a cmoissao encarregada dos respectivos festejos e foi em nome d'aquella classe cumprimentar os membros da dita loja, entregando por esta ocasião, ao Grande Mestre da maçonaria maranhense o ilmo. Sr. Dr. Tarquinho Lopes um envelope contendo a quantia de 10\$ para ser distribuída em esmolos. (Pacotilha, 21 de maio de 1888. fl.3).

O registro que se tem do festejo da maçonaria é apenas este encontro, contudo antes do dia 19 foi muito bem divulgado seu evento. Ao que parece as passeatas eram as que mais atraíam ao público.

No que se refere à quantia oferecida ao representante deste grupo chega próximo ao valor de um ingresso na 1ª ordem do Camarote no Theatro São Luís para um espetáculo de repercussão que seria de 12\$000.

As mulheres também realizaram uma passeata para comemorar a aprovação da Lei de 13 de Maio de 1888. O jornal Pacotilha do dia 19 de maio faz rápida referência a elas. O formato desta comemoração era o mesmo dos outros, enaltecendo figuras consideradas indispensáveis naquele contexto como por exemplo Joaquim Nabuco. Na Rua do Sol houve uma parada na casa do senhor Queiroz & C para ser recitada uma poesia pelo farmacêutico José Tavares da Silva.

A banda de música da escola dos Educandos e Artífices foi convidada para tocar durante o trajeto, e assim às 4 horas da tarde, domingo, saíram da casa nº59. A comissão encarregada desse evento era formada por Antonia Francisca Souza Gomes, Maria Clara dos Santos, Alzira Serra, Rosa Lina dos Reis e Maria Ciryla Souza. No jornal Diário do Maranhão esta passeata obteve um bom destaque e ricos detalhes.

SEÇÃO GERAL – [...] de diversas janellas forão erguidos differentes vivas e enthusiaticas saudações e discursos, e, ao passar a paseeata pela rua do Sol, um tallentoso comprovinciano recitou uma bellissima poesia. Além da boa ordem réinou em todo tracto da passeata é digno de mencionar se, manda a justiça do bello e as leis da arte que se diga - essas senhoras tiveram uma feliz lembrança, um esmeraldissimo gosto- no capricho das *toilletes*. Todas trajavam vestido branco- com uma folha verde tendo centro caracteres de ouro, esta inscripção, que tonou-se por assim dizer a legenda do dia- Viva, a liberdade- (Diário do Maranhão 28 de maio de 1888 fl. 2).

Essa passeata é descrita pelo jornal como uma das mais simpáticas, explicitando que o grande objetivo naquela ocasião era justamente fazer uma “verdadeira homenagem ao acto humanitario a Sua Alteza a Princesa Imperial Regente²³”. O jornal em sua narrativa tratou de enaltecer muito a atitude das senhoras, ressaltando que o “bello sexo maranhense” havia sido dignamente representado.

Um brado de louvor pois a essa dignas sras, e honra aos illustres cavalheiros que fizeram parte da comissão auxiliadora destes festejos, os srs. Benedicto Serra, Joaquim Sant’ Anna, Alberto Sant’ Anna, Albertino Silva, pelo excelente concurso que prestaram áquellas para que pudessem levar o effeito a idéa sublime de efestear n’esse dia, como verdadeiras patriotas, a data gloriosa da extincção da escravidão em todo o território do nosso Brazil. (Diário do Maranhão 28 de maio de 1888 fl. 2).

A participação destas mulheres é simbólica e elas iam acompanhadas por homens na organização do evento e na passeata. Apesar disso, não se pode negar que essas mulheres conseguiram fazer-se presentes neste momento que significou tantas mudanças na história do Brasil.

²³ Diário do Maranhão, São Luís, 28 de maio de 1888. fl. 2.

Assim como poderia significar muito para as mulheres participar deste momento para os comerciantes interessava também. Um cigarro denominado “A liberadde” poderia estimular os negócios e ampliar as vendas, por isso era relevante lançar uma marca assim em meio a tanta euforia e logo após aprovação da referida Lei. O título do anúncio do jornal Diário do Maranhão era “Nova marca de cigarros, A liberdade”.

O anunciante justificava que o havia criado em homenagem ao que ele denominava “tão grande acontecimento do século XIX”. Ainda no que diz respeito ao mercado consumidor surgia uma marca de chapéu que igualmente fazia referência a liberdade dos cativos, como se pode ver abaixo:

Chapéos 13 de maio.o sr. Berhard Bluhm acaba de fazer uma nova fôrma de chapéos de merinó a que deu o nome do grande dia da libertação e que no seu estabelecimento está exposta examinada por quem desejar mandar preparar outros. E trabalho de gosto e perfeito, que se encomenda. (Diário do Maranhão 28 de maio de 1888 fl. 3).

Com isso é possível identificar que aquele momento pelo qual o Brasil passava não se findava nele mesmo, ele era muito mais amplo e parecia mesmo instigar alguns estímulos inclusive no comércio. Cada grupo procurava de alguma forma se beneficiar da aprovação da Lei, fosse para se promover coletivamente, individualmente ou mesmo lançar uma nova marca.

3.9. Uma composição em homenagem a Abolição

Com relação a composições de músicas é interessante que não se destacou apenas Antonio Raiol.

Hymno do liberto. **ÁS VICTMAS VINGADAS.**

Sou negro mas já tenho coração, neste mundo não há quem me prive, outr’ora fui cativo hoje sou livre como a nuvem que passa na amplidão.

Nasci e fui propriedade, Uma lei cavilosa assim o quiz, E também alguns homens tão servis Que não sabem quanto é grande a liberdade!

Fui filho da miséria e da desgraça Verguei a minha fronte frente a um *senhor*, fizeram-me beber em negra taça O vinho d’ amargura, o fel da dor.

Nunca gosei uma hora só de calma N’essa existência que era minha cruz; Tinha a noute na pelle e a noute n’ alma porque a alma dos escravos não tem luz.

Privaram-me de ter entendimento, Privaram-se de ter uma vontade, Privaram-me do amor e da amizade, Privaram-me de todo sentimento.

O suor escorreo da minha fronte nas horas do trabalho duradouro
Deu pão do *meu senhor* e foi a fonte Onde elle mitigou a sede
do ouro.

O relho do feitor, ai que sicário! Retalhava-me as carnes dia e
noite Não sofreu tanto o filho de Maria N'aquele triste drama do
calvário.

Roubarão-me o valor e o pensamento, E dão-me agora as forças
já tão tarde! Ai negra escravidão que fez cobarde Um homem que
é tão forte como o vento!

Mas a mancha apagou-se, hoje sou livre Como a nuvem que
passa na amplidão N'este mundo não há mais quem me prive,
sou negro mas tenho coração. Maranhão 14 de maio de 88.

E. Machado.

(PACOTILHA, 18 de maio de 1888, fl.3).

Essa composição acentua com muita força os horrores da escravidão na vida do ex-escravos e o caracteriza como um ser sem sentimentos e vontades, fica subtendido que apenas após adquirir a liberdade que aspectos de humanidade lhes são conferidos. O fato de o terem sido privado de diversas situações não implica a inexistência delas, como por exemplo, o pensamento.

Os castigos e a submissão pareciam ser, segundo esta composição musical, elemento característico da vida do escravizado que era constantemente açoitado, sem nunca resistir de forma alguma a nenhuma destas condições que lhes eram impostas. Em apenas uma linha desta música é que este homem escravizado foi representado como forte.

A Lei aparece como uma dádiva concedida por autoridades e não como fruto de uma conquista também dos libertos, embora a música tenha sido intitulada “Hynno dos libertos”. Isso tudo traduz muito do que pensava sobre os escravizados, por exemplo, que só após a liberdade tiveram coração, que sua alma não tinha luz, que a escravidão havia lhes roubado o pensamento.

3.10 Os Libertos e as festas

Nos jornais há registro de uma a passeata intitulada dos libertos e que contou com a presença de personagens já conhecidos neste tipo de evento.

Hontem effectivou-se a passeata que desfilou do largo do Carmo, falando por esta ocasião o sr. Victor Castello. Em palácio duas meninas, vestidas de anjo, em nome dos libertos, offereceram uma salva de prata uma caneta de ouro a s. exc. sr. presidente de província. Orou em nome dos libertos o academico Dunshee Moura e s. exc. Bastante comovido agradeceu a oferta e passando a uma das janellas do palacio, fez sentir em um brilhante discurso o jubilo que diffundia em seu peito pela passagem da lei de 13 de maio. Em frente a esta redacção foi a pacotilha saudada com frenéticos vivas. O sr. Henry Arlie respondendo aos vivas a que foi brindado, saudou os libertos

em nome de S. M. Britânica. Percorreu a passeata as diversas ruas desta capital sempre na melhor ordem possível. (Pacotilha, 16 de maio de 1888, fl.3).

Como podemos identificar nitidamente mais uma vez não são os ex-escravizados os protagonistas, a quem a Lei beneficia, mas sim o presidente da Província do Maranhão, que havia feito parte do Gabinete 10 de março. A voz era concedida neste eventos aos acadêmicos, políticos, classe do comércio na pessoa do senhor Henry Airlie, até mesmo o jornal se insere neste protagonismo.

Nesta citação fica mais evidente como os libertos teriam participado ou comemorado o fim da escravidão, pelo menos oficialmente, pois a maioria das festas descritas nos jornais foram elaboradas com antecedência para que os grupos pudessem viver este momento em locais devidamente ornamentados e com presença de sujeitos que começaram a aparecer reiteradas vezes.

É importante ressaltar que as festas presentes nos jornais eram aquelas consideradas pelos seus articuladores como importantes para aquele contexto, é claro que não era interessante mostrar as comemorações dos ex-escravizados, mas sim tentar deixar evidente a participação de outras instituições, grupos e sujeitos que não os beneficiados pela Lei, porém com um pouco de atenção poderemos identificar mais a frente que os libertos possuíam suas próprias festas e eram protagonistas nelas certamente.

Ao noticiar as inúmeras passeatas de vários grupos pertencentes a segmentos diferentes da sociedade que compõe a cidade de São Luís o jornal Pacotilha acabou fazendo referência ainda que pequena a uma passeata que seria de libertos “Mais tarde atravessou várias ruas da cidade uma enorme passeata de libertos pela nova lei, dando continuados e frenéticos vivas a liberdade” (PACOTILHA, 14 maio de 1888. fl. 3).

Os libertos são citados pouquíssimas vezes nos jornais, o que deixa entrever uma contradição, já que as festas comemoravam a liberdade deles que não participavam ou não eram visíveis neste tipo de documentação. Isso aponta minimamente que eles também festejaram a aprovação da Lei que os tornava livres no plano legal.

Este é um pequeno fragmento que certamente não dá conta da realidade de comemoração dos ex-escravizados, mas é um indício de que estavam participando ativamente deste contexto e certamente dando outros sentidos a ele.

Outro indício está no jornal que tem o seguinte texto: “Chamamos atenção da policia para uma troça de negrinhas que se reúne todas as noites no canto do teatro, onde sem atenção às famílias que por alli moram praticam as maiores imoralidades” (Pacotilha, 20 de maio de

1888, fl.3). Outra indicação é uma referência que faz o mesmo jornal a cerca de batuques que incomodam.

Os moradores da rua de S. Pantaleão há mais de vinte dias que vivem atordoados com um tal tambor de *minas*. Noute e dia aquella pobre gente de está ouvindo um batuque infernal que não cessa um instante. Pede-se Providencias. (Pacotilha, 20 de maio de 1888, fl. 3).

Talvez buscando que seu pedido fosse atendido com máxima urgência os ditos incomodados afirmam que havia mais de vinte dias que o barulho não os deixava dormir, porém não há nenhuma reclamação registrada no jornal antes dessa data.

Se a perturbação era tão grande poderiam ter se pronunciado publicamente e acionando autoridades policíacas. É possível, entretanto, que o “tal tambor de mina” tenha começado ali logo após a aprovação da nova lei, ou talvez já existisse e só se intensificou.

Entre festas e conflitos seguiam as comemorações ainda ocupando espaços importantes nos jornais, porém cada vez com menos intensidade. Se as publicações dos meses posterior não eram majoritariamente acerca das festas de alguma forma faziam alusão ao 13 de Maio, ou então noticiavam de que forma outras províncias estavam comemorando.

3.11 Tensões e conflitos em São Luís e em outras cidades

Enquanto a cidade de São Luís festejava o fim da escravidão no Brasil com passeatas em meio a algumas tensões e conflitos, outras cidades da província não pareciam estar satisfeitas com a nova Lei.

O senhor capitão Alfredo Bello recebeu de Rosário na manhã do dia 16 de maio de 1888 um telegrama informando que “Mello Rocha mandou surrar a um liberto pela nova lei e diz que não reconhece a liberdade dos escravos e continua a escravidão. O promotor está procedendo com dificuldade” (Pacotilha, São Luís 16 de maio de 1888. fl. 3).

O presidente de província mandou que fosse feito devidamente corpo de delito na vítima e também que fosse apurado todos os detalhes. Este conflito teve desfecho desfavorável ao delegado de polícia que parece não ter levado em consideração as ordens que lhes foram direcionadas pelo presidente de província, já que:

A dicta autoridade declarou que se fizera corpo de delicto e que a vista do § 6º do artigo 14º do código criminal o julgará improcedente. O exmo. sr.dr. demitiu a bem do serviço publico a autoridade a que nos referimos, e fez hoje seguir para Rosário um destacamento de cinco praças do corpo de policia, comandados alferes do mesmo corpo Antonio Teixeira de Souza foi nomeado delegado de policia daquela Villa. (Pacotilha, 16 de maio de 1888. fl. 3).

Podia acontecer de algum delegado pensar diferente do Presidente da Província, como foi o caso do que estava responsável pela cidade de Rosário que escolheu beneficiar o senhor denunciado ao emitir parecer favorável a ele quando afirmou ser improcedente a denúncia que havia sido registrada.

Essa situação era nova também ao aparelhamento legal que não tinha muita noção de como mediar estas questões. O conflito citado é de extrema complexidade e houve um desenrolar para além da demissão do delegado de polícia, porém fazemos referência ao fato apenas para que fique registrado que as tensões não ocorreram somente na capital, mas também em outras cidades.

Em Bacabal, por exemplo, houve um caso que demonstra que a Lei não foi bem recebida de início, pois os ex-senhores até o dia 16 de maio tentavam reter seus ex-escravos com o argumento de que a notícia de sua liberdade era falsa. Os libertos procuravam as autoridades, fugidos ou castigados para saber a veracidade da circular que já havia passado nas mãos dos senhores e comerciante que tinha sido emitida pelo presidente de província.

Aqui no Bacabal, não há autocracia alguma a quem possa pedir providencia, o que não deixa de ser uma necessidade na quadra actual, attendedo-se á grande escravatura que aqui existe, cuja liberdade, garantida pelo governo geral, lhe esta sendo privada, alem do abominável chicote. (Diário do Maranhão 28 de maio de 1888 fl. 2).

A cidade de Rosário não era exceção na forma de tratar a nova lei, Bacabal parecia desrespeitar ainda mais, como demonstra o relato acima. Além disso, em Codó, o comendador Raymundo Muniz foi acusado de mandar surrar aqueles que eram seus escravos. Difícil seria se livrar das heranças que estavam impregnadas no Brasil. Em alguns lugares como pudemos identificar nas fontes, esse passado escravista apresenta sua face de forma mais desinibida.

As motivações para que essas cidades respondessem assim a estas mudanças estruturais podem ser inúmeras, mas por enquanto apenas as utilizamos como exemplo ligeiro de como foi desigual e muitas vezes desobediente a recepção da nova lei fora de São Luís.

Enquanto a capital da Província do Maranhão também estava em meio a festas e conflitos relatados timidamente nos jornais alguns lugares do interior demonstravam esse cariz heterogêneo de recepção das mudanças advindas com a Lei.

Um caso semelhante chama atenção. Em São Luís, quando uma liberta em face da nova Lei foi presa, o Clube Artístico Abolicionista se pronunciou no jornal Pacotilha argumentando que essa prisão havia sido arbitrária uma vez que o motivo alegado não correspondia ao comportamento de Candida. Acompanhemos o relato:

O Club Artístico Abolicionista Maranhense ao publico. Não viríamos a imprensa tratar da prisão de Candida ex-escravizada da sra. d. Maria José Franco Mattos, se o sr. commendador delegado de policia na sua informação com data de 28, levasse este acontecimento do sr. exc. o sr. presidente da província contando a verdade; s.s. porém como sempre, desde que se trata um tal assumpto diz tudo menos a verdade! A 16 do corrente na sala do próprio palacio, presente o abaixo assignado Candida e s.s ficou averiguado que, Candida nunca foi dada ao vicio de embriaguez e nem neste dia siquer vio os festejos publicos quando mais ter tempo de se embebedar. Que a prisão de Candida se deu é fato averiguado, pois o diz a referida autoridade e foi effectuada por este agente da autoridade muito acostumada ao embarque com aparato de escolta, cordas e ferros como se deu com Esmeralda, Paulino, Jordão e tantos outros, de que a capital foi testemunha nos tempos idos dos srs. cajurubebas. Não voltaremos a imprensa salvo se formos provocados. Maio 22 de 1888. *Victor Castelo.* (Pacotilha, 22 de maio de 1888. fl.1)

As tensões e conflitos eclodiam em meio às festas da Abolição não só na capital como em toda província. O novo status social de libertos conferido aos sujeitos outrora escravizados ainda causava espanto e indignação a ex senhores não indenizados que não sabendo como conduzir a situação acabaram vingando-se das mais diversas formas.

Autoridades policiais também não sabiam ainda respeitar a nova condição em que se encontravam os ex-escravizados. A favor dos recém-libertos apareciam entidades como o Clube Artístico Abolicionista que se colocava à disposição para esclarecer dúvidas e questionar prisões arbitrárias como a de que foi vítima Candida e tantos outros.

Não eram apenas os conflitos e tensões que eram noticiadas sem muito destaque, algumas comemorações também, como foi o caso de uma sessão magna em homenagem a Abolição organizada por Sant' Anna Reis.

A notícia se reduz a informar que foi feita uma passeata por diversas ruas da cidade e na ocasião foram proferidas algumas falas. Talvez isso tenha ocorrido por parecer se tratar de um evento particular, tanto que não foi amplamente divulgado com antecedência.

3.12 Algumas associações com a Lei de 13 de Maio

A Lei sancionada em 13 de Maio de 1888 foi recebida como uma vitória por muitos sujeitos, entre eles o presidente da Província do Maranhão José Moreira Alves da Silva, que por ocasião da comemoração da santa padroeira da província resolveu mais uma vez fazer alusão a momento tão importante vivido pouco tempo antes.

Corporação dos Libertos. De ordem do sr. presidente, faço publico que se acha encarregado de promover e administrar a festividade em honra de N.S da Vitória, padroeira desta provincia , o sr. Joaquim Sant'Anna Reis, cujo festividade terá lugar no dia 19 de julho futuro pela vitória alcançada com a Lei de 13 de Maio. (PACOTILHA, São Luís, 28 de junho de 1888. Edição 00177, p. 1).

Mesmo já tendo sido realizadas varias missas de grupos de natureza diversificada, ao final do mês de julho ainda se haveria de ter que agradecer a santa padroeira. A final, a Lei era interpretada por aqueles sujeitos como graça alcançada digna de ser chamada de vitória. A missa assim como outras comemorações teriam música que seria efetuada por uma orquestra regida pelo violonista Antonio Rayol.

A convocação de Joaquim de Sant'Anna Reis para estar à frente desta comemoração não parece ser por acaso, visto que ele era considerado como um símbolo de luta contra o sistema escravista e em alguns momentos foi chamado de baluarte da Abolição, tendo sido um dos primeiros a realizar passeata pela cidade com objetivo comemorar a aprovação da Lei que extinguiu a escravidão no Brasil.

O relato do jornal deixa evidente os detalhes do evento, como podemos cotejar pelo texto abaixo:

Corporação dos Libertos- A Corporação dos Libertos faz sciente ao respeitável publico que tendo delegado poderes ao sr. Joaquim de Sant'Anna Reis para promover a festividade de N.S da Victoria, e m commemoração a lei de 13 de Maio, de cuja a festa se acha publicado o programma aprovado pelo revd. Monselhor Governador do Bispado o mesmo sr. Sant'Anna tomou como auxiliar para organizar a commissão da festa revmd. conego Antonio Rodrigo Sodré e o nosso thesoureiro Estevão da Silva Santos, o que tem até cumprido satisfactoriamente a missão de que se encarregaram conseguindo assim o nosso fim desejado. Para tomar parte dos festejos e procissão convidamos a todos os associados afim de abrilhantar a nossa festa. Cicinato João Victor - P. Gerinaldo Ventura da Costa-S (Pacotilha, 27 de julho de 1888, fl.1).

Não constam em nossas fontes mais detalhes acerca da Corporação de Libertos, apesar de despertar muitos questionamentos não é possível ainda fornecer informações mais precisas a cerca dela. O nome sugere que havia presença de libertos, porém isso não oferece elementos suficientes para fazer essa afirmação. Mesmo citando a Lei que extinguiu a escravidão no Brasil em nenhum momento o texto menciona a participação de nenhum liberto no evento, como é possível ver a seguir.

Festividade- Esteve muito concorrida a festa celebrada hontem na cathedral, em honra a Senhora da Victoria promovida pela corporação dos libertos. A' missa solemne e Te-Deum tocou como dissemos a excelente orchestra do Club Santa Cecilia, regida pelo seu director o sr. Antonio Raiol. Pregou o Evaangelho o exm. sr. cônego dr. Mourão, Governador do bispado que proferio uma eloquente oração. A' tarde a procissão foi de numerssimo acompanhamento do povo, sem duvida um destes actos religiosos que mais concorrência tem tido. Reinou a mais completa ordem. (Diário do Maranhão, 30 de julho de 1888. fl. 2).

O aniversário da Princesa Regente Isabel também é um ponto interessante, pois comemorá-lo parecia significar a continuação dos festejos do 13 de Maio de 1888. Alguns

grupos que o festejaram já começavam a organizar as suas diretorias e a definir os locais e como haveriam de homenagear esta personagem que para eles era a autora principal da Abolição.

O Clube Artístico Abolicionista Maranhense desde o dia 7 de julho começava também a mandar textos para serem publicados nos jornais. Através da *Pacotilha* convocaram sua diretoria para assembléia geral com o objetivo de decidir o modo pelo qual haveriam de comemorar mais um ano de vida da princesa.

Essas convocações seguiam quase sempre o mesmo modelo para os grupos de maneira geral, ao final do texto delas, sempre era feita referência a extinção da escravidão no Brasil. A convocação pelo referido grupo de sua diretoria é destacada logo na primeira página do jornal com letras em negrito, o que significa que tanto o Clube quanto a convocação eram importantes, sobretudo por se tratar da personagem a quem se pretendia homenagear.

Além de todos estes clubes que os jornais fazem reiteradas referência, no mês de julho apareceu um novo clube, o *Orpheo*, convocando seus sócios para comemorar a extinção da escravidão. É ressaltado o fato de que a princesa regente completava mais um ano de vida e que por isso seria também uma oportunidade de prestá-la homenagens. O texto diz o seguinte:

Club Orpheo. O abaixo assignado do presidente deste club, communica aos demais socios e as exma.as familias que o tem honrado com suas presenças que no dia 28 do corrente terá um partida em commemoração a extinção da escravidão, o aniversario, da constituição, do imperio e madrugada dos annos da Serenissima Princeza Imperial a sra. D. Isabel. Portanto convido não só as exmas. Familias que quizerem auxiliar no brilhantismo deste acto. Como as socios deste club á comparecerem neste dia e horas dos costumes, a rua 28 de julho casa n. 33 aonde encontrarão um magnífico salão completamente iluminado, e escolhida orchestra cujas escolhidas peças não deixaram de agradar ao mais exigente socio. 17 de julho de 88. O presidente, *Manoel Lino di Jesus*. (Pacotilha, 19 de julho de 1888. fl. 3).

Este Clube começa ser referenciado no jornal apenas próximo ao aniversário da princesa, então talvez este grupo considerasse mais viável anexar a Abolição a este acontecimento do que ao contrario. Assim sendo, comemorar mais um ano de vida dela seria importante porque tinha sido ela a responsável pela assinatura da Lei de 13 de Maio de 1888 e isso soava como forma de agradecimento.

Passando para o mês de julho o que vai ficando de todo este momento são as preocupações com questões relativas à economia e os debates giravam em torno de tentar achar alternativas para amenizar as consequências da Abolição. Quase sempre a sugestão era indenizações aos ex-senhores de escravos.

As festas da abolição vão cedendo espaço as comemorações do aniversário da princesa Isabel associado ao 13 de Maio, bem como aos debates de cunho econômico que sempre

ocupam boa parte dos jornais, antes, durante e depois da aprovação da Lei. As notícias de outras províncias que chegam com frequência ao Maranhão dão conta de que essas duas questões não eram uma especificidade local.

3.13. Os festeiros: breves apontamentos biográficos

Optamos por mergulhar um pouco mais dentro deste contexto festivo fazendo algumas indagações que nos parecem ser de fundamental relevância para entender qual seriam os sentidos das festas da Abolição em São Luís. Sem sujeitos não haveria comemoração de nenhuma natureza. Eles formaram as instituições e agiram a partir delas ou em nome delas neste momento. Procuramos ao menos alcançar aqueles que a documentação permitiu apurar.

Cada festeiro é portador de uma história, de um posicionamento político, econômico e social que se reflete exatamente na escolha do grupo em que decide participar, pois comunga dos mesmos conceitos e visão de mundo, porém isso não os impede de participar de mais um grupo, podendo ou não haver choque de ideias.

Assim, portanto, vamos dar a conhecer o que as fontes permitiram cotejar, quem eram eles e qual sua participação social no contexto em que estavam inseridos. O que faremos a partir de agora é o que denominamos de breves comentários biográficos ou mini-biografias, daqueles que participaram das festas.

A redução de escalas é o recurso metodológico escolhido para este capítulo, tendo em vista que já localizamos a pesquisa em meio as que foram produzidas acerca do tema até então. Caracterizamos o cenário das festas, conhecemos os grupos e como eles atuavam no contexto em que estavam inseridos e para concentrarmos o foco nos sujeitos.

Desta forma, “a escolha especial de uma escala de observação se baseia na convicção central de que ela oferece a possibilidade de enriquecer as significações dos processos históricos” (GRENDI, 1998, p.92), estabelecendo conexões com lugares, sujeitos, grupos e eventos.

Essa uma tarefa desafiadora, mas que tem muito a esclarecer a cerca destas comemorações. Foram contabilizadas exatas 117 pessoas diferentes nas diversas festas. Alguns deles estão presentes em mais de uma comemoração, participando ativamente, pronunciando discursos ou organizando o evento.

Esse número de participantes nos levou a escolher aqueles que mais se destacaram ou os que apareceram mais detalhadamente nas fontes. Começamos então por um dos personagens que está presente em praticamente todas as festas.

José Moreira Alves da Silva. No ano de 1888 era Presidente da Província do Maranhão. Suas ações indicavam que ele era a favor da Abolição da escravidão no Brasil.

José Moreira Alves da Silva nasceu no município de Escada (PE) no dia 28 de novembro de 1850. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e iniciou sua vida política ainda durante o Império, quando ingressou no Partido Conservador. Foi deputado provincial em Pernambuco na legislatura 1876-1878 e, nos últimos anos do Império, por influência de seu partido, assumiu a presidência de várias províncias: do Rio Grande do Norte, de 1885 até outubro de 1886, de Alagoas, de 1886 a setembro de 1887, e do Maranhão, de abril de 1888 a junho de 1889. Depois da proclamação da República (15/11/1889), aderiu ao movimento republicano e em 1891 foi nomeado notário público na cidade de Recife. Eleito deputado estadual, exerceu o mandato de 1892 a 1893. Em 1897 foi eleito deputado federal e, várias vezes reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até o ano de 1906. Depois disso, foi nomeado desembargador no território do Acre. Faleceu no Acre no dia 8 de maio de 1909²⁴.

Algumas características pessoais dele que são descritas no livro *A esfinge do Grajaú*, escrito por Dunshee de Abranches nos ajudam a compor seu perfil social. O autor faz o seguinte comentário:

Para o espírito estreito de certa parte da sociedade maranhense, afigurava-se naturalmente estanho que fosse escolhido para ocupar o curul presidencial da Província um homem que se vestia pelos últimos figurinos de Paris, usava roupas claras, gostava de fazer longos passeios a pé pelas ruas comerciais, parava a cada momento para conversar com os conhecidos e tinha o andar lépido e firme, contrastando com os cabelos brancos que lhe emolduravam o rosto moço e jovial (ABRANCHES, 1993, p. 16).

A cerca de sua administração da Província e das questões políticas que envolviam diretamente este personagem Dunshee de Abranches em *O cativo* afirma que:

A facção conservadora que, na Província apoiava o Ministério de João Alfredo, era seleta, mas diminuta, tendo por chefes o dr. Silva Maia e o Conselheiro Vieira da Silva, que ocupava a pasta da Marinha. Não dispondo de correligionários numerosos a atender, pôde Moreira Alves encetar uma administração inteligente, sensata e reparadora (ABRANCHES, 2012, p. 240).

Desta forma não havia oposição sólida para impedi-lo de tomar decisões ou de fazer um governo como achasse melhor. É impossível não notar que as palavras de Dunshee de Abranches são de alguém que tinha certo grau de admiração e até mesmo amizade por José Moreira Alves da Silva.

No que se refere à participação dele nas festas da Abolição, esteve presente em praticamente todas elas, direta ou indiretamente. Nas primeiras chegou a fazer diversos ofícios

²⁴

Disponível

em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SILVA,%20Jos%C3%A9%20Moreira%20Alves%20da.pdf>. Acesso em 12 de Ago. de 2020.

pedindo liberação de espaços públicos, como o teatro São Luís, para sessão solene dos estudantes do liceu do Maranhão, além de outros destinados ao diretor da casa dos educandos e artífices solicitando a banda. Em algumas de seus discurso demonstrava ser a favor da causa da libertação dos cativos.

Antonio Rayol. Foi sem dúvidas umas das figuras mais conhecidas da música não só no Maranhão como em todo o Brasil. Seu talento musical não passava despercebido.

Antonio Rayol nasceu em 1863, na cidade de São Luís. Seu irmão Leocádio lhe deu as primeiras aulas de música, inicialmente na viola e depois no violino. Aos 14 anos, tomou parte como violista no concerto de estreia do Teatro da Paz em Belém, sob a regência de Francisco Libânio Colás. Em 1879, começou a compor danças de salão. Três anos depois, iniciou suas aulas noturnas de música em São Luís, além de dirigir sociedades de concerto e realizar soirées em casa, com récita de música e poesia. Foi professor de cordas da Casa dos Educandos Artífices de 1883 até a extinção desse estabelecimento, em 1889²⁵.

Sua carreira estava por se expandir e o reconhecimento do todo o talento não tardaria a chegar. Recebeu oportunidades fora de sua terra natal que soube muito bem aproveitar.

Em 1890, foi para o Rio de Janeiro tentar carreira como tenor. O sucesso de suas apresentações fez com que o Conde de Leopoldina oferecesse subsídios para uma estadia de seis meses em Milão. Durante seus estudos na Itália, em 1892, participou de um concerto em homenagem ao centenário de nascimento de Gioachino Rossini, regido por Giuseppe Verdi (1813-1901). Retornou para São Luís, e dois anos depois, mudou-se para o Recife. Em 1895, tomou parte no Festival Carlos Gomes, apresentando-se com o compositor, o qual declarou que Antonio foi o melhor cantor intérprete de ‘Il Guarany’. Em 1896, voltou ao Rio de Janeiro, tornando-se vice-diretor da Academia Livre de Música. Em 1899, fez um festival em Salvador, sendo nomeado professor catedrático e diretor da orquestra do Conservatório dessa capital. Entretanto, deixou o cargo para voltar ao Maranhão em 1900, onde passou a dar aulas no Liceu Maranhense e na Escola Normal. Teve papel fundamental na criação da primeira Escola de Música do Estado do Maranhão, em 1901. Porém, faleceu três anos depois, devido a problemas cardíacos²⁶.

No dia 28 de julho de 1888 o jornal *Pacotilha* notícia que a cidade haveria de realizar festejos em homenagem sua padroeira. A Corporação dos Libertos objetivando comemorar também está data fazendo associação dela com a Abolição, convidou a Orquestra Santa Cecília que era dirigida pelo então violonista Antonio Rayol para participar.

Ele também esteve presente com a orquestra na comemoração dos estudantes do Liceu do Maranhão noticiada pelo jornal *Pacotilha* do dia 17 de maio de 1888. Foram executadas musicas antes da abertura da sessão solene pelo Presidente da Província.

²⁵ Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/acervo/items/show/122>. Acesso em: 12 de Ago. de 2020.

²⁶ Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/acervo/items/show/122>. Acesso em: 12 de Ago. de 2020.

Participou ainda da missa em ação de graças promovida pela irmandade do Senhor Bom Jesus dos Navegantes noticiada pelo jornal *Diário do Maranhão* em 14 de Maio de 1888, portanto, sua contribuição para os festejos da Abolição não foi isolada e se por estar à frente da Orquestra Santa Cecília.

Leocádio Rayol. Assim como seu irmão Antonio Rayol estava entre os melhores músicos do Maranhão e do Brasil. Embora seja muito conhecido por atuar na área da música, desenvolveu outras atividades.

Leocádio Rayol, nascido em São Luís, foi o primogênito de uma importante família de músicos. Suas peças revelam uma sólida bagagem composicional, razão pela qual acredita-se que estudou música em Portugal durante sua estadia no país entre 1870 e 1873. Era tido como grande violinista, mesmo nas críticas de jornais dos grandes centros. Era funcionário dos correios, e foi professor de cordas da Casa dos Educandos Artífices entre 1881 e 1883. Devido a sua exoneração desses cargos, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde passou a atuar em sociedades de concerto ao lado de nomes como Arthur Napoleão, Vincenzo Cernicchiaro e Leopoldo Miguez. Em 1889, foi professor temporário de violino do Imperial Conservatório. Na década de 1890, voltou a atuar com o apoio de seu irmão, Antonio Rayol, que estava na capital brasileira entre 1895 e 1897. Tomou parte nos recitais de formatura da primeira turma da Escola de Música do Estado do Maranhão em 1902, e em homenagem a Benedito Leite, organizado por Elpidio Pereira no Rio de Janeiro em 1905. Faleceu nessa cidade, em 1909, deixando obras religiosas, populares e de concerto²⁷.

No contexto das festas da Abolição foi executada sua partitura na mesma missa em que estava presente seu irmão a frente da Orquestra Santa Cecília, organizada pela irmandade do Senhor Bom Jesus dos Navegantes, como é refenciado no jornal *Pacotilha* de 16 de maio de 1888.

Crispim Alves dos Santos²⁸. Acerca deste persoangem são poucas as informações. Nos jornais sempre aparece em algum tipo de negociação. Assina como secretário da Associação Comercial no texto que trata do concurso para escolher qual a melhor proposta de transformação do trabalho. Ele é referenciado no *Dicionário histórico-Geográfico da Prvíncia* como “português, industrial, fundador de fábrica” (Marques, 2008, P. 361).

Embora não tenha participado das festas, é um dos personagens envolvidos neste contexto que segundo as fontes está interessado em reorganizar a situação econômica da província do Maranhão.

A passeata realizada pelos empregados do comércio noticiada em 19 de maio de 1888 no jornal *Pacotilha* faz uma parada em frente a de Chrispin Alves dos Santos. Possivelmente

²⁷ Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/acervo/items/show/122>. Acesso em: 12 de Ago. de 2020.

²⁸ Marques César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3ª ed. – São Luís: Edições AML, 2008, p. 341.

isso tenha acontecido por ele ser membro da Associação Comercial do Maranhão e não por ter algum tipo de comprometimento com a causa abolicionista, como é o caso de muitos personagens.

João Dunshee de Abranches Moura foi um dos personagens que marcou a história do Maranhão, tendo publicado suas memórias em forma de livros, por exemplo, *O cativo* (1938) e *A Esfinge do Grajaú* (1940). Além de ter contribuído significativamente na luta contra escravidão. Há uma referência no livro *Dunshee de Abranches e outras figuras* que resume um pouco de sua vida.

João Dunshee de Abranches Moura, poeta, jornalista, sociólogo, internacionalista e parlamentar; professor de ciências físicas e naturais, de anatomia e fisiologia comparadas de Direito Público Americano e Professor honorário da Universidade de Heidelberg, na Alemanha, que hoje completaria 82 anos, se vivo fosse, nasceu em São Luís, capital do Estado do Maranhão, aos dois dias do mês de setembro de 1867 e não 1868 como em geral consta nas suas biografias publicadas, no palacete nº23 rua do Sol, (atualmente nº141 rua Nina Rodrigues), onde está funcionando o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes. Foram seus pais, o negociante Antonio da Silva Moura, nascido em Traz-dos-Montes, Portugal, e educado desde os 5 anos até os 21 anos no Havre em Paris, onde tomou parte nos movimentos contra Luís Felipe, e D. Raimunda Emilia de Abranches Moura, notável educadora que, com sua mãe e suas duas irmãs Amancia e Martinha Abranches, fundaram na capital maranhense, o colégio N.S da Glória, instituto que, ministrando a instrução primária e secundária, durou mais de meio século no preparo de várias gerações. (LUZ, 1954, p.44).

Seu posicionamento era claro e objetivo com relação à escravidão, desde cedo demonstrava sua opinião firme, “aos 13 anos era abolicionista irrequieto e fervoroso republicano. Autor do projeto de uma sociedade *Sociedade Secreta* contra escravidão, termina em 1883 o seu curso de preparatórios no Liceu Maranhense” (LUZ, 1954, p45).

Quando Rodrigues Alves (1902-1906) assumiu a presidência da República, foi nomeado comissário do governo junto aos institutos equiparados de ensino secundário e superior. Por conta dessa atividade, escreveu três relatórios ao ministro do Interior. Em 1903 foi eleito deputado estadual no Maranhão. Foi sucessivamente reeleito deputado estadual até o ano de 1910, a despeito de ter sido eleito deputado federal em 1905. Nesse ano exonerou-se do cargo de comissário do governo de Rodrigues Alves. Igualmente reeleito deputado federal para várias legislaturas, permaneceu na Câmara dos Deputados de 1905 a 1917 e aí presidiu a Comissão de Diplomacia e Tratados, a Comissão Especial de Justiça Militar e a Comissão Organizadora do Código Penal Militar. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), posicionou-se contra a entrada do Brasil no conflito e contra o rompimento de relações com a Alemanha, tendo por isso renunciado à presidência da Comissão de Diplomacia. Fez parte ainda das comissões especiais de reforma da Contabilidade Pública, da Marinha Mercante e do Estatuto dos Funcionários Públicos. Também foi eleito para a Comissão de Instrução Pública, mas não aceitou o posto²⁹.

²⁹ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ABRANCHES,%20Dunshee%20de.pdf>. Acesso em: 12 de Ago. de 2020.

Além da sua atuação na vida política da Província do Maranhão e do Brasil como deputado federal, fez seu nome conhecido também como advogado. Teve uma vida pública extensa.

Após deixar a Câmara, dedicou-se à advocacia em um escritório estabelecido na cidade do Rio de Janeiro. No campo jornalístico, teve intensa atividade. Em 1888 fundou, ao lado de Izac Martins e Antônio Rocha Lima, o periódico *O Norte*, na cidade de Barra do Corda. Colaborou com os jornais *Aurora Boreal*, *Gazeta do Povo*, *Século*, *Pacotilha*, *País*, *Diário do Maranhão* e *Federalista*, do Maranhão, e também com *Federação*, do Amazonas; *Gazeta da Tarde*, de Pernambuco; *Federação*, do Rio Grande do Sul; *República*, do Pará; *Comércio de S. Paulo*, de São Paulo; e *Diário do Norte*, da Bahia. No Rio de Janeiro, foi colaborador do *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *Tribuna* e *Correio da Manhã*; diretor de *O Dia*; redator de *O País*, e redator do *Jornal do Brasil*, de 1895 a 1900³⁰.

É comum encontrá-lo em mais de uma festa sempre proferindo discursos de apoio a Lei que fora aprovada.

Dunshee de Abrabches foi um dos mais sinceros paladinos das duas grandes campanhas que abalaram a época- a da Abolição e a da República. Em São Luís, sua inteligência moca, ao lado de Aluizio Pôrto. Antônio Lobo e outros, mas teve a mais decidida atuação nos festejos culminados com o 13 de maio de 1888 e 15 de novembro de 1888, datas em que pronunciou algumas dezenas de discursos inflamados e patrióticos. No sertão, ao lado de Isaac Martins e alguns mais, tomou parte com ardor nas duas campanhas, principalmente a última (LUZ, 1954, p. 105).

Em 17 de Maio, por exemplo, o jornal *Pacotilha* registra sua participação na sessão solene realizada pelos estudantes do Liceu. Foi concedido um momento para que falasse também na sessão solene da Câmara Municipal de São Luís, noticiada no jornal *Pacotilha* de 16 de maio de 1888.

Eduardo do Ribeiro Machado. Filho de João Raimundo Miranda Machado, era muito conhecido na Província do Maranhão. Acadêmico da faculdade de Direito de Recife, seu nome era citado quase sempre nas páginas dos jornais, quando viajava ou retornava e até mesmo ao matricular no próximo ano de seu curso. São feitos vários elogios, por sua oratória não apenas na imprensa local como também em São Paulo, tecendo elogios semelhantes³¹.

Participou da sessão solene organizada pela Câmara Municipal de São Luís, fazendo um discurso. Foi autor de um texto intitulado *Hymno do Liberto*, publicado no jornal *Pacotilha* do dia 18 de maio de 1888.

Henry Airlie. Estava inserido no grupo dos comerciantes, o nome de um de seus empreendimentos era Henry Airlie e Cia que ficava localizado na parte central da cidade.

³⁰ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ABRANCHES,%20Dunshee%20de.pdf>. Acesso em: 12 de Ago. de 2020.

³¹ PACOTILHA, 24 de outubro de 1889. Edição: 00254 (1).

Houve na praça de São Luís, além de bancos, várias casas. As mais famosas foram as de Henry Airlie e Oliveira Neves & Cia. A primeira dirigida pelo comerciante inglês Henry Airlie, homem honrado que se casou com uma e filha adotiva ou de criação de de Francisco Lisboa e foi sogro do ilustrado maranhense Dr. Almir Nina, desapareceu numa falência de causas complexas e de todo alheias a qualquer ato de seu chefe capaz de lhe desabonar a moral (MARQUES, 2008, p. 184).

Em quase todas as festas ele se fez presente discursando. Esse posicionamento é complexo, pois ele se incomodava quando os jornais publicavam textos a favor da Abolição, como por exemplo um que foi divulgado acerca do concurso para decidir a melhor proposta para transição do trabalho escravo para o livre publicado no jornal *Pacotilha* de 13 de Maio de 1888.

Na descrição de alguns detalhes sobre o concurso com a melhor proposta de transição do trabalho escravo para o livre, o primeiro parágrafo afirma que o plano deverá ser publicado até o dia 20 em “alguns dos jornais diários, cujas suas redações tem bizarramente colocado em suas columnas a disposição de quem quizer discutir tão momentoso assumpto” (*Pacotilha*, 12 de maio, 1888, p.3). Esse texto é assinado por Henry Airlye.

No Jornal *Pacotilha* de 14 de Maio está registrada uma parada da passeata do empregados do comércio faz em frente sua casa. Ele os cumprimenta e é correspondido com vivas. Portanto, parece que sua presença nesta e em outras comemorações estava sendo por mera convenção social, afinal fazia parte da Associação Comercial, que parecia querer demonstrar satisfação pela aprovação da nova Lei.

Hermenegildo Jansen Ferreira. Foi subdelegado de polícia do segundo distrito no batalhão de número 40, criado pelo decreto de nº 3.229 de 1º de março de 1864. Entre os anos de 1889 e 1891 ocupou cargo de presidente da Associação Comercial. Seu nome aparece no resultado das eleições para deputado provincial no ano de 1881, sendo o terceiro mais votado na capital com 58 votos, ficou atrás apenas do tenente coronel Xavier de Carvalho que teve 134 votos e de José Ribeiro do Amaral com 86 votos³².

Nos jornais ele é reconhecido como importante negociante de São Luís. Foi diretor da companhia de seguros Maranhense. Em uma Assembléia Geral os acionistas da Companhia de Navegação a Vapor o elegeram como presidente em 5 de março de 1886³³.

No que se refere a sua visão a cerca do 13 de Maio de 1888, ele era a favor de que a Associação Comercial do Maranhão apresetasse uma proposta ao governo de indenização aos

³² *Pacotilha*, 10 de novembro de 1883, fl.2.

³³ *Pacotilha*, 28 de dezembro, 1886, fl.2

ex-senhores, levando em consideração valor dos escravos que foram libertos³⁴. Estar presente na festa da Associação Comercial, órgão em que era presidente, onde presidiu a sessão solene.

Antonio Batista Barbosa de Godóis. Este assim como outros não passou despercebido no cenário político, na imprensa e principalmente na área da instrução pública, onde deixou seu legado com mais intensidade.

Bacharelou-se em Pernambuco. Político e jornalista, militou no partido liberal e liderou e redigiu o bissemanário *A Federação* com Antonio Joaquim de Sá Ribeiro e Túlio de Sá Vale (1886), e mais tarde a *Pacotilha*. Barbosa de Godóis, homem ilustrado, foi um distinto pedagogo e com Almir Nina muito ajudou o Maranhão, a partir do gov. de Torreão da Costa, a remodelar e modernizar a instrução pública no Estado. Deixou impresso vários livros didáticos, entre estes, em dois valiosos volumes, uma *História do Maranhão*. (MARQUES, 2008, p. 82).

Apesar de ter se empenhado em outras funções públicas, o que lhe deu maior notoriedade na sociedade em que vivia foi à renovação que ele proporcionou à educação, através de suas ideias que possibilitaram avanços significativos.

Integrou-se no movimento cultural que visava a sacudir o Maranhão do torpor em que se afundava, colaborando ativamente na imprensa e publicando excelentes monografias sobre educação. Embora não se lhe atribua talento poético, Barbosa de Godóis compôs a letra do Hino Maranhense, poema de razoável beleza, musicado pelo maestro Antônio Rayol. Educador de indiscutíveis e admiráveis méritos, tinha nesse campo suas atividades de eleição, merecendo atenção especial o vanguardismo de suas ideias didático-pedagógicas, fato inequivocamente comprovado pelo tema predominante de sua bibliografia e pelo patrono que, ao fundar a Cadeira nº 1 na Academia Maranhense de Letras, escolheu: Antônio de Almeida Oliveira, jurisconsulto, político, homem de Estado e pedagogo maranhense³⁵.

Muitas são as atribuições e predicados dispensados a este personagem. No que se refere às festas da Abolição, sua passagem é rápida. No Dia 14 de maio de 1888 o jornal *Pacotilha* noticia uma passeta que teria ocorrido no dia 13 e não teria sido organizada por grupo específico dando a entender que foi de várias pessoas.

É nela que o jornal faz referência a Barbosa de Godóis. Ele parecia ser um dos que estavam à frente da *Pacotilha*, dando todo apoio as manifestações eufóricas a favor da Abolição. Quando os festeiros pararam em frente à redação do jornal *Pacotilha* ele os cumprimentou representando a redação, segundo a notícia.

Cônego Francisco José Batista. Há poucas informações a cerca deste personagem, porém ele protagoniza um conflito ocorrido em 1881. Circulava um jornal católico na cidade

³⁴ Pacotilha, 25 de Maio de 1888. fl.3

³⁵ Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/antonio-batista-barbosa-de-godois/>. Acesso em: 12 de Ago. de 2020.

intitulado *Civilização*, este era alvo de críticas do *Pensador* que embora não fosse opositor da religião fazia certas observações que acabaram incomodando membros da igreja e suas lideranças.

O pensador durou apenas três anos, prazo bastante para lhe arrajarem um processo, movido pelo padre Francisco José Baptista, por crime de injúrias impressas, processo a que respondeu o impressor do trimensário, Sr. Antônio Joaquim de Barros Lima, sendo aborvido. O aludido jornal era então impresso nas oficinas do *Diário do Maranhão*, passando a seguir para as da *Pacotilha* (LUZ, 1954, p. 180).

É claro que foi um processo longo cheio questões a serem tratadas, porém é importante deixar registrado que era um cônego atuante na imprensa e que estava presente nas festas da Abolição, entre elas a sessão solene relaozada pela Câmara Municipal de São Luís.

Um exemplo de sua participação foi à pregação do evangelho na missa em homenagem a Abolição organizada pela irmandade do Senhor Bom Jesus dos Navegantes a que faz referência o jornal *Pacotilha* de 26 de maio de 1888.

Manoel de Bethencourt³⁶. Transitou por cargos importantes na Província do Maranhão, “professor de filosofia do Liceu Maranhense, figura de raio brilho e cultura” (LUZ, 1954, p. 274).

Português nascido em 1855. Foi jornalista de destaque e um dos fundadores da *Pacotilha*, contribuiu também com surgimento de outro jornal intitulado *O século*, que circulou até o ano de 1890. Partiu para Manaus e além daqueles periódicos apareceu somente *Frutos Selvagens*, um volume de versos de 180 páginas (LUZ, 1954, p. 274).

Seu perfil, segundo Abranches (1993, p34), era de um agitador de ideias e intelectual que produziu, entre outros trabalhos, o romance *A crise* (em capítulos). No Jornal *A campanha* que circulou em São Luís no ano de 1902 são feitas diversas referências a sua pessoa. Abranches, em *O cativo* também o cita como uma das principais figuras da Abolição (2012, p241).

Durante a reunião realizada pelo Clube Artístico Abolicionista Maranhense foi dele a ideia de levantar um monumento para representar a Abolição e a indicação de que deveria ser o conselheiro Antonio Vieira da Silva o homenageado. Sempre fazia questão de discursar nas festas em que estava presente e logo após sempre era aplaudido.

João Toledino Guedelha Mourão, tendo viajado para se formar, assim como outros, exerceu cargos inclusive na área da educação, política e advocacia, além de ser reconhecido como autoridade religiosa.

³⁶ LUZ, Joaquim Vieira da. **Dunshee de Abranches e outras figuras**. Tipografia Teixeira. São Luís, 1921. ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge do Grajaú**. 2ª ed. São Luís: AULMAR, 1993.

Nasceu em Pastos-Bons (MA) em 1842, filho de João da Silveira Guedelha e de Eufrosina Mourão. Após frequentar um seminário de padres na província natal, prosseguiu seus estudos eclesiásticos na Europa, onde colou grau na Universidade de Roma. De volta ao Brasil, residiu no Pará, onde colaborou no periódico católico *Boa Nova*, foi monsenhor, reitor do seminário de padres e depois bispo, em substituição de Antônio Macedo Costa. Retornou então ao Maranhão e fixou residência em São Luís. Aí fundou, em 1880, o jornal *Civilização*, no qual moveu forte campanha contra Tobias Barreto e o jornal *O Pensador*, de caráter anticlerical³⁷.

Era umas das figuras conhecidas por arrebanhar padres no combate aos maçons do Maranhão. Uma das suas formas de combate era às paginas da *Civilização*, órgão católico que defendia o bispo dom Alvarenga e o clero maranhense. Em seu legado bibliográfico deixou *A maçonaria revelada por si mesma e pelo Grande Oriente Belém 1982*, *Conferencia na igreja de Santo Antonio*, São Luís, 1887 e *Cartas aos maçons do Maranhão*, 1880-1881 (COUTINHO, 2007, p.126).

Desde de julho de 1878, São Luís tinha um novo bispado, Dom Antônio Candido de Alvarenga, que, desde de sua chegada, atacara com vigor o relaxamento dos costumes maranhenses. Ele mandou vir de Belém o cônego João Toledino Guedelha Mourão a quem confiou o cargo de vigário geral e diretor do Seminário. Mourão havia sido um dos padres mais ativos durante o conflito religioso em Belém e iria se tornar alvo dos jobens aticlericais de São Luís do Maranhão (MÉRIAN, 1998, p.150).

Ele não foi bem recebido no Maranhão, pois a imprensa o via o denominava de reacioário, porém isso não impediu de exercer a tarefa para qual havia sido designado.

Era D. Antônio de Alvarenga homem de caráter muito austero, vezes tão vigoroso que chegava a parecer pirrônio e as vezes tão irritável que parecia ser violento. Tendo trazido do Pará em 1789 o pe. João Toledino Guedelha Mourão, maranhense que lá servia sob as ordens do grande D. Antônio de Macedo Costa, viu-o mal recebido no Maranhão, onde a imprensa de ser este o mais reacionário do Norte, apesar da cultura e inteligência que na sua terra elevaram altas posições. O pe. Mourão com seu companheiro Raimundo Alves da Fonseca, piauiense muito ilustrado e talentoso, mas impenitentemente amigo de polemicas violentas, atrabilário, chicanista, fundou em 1880 o hebdomdário clericalista *Civilização*, causa principal continua das lutas continuas contra maçonaria, lutas com *O Pensador*, fundado por um grupo de jovens abolicionistas e republicanos, lutas até com a Presidência da Província e finalmente contra uma parte do próprio clero, descontente com o excesso de autoridade permitida por D. Antônio Candido ao seu vigário geral mons. Mourão. No ardor de suas querelas o bispo chegou a ser vaiado (MARQUES, 2008, p. 254).

A transferência D. Antonio Candido de Alvarenga para o bispado de sua terra natal fez com que a Sé Maranhense ficasse vaga, assumindo assim o Monsenhor Mourão, como era mais conhecido. O Cabido o elegeu e empossou para dirigir o bispado. Estando eleito deputado

³⁷ Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOUR%C3%83O,%20Jo%C3%A3o%20Tolentino%20Guedelha.pdf>. Acesso em: 13 de Ago. de 2020.

federal do Maranhão exerceu ambas as funções. Posteriormente foi transferido para a Diocese de Salvador, onde faleceu (MARQUES, 2008, p.254).

Pregou o evangelho em algumas missas em comemoração ao 13 de Maio em outras festas chegou a fazer algumas falas em público. No dia 11 de maio de 1888, o *Diário do Maranhão* publica um texto em forma de convite de autoria dos sacerdotes do Seminário Santo Antônio informado que fariam uma missa em ação de graças em homenagem a Abolição, pois o projeto já estava na terceira discussão.

Embora não fosse o pregador, o monsenhor Mourão ao fazer um discurso nesta missa deixa claro que a escravidão tem origem no pecado, e aproveita para aconselhar os ex-cativos a fazer bom uso de sua liberdade, se entregando ao trabalho e ao evangelho. Participou ainda das comemorações realizadas pela Câmara Municipal de São Luís e pela irmandade do Senhor Bom Jesus dos Navegantes.

Pacífico Bessa. Assim como outros, era reconhecido no meio em que vivia como abolicionista. “Conscientemente falando, pode dizer-se, todos os maranhenses menores de vinte e cinco anos, especialmente os letrados, abominavam o regime servil do Império” Abranches (2012, p.177). Logo após esta passagem o autor escreve uma lista de sujeitos que para eram ilustres e combatiam a escravidão, dentre eles estava o nome de Pacífico Bessa.

Foi empregado “fazendário, poeta, amigo das belas artes, era ainda o mercenário do corpo redacional do jornal *O século*” (LUZ, 1954, p. 274). Seu nome aparece em um texto publicado em 12 de maio de 1888 na comissão encarregada de arrecadar donativos primeira freguesia da capital. É dele também o texto intitulado *A liberdade*, oferecido ao Clube Artístico Abolicionista Maranhense, publicado no jornal Pacotilga de 30 de maio em forma de versos.

Francisco de Paula Belfort Duarte. Sua capacidade intelectual é inquestionável, entre os elogios que costumava receber de todos que o conheciam estava o dom das palavras, a boa oratória.

Nascido no Maranhão, e depois formado em Direito iniciou sua vida pública na capital da Província. política, imprensa e advocacia foram o campo da sua atividade. Como político gravitou dos partidos da Monarquia por um dos quais foi eleito deputado geral pelo 1º distrito na legislatura 1867-1870, para as ideias republicanas. A alvorada de 15. nov. 1889 veio a se encontrá-lo, com Casemiro Junior e alguns outros companheiros na propaganda republicana, e ele foi indicado para formar com ten. cel João Tavares, o Dr. José Viveiros e outros a primeira Junta Governativa ou Governo Provisório republicano no Maranhão. Terminada a fase de reorganização política e administrativa da ex-província, Paula Duarte, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi exercer o cargo de redator de Debates no senado, e teve um fim de vida apagado, em contraste com o período brilhante que viveu no Maranhão entre sua formatura e a mudança de residência para o Sul. Como jornalista redigiu o hebdomadário político *A Tribuna* (1866), escreveu n’*O Liberal*, dirigiu *O Publicador Maranhense* e *O Globo* (1889), mas não teve atuação de destaque fora da sua terra natal. Também como

advogado sua estrela que cintilou tanto e tanto no Maranhão, apagou-se no Rio de Janeiro (MARQUES, 2008, p.80).

Um traço marcante em seus discursos além de excelente oratória era suas falas provancantes quando entrava em um debate, sempre fazendo perguntas retóricas aos que o ouviam com certo nível de ironia.

Orador nato, a tribuna, assim nos comícios políticos, em praça pública, como nas reuniões cívicas ou literárias, era-lhe carro de triunfo. A voz cheia, forte e ao mesmo agradável, a palavra fluente, a imaginação fecunda, os arroubos condoreiros, a presença de espírito com que respondia aos apartes, a ironia com que desarma os contedores ou laços com chistes lhes arma para depois zombar e rir-se dele com o público, tudo isto maracava nele o rador mais aplaudido da sua terra natal numa fase em que não faltaram no Maranhão grandes figuras na oratória política, literária, forense ou parlamentar. Perante as multidões não lhes implorava aplausos, dominava-as, para usarmos de uma frase ao sabro do condererismo, como os damodores ás feras, obrgando-as a obedecerem, fascinadas, submissas, ao poder de sua palavra. Na tribuna forense, foi rei dos oradores maranhenses. Os seus contemporâneos não lhe regatearam o título nem a posteridade tem o direito de diversgor o juízo. Augusto Olímpio Viveiros de Castro emitiu acerca de Paula Duarte um juízo que, apesar da concisão, contém muita verdade: “inteligência não vulgar e espírito mais culto, infelizmente mal orienatdo” (MARQUES, 2008, p.80).

Alguns de comportamentos o faziam alvo de críticas de outros intelectuais que aplaudiam seu talento, porém diziam não ser bem aproveitado. No livro *A esfinge do Grajaú*, Dunshee de Abranches afirma que:

Paula Duarte, com efeito, foi até a morte um grande boêmio; orador eloqüentíssimo, advogado hábil e temido, possuidor de um peregrino talento e de variada cultura mental, ganhava rios de dinheiro na sua profissão; mas como ele mesmo confessava era vítima dessa “adorável trilogia- o álcool, o jogo, e as mulheres!”. E a todas e as qualidades de um espírito de escol, juntava o famosos físico que era requintado apuro nos vestuários (ABRANCHES, 193, p.24).

Havia rumores de que ele teria um romance com a Baronesa de Grajaú, que foi levada a júri sendo acusada de ter assassinado dois escravos, sendo absolvida (LUZ, 1954, p.274). A participação de Paula Duarte nas festas da Abolição foi significativa. As fontes apontam a frequência com que discursou nas passeatas, sempre com boa receptividade pelo público, dizem os periódicos.

Ao noticiar a sessão solene organizada pelos estudantes do Liceu em 17 de maio de 1888 o jornal *Pacotilha* destaca o discurso feito por Paula Duarte realçando o que muitos reconheciam sua facilidade para com as palavras. Segundo essa fonte, ele foi inúmeras vezes inetrrompido por apaludos durante sua fala.

Os participantes da sessão magna realizada pela Câmara Municipal em 16 de maio de 1888, saíram em passeata logo que acabaram os pronunciamentos. Segundo o jornal *Pacotilha*

houve uma parada na casa do senhor Viana Vaz, e Paula Duarte que lá estava aproveitou para fazer mais uma de suas falas.

Além destas, *O Paiz* de 21 de maio de 1888, confirma que ele também esteve presente discursado na sessão solene promovida pela Associação Comercial do Maranhão. Isso indica que seu talento foi utilizado largamente nas festas da Abolição. Ele foi um dos que mais participou das comemorações.

Joaquim Sant' Anna Reis. Este é um dos personagens de quem pouco se tem informação, talvez pelo fato de não ocupar cargo político, ou burocrático no governo. É referenciado no livro *O cativo* de Dunshee de Abranches como alfaiate.

Á noite na nossa costumeira reunião do Largo dos Remédios, Francisco Nina, espírito revolucionário por excelência mais uma vez instou que buscássemos adeptos na *gente de pegar*: assim chamavam os valentões da terra. Era opinião sua que nos deveríamos aproximar de alguns homens de cor, inteligentes e idealistas que sempre compareciam aos nossos comícios libertadores, um deles era Victor Castelo, era até orador eloquente. E este o alfaiate Sant' Anna Reis, cujo o estrabismo o tornava antipático, mas possuía um ótimo coração, exerciam grande ascendência sobre o pessoal de sua raça. Operários modestos ambos sem recursos, começaram a princípio agindo as ocultas. Depois mais animados pelas adesões recebidas, organizaram o Centro Artístico Abolicionista Maranhense (ABRANCHES, 2008, p.187).

No jornal pacotilha de 16 de maio de 1883 há um texto noticiando que uma proposta de Sant' Anna Reis de despesa oferecida a Câmara Municipal de São Luís para as festas de Corpus Christi foi aprovada. Assim sendo poderíamos identificar neste personagem alguém articulado e com certa influência no meio em que vivia.

Em 26 de julho de 1885, ele e Avelino José da Cruz, que eram artistas residentes na capital da província, pediram licença ao chefe de polícia para formar uma sociedade denominada Clube Artístico Abolicionista Maranhense, que tinha como objetivo promover a libertação de escravizados por meios legais.

No mesmo dia do pedido alcançaram a licença desejada e foi fundado então o Clube na casa de Sant' Anna Reis que na ocasião morava na Rua da Cruz, nº 19. Ele então ocupou o cargo de presidente e seu vice foi José Maria B. Maranhense, outro sujeito que sempre esteve envolvido com a causa da Abolição. Houve ainda uma solenidade no *Teatro São Luís* dia 22 de março, para que se pudesse instalar oficialmente este grupo, sendo libertos neste dia, 8 pessoas.

Parecia ser extremamente envolvido com a causa da Abolição. Não por acaso fundou um dos grupos considerados mais importantes de São Luís, agregando outros sujeitos de destacada posição social.

Pedro de Alcântara Freire. Também era considerado um abolicionista, daqueles mais enérgicos, estas características ficavam em evidência na discussões acerca de temas polêmicos.

Perdro Freire, era o mais barulhento e desordenado chapeu sempre ao alto da cabeça, magro, moreno, nariz afilado, olhar vivo e atrevido, entrava diariamente gritando gesticulando e brandindo a bengala de junco, eternamente instisfeito de tudo e de todos. E, quando se tratava de razões com o poeta João Francisco Growell, o professor Pacífico Cunha, Maneco Nina, Antônio de Sá Ribeiro e outros espíritos exaltados, gritava tanto que reunia gente curiosa as portas da redação situada na rua de Nazaré, em frente ao passeio público, hoje Praça Benedito Leite (ABRANCHES, 1993, p. 43).

Sempre que tinha a oportunidade entrava em debates políticos partidárias, sendo a favor partido dos liberais (ABRANCHES, 1993, p.47). Ajudou a fundar o Clube Artístico Abolicionista Maranhense e o *Pensador*, órgão de oposição a *Civilização*, folha que era dirigida por padres (LUZ, 1953, p. 80).

Houve uma passeata no dia 11 de Maio sem ter grupo específico organizando-a. Ela Foi noticiada pelo jornal Pacotilha no dia 12. Consta nas informações acerca dela que Pedro Freire foi um dos oradores. Tanto na sessão solene relizados estudantes, quanto pela Câmara Minivipla de São Luís se pronunciou e segundo a fonte foi muito aplaudido.

Serapião Angelo Azevedo. Apesar de não ter muitas informações a cerca deste personagem, os jornais demonstram que foi um homem voltado para negócios comercias. Era proprietário de um estabelecimento de secos e molhados que adquiriu em julho ano de 1888 de Pereira Junior & C, localizado na Rua da Palma esquina com largo do Desterro³⁸.

Era membro de um grupo denominado Sociedade Beneficente Justo Auxilio Maranhense, além de ser segundo secretário desta. É comum também vê-lo sendo citado nos jornais em comissões de organização de festas religiosas, como a de São José do Desterro³⁹. Ele assumiu um papel de destaque nas festas por fundar a *Sociedade Beneficente 13 de Maio* e ir a público protestar por este nome no jornal, tratando de compor ligeiramente sua diretoria, sendo o próprio o presidente⁴⁰.

Victor Castelo. Residente em São Luís na Rua da Paz. “Homem de cor” reconhecido como alguém muito inteligente por seus companheiros que lutava pela liberdade dos cativos (ABRANCHES, 2012, p. 187).

³⁸ Pacotilha, 27 de Julho de 1888, fl.1.

³⁹ Pacotilha, 27 de Julho de 1888, fl.1.

⁴⁰ Pacotilha, 15 de Junho de 1888, fl.3

Victor Castelo, por seu turno, havia lançado em circulação *O Abolicionista* que teve também vida efêmera. E apesar de todas as perseguições sofridas, prosseguia sem desfalecimentos com Santana Reis e outros operários na campanha redentora no seu Centro Artístico. (ABRANCHES, 2012, p.231).

Além de ter tentado solidificar um órgão que fosse a favor da Abolição, participava de um grupo de homens sempre planejava concretizar ações favor desta causa na cidade de São Luís. Dunshee de Abranches escreve o seguinte em seu livro *O cativo*:

Francisco Nina, Prazeres de Freitas, Victor Castelo, Sant' Ana Reis, eu, construímos um comitê secreto, que fundou um Quilombo do Encantado nas margens do Bacanga. Tratava-se de uma situação em abandono, há longos, e assim consagrada pela credice popular que criara a lenda. Dizia-se que, dentro das matas, havia ruína de uma casa mal-assombrada, e, desses escombros, partiam de quando em vez lamentos e ais das almas penadas dos que ali tão feitos crimes havia perpetrado (ABRANCHES, 2012, p. 235).

Um dos fatos que não se pode deixar de citar era seu comprometimento com a causa da Abolição, sempre é referenciado nos jornais portando discursos contra o sistema escravista. Chama atenção também que em um dado momento de sua vida pesa sobre ele serias denúncias de que estaria se apossando de ingênuos e se aproveitando de seus serviços. Teria sido ele obrigado a restituir dinheiro de escravos, uma vez que os tinha prometido liberdade e não teria o conseguido⁴¹.

A sua atuação no Clube Artístico Abolicionista Maranhense anos antes do 13 de Maio de 1888, é inegável, há varias notícias de que ele ajudava na liberdade de escravos e a cerca da denúncia infelizmente não temos tempo para averiguar, porém Jornal *O Paiz* dos meses de maio e junho oferece mais detalhes. Fica assim registrado em sua história de vida este conflito, onde não podemos saber até que ponto as acusações verdadeiras ou falsas.

No contexto das festas da Abolição ele aparece defendendo a ex-escrava Candida em nome do Clube Artístico Abolicionista Maranhense⁴² essas informações contrastam com as denúncias. Sua biografia é bem curta sendo necessária ainda uma pesquisa mais aprofundada a cerca deste sujeito que teve muita relevância e ora é tratado como herói ora como vilão nos jornais.

Francisco Xavier de Carvalho. Ocupou cargos públicos. Atuante na área do comércio. Destacou-se na política em um momento crucial da história de sua terra natal.

⁴¹ Pacotilha, 26 de março de 1888, fl.3

⁴² Pacotilha, 22 de maio de 1888, fl.2

Maranhense, figura de destaque no comércio e nas finanças do Maranhão, diretor de várias companhias e bancos. Político, fez parte da Assembléia Provincial do Congresso do Estado e foi um dos membros da primeiro Governo provisório republicano Maranhão (MARQUES, 2012, p. 361).

Outro fato que pode ser destacado foi a sua tentativa em ocupar uma cadeira na Academia Maranhense de Letras.

A sucessão de Clodomir Cardoso foi intesamente disputada. No pleito de 20.nov. de 1918 cinco candidatos concorreram José Luso Torres, Mariano Martins Lisboa, Francisco Xavier de Carvalho, Joaquim serra e Alvares Pinho. O vencedor foi José Luso Torres que recebeu 735 votos (MARQUES, 2008, p. 650).

Atuava como vereador quando ocorreu a extinção da escravidão no Brasil, participando de algumas festas proferindo falas em favor do acontecimento, por exemplo, a da Câmara Municipal de São Luís.

Francisco Antônio Brandão. Teve uma boa formação acadêmica, o que o levou a exercer o cargo de lente no Liceu do Maranhão de várias disciplinas. Produziu trabalhos significativos no Brasil, destacando-se em um destes.

Maranhense, nascido e falecido em São Luís. Estudou na Europa e era Doutor em Ciências Naturais e Engenheiro pela Universidade de Bruxelas. Foi eleito deputado á Assembléia Provincial do Maranhão, sendo reeleito diversas vezes em sua terra natal Professor catedrático de Retórica e Poética do Liceu Maranhense, passou depois a reger a [cadeira] de Física, Química e Mineralogia, servindo várias vezes em outras. Realizou alguns trabalhos no campo da engenharia incumbido pela Província. Foi o primeiro brasileiro que escreveu um trabalho sobre as doutrinas de August Comte. Consideramo-lo um dos precursores da campanha abolicionista, com seu opúsculo, *A escravatura no Brasil*, precedido de um artigo sobre a agricultura e Colonização no Maranhão (MARQUES, 2008, p. 431).

No Jornal Pacotilha de 12 de maio de 1888, foi refenciado como um dos membros da comissão destacada para arrecadar donativos na segunda freguesia com objetivo realizar a festa do Clube Artístico Abolicionista Maranhense. No dia 18 de maio, o mesmo jornal ao narrar a sessão magna promovida pelo Clube aponta a paticipação dele atarvés de um discurso.

Aluisio da Silva Porto. É um dos persoangens que podemos encontrar poucas informações. Joaquim Vieira da Luz em seu livro *Dunshee de Abarnches e outras figuras* narra alguns acontecimentos que ligam Aluisio Porto ao protagonista de sua escrita.

A 6 de agosto consorciava-se Dunshee de Abranches, em São Luís, na igreja de Nossa Senhora da Conceição, com a senhorita Maurina da Silva Pôrto, filha do falecido filantropo José Maria da Silva Pôrto e irmã de Aluizio da Silva Pôrto, o mavioso poeta de POEMAS DO CORAÇÃO, “obra prima de arte e de éstro” no conceito do próprio Dunshee, prefaciando a publicação póstuma do livro de seu cunhado, amigo e companheiro e propaganda nas grandes pugnas pró Abolição e República, aos quias

se juntava Antônio Lôbo que, em São Luís se casava exatamente na data em que, no Rio, falecia Aluizio da Silva Pôrto, 23 de Janeiro de 1893 (LUZ, 1953, p.51).

Faleceu ainda muito jovem aos 21 anos de idade. Esteve nas festas da Abolição dando apoio. Marcou presença na sessão solene dos estudantes recitando algumas poesias.

Luis Antônio Vieira da Silva. Transitou em vários cargos que lhes forneceram vasta experiência, tendo atuado não apenas no Maranhão como também em outras províncias do Brasil.

Filho de Joaquim Vieira da Silva e Sousa e de Columba de Santo Antônio Gaioso, nasceu Luis Antônio Vieira da Silva na cidade de Fortaleza, CE, a de outubro de 1828, quando seu pai ali servia temporariamente como juiz de fora. Advogado, poeta jornalista, escritor, parlamentar e ministro, o visconde Viera da Silva que sempre se considerou maranhense, é um nome que projeta o Maranhão nas páginas gloriosas da história do Brasil. Muito moço foi enviado para a Alemanha muito jovem, onde se doutorou em leis e cânones pela Universidade de Heidelberg, no Grão-Ducado de Baden em 20 de abril de 1854. De retorno radicou-se em São Luís, iniciando proveitosa vida jornalística e literária. Conta-se que esquivou-se sempre da advocacia, para evitar constrangimentos, seu e do pai, o desembargador Joaquim Vieira, que era presidente do Tribunal de Ralação. Antes ser mandado para Europa fundou com alguns amigos a Associação Literária Maranhense, responsável edição do *Jornal de Instrução e Recreio*, órgão em que o jovem poeta publicou, entre outras produções literárias (COUTINHO, 2007, p.65).

Além de sua produção literária foi convidado a assumir cargo público, sendo sua formação requisito condizente com tal tarefa. Envolveu-se com muitas atividades jornalísticas e ainda ocupou mandado de Deputado geral.

No ano de 1854, quando retornou da Alemanha para o Maranhão, foi lhe dado o primeiro cargo, o de secretário de governo, função que se prolongaria até 1857, quando foi exonerado, a pedido. Em 1859 foi diretor de Terras Públicas no Maranhão, 1860, elegia-se deputado provincial à Assembléia Legislativa. Neste tempo exerceu grande atividade jornalística, redigindo Nova Era, do barão de São Bento; A conciliação, de Antônio Rêgo e Marques Rodrigues; O estandarte, do barão de Grajaú, e outras folhas que conheceram o talento do jovem parlamentar (COUTINHO, 2007, p.66).

Escreveu um livro intitulado *História da independência na província do Maranhão (1822-1928)*, referenciado inúmeras por César Marques em seu Dicionário Histórico-Geográfico, demonstrando a importância da obra. Foi deputado geral na 11ª legislatura (1861-1864), na 14ª (1869-1872), nesta não assumiu, pois havia sido escolhido para o senado. Em 5 de janeiro de 1871 foi nomeado delegado literário da freguesia de Nossa Senhora da Vitória (MARQUES, 2012, p.348).

A 13.5.1871, assumiu o Senado do Império, na vaga aberta por falecimento do conselheiro Francisco José Furtado. Na Câmara Alta permaneceu até o dia 3.11.1889,

12 dias antes da Proclamação da República, data em que veio a falecer, ostentando as insígnias das mais altas posições da Maçonaria brasileira. Vieira da Silva foi conselheiro de Estado em 1882; ministro da Marinha em 1888 e visconde com grandeza por ato imperial de 5.1.1889. Deixou duas obras de grande valor. A primeira, de Cunha jurídica, intitula-se *História interna do Direito até Justiniano*, obra rara, publicada pela Laemmert, Rio, 1854; *História da Independência da Província do Maranhão*, São Luís, Tipografia Progresso, com prefácio de Antônio Henrique Leal. Pertenceu aos quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. É patrono de cadeiras no IHGM e Academia Maranhense de Letras, cadeira nº28. No Senado, o visconde Vieira da Silva tomou posição contrária ao senador Cândido Mendes, defendendo com vigor a Maçonaria e seus postulados (COUTINHO, 2007, p.67).

Este é um dos que participou de forma indireta nas festas da Abolição aqui analisadas. Foi escolhido como símbolo da luta abolicionista ao ser indicado para figurar num monumento que seria construído pelo Clube Artístico Abolicionista Maranhense, por indicação de Manoel Bethencourt.

José Rodrigues Fernandes. Teve destaque na política, apesar de sua formação ser em medicina e de ter iniciado uma carreira no jornalismo.

Natural do Maranhão. Médico. Ingressou no jornalismo e na política em São Luís nos anos finais do Império. Mas foi na República que passou a tomar parte ativa nas atividades eleitorais. Ligado ao grupo que se juntou a Benedito Leite, foi eleito intendente de São Luís nas eleições de 20.11.1992, na fusão dos Partidos Constitucional (de quem era um dos chefes), Nacional e Católico. Foi o 2º intendente de São Luís. O primeiro, nomeado pelo governador, foi Sousândrade. Sua administração (três anos), estendeu-se de 1892 a 1894. Diz Domingos Vieira Filho que o grande médico maranhense “era alma boníssima, de suma competência, não transformando a medicina em banca de comércio”. Foi, também, no tempo da Monarquia, inspetor-geral da Instrução da Corte do Maranhão. Deputado Federal do Maranhão em legislatura 1897-1899. Por ter sido um excelente administrador na capital, foi honrado com nome de rua (do Passeio), hoje rua Rodrigues Fernandes (COUTINHO, 2007, p.114).

Um dos vereadores de São Luís no período das festas da Abolição, participou da comemoração realizada pela Câmara Municipal tendo proferido discursos no transcorrer do evento, como pode ser identificado no Jornal *Pacotilha* de 16 de Maio de 1888.

José Viana Vaz. Na área jurídica obteve reconhecimento da sociedade em que vivia. Não foi apenas em São Luís que ocupou cargos importantes na administração pública. Demonstrava gostar de sua terra recusando trabalhar fora dela. Nascido aos 22.7.1852 neste, era filho de Caetano Vaz Junior, antigo chefe político no Maranhão, província cuja presidência ocupou no ano de 1865.

Noticiado seu falecimento, os jornais deram-no como nascido em Codó, talvez por ter sido por muito tempo de seu pai e de ali haver passado parte da juventude. Entretanto, há nisso um equívoco, que foi desvendado por uma das suas extremas filhas: é que Vaz não nasceu naquela cidade do interior, mas nesta capital, em uma casa no beco do Machado, próximo a praia do Caju, que ele próprio teve o ensejo de mostrar-lhe.

Frquentou aqui, o colégio Nossa Senhora dos remédios, fundado em 1840 por Domingos Feliciano Marques Perdigão e depois Instituto de Humanidades, dirigido por Pedro Nunes Leal, onde concluiu respectivo curso. Destinando-se à carreira jurídica, partiu para cidade de Recife, em cuja Faculdade de Direito recebeu láurea de bacharel a 9. 11.18.1878. Viana iniciou sua vida pública na antiga província, formando logo nas fileiras do Partido Liberal, de o seu velho pai era um dos chefes de real prestígio. Exerceu cargos administrativos importantes, como o de inspetor de instrução pública e o de delegado de polícia da capital. Nomeado juiz municipal de Teresina, recusou a nomeação, de grande valor, naquele tempo, para não sair da sua terra, a que tinha entranhado amor, que manifestou até a véspera de sua morte, com o formal empenho de não ser promovido para um dos tribunais da Relação, recentemente criado, e a que, por lei, tinha direito de preferência (COUTINHO, 2007, p.83).

A questão partidária para ele era mais que uma escolha. Trabalhava com afinco no partido que fazia parte. Sempre tinha posicionamento firme, ou seja, entre suas características estava sempre a escolha e defesa de lado só não atuando entre um partido e outro.

Continuando a trabalhar devotamente pela sua causa e do seu partido, este manda-o, no ano de 1882, a Câmara dos Deputados, como representante do 6º distrito da província. Não foi esta eleição um triunfo suave, nem um ato de favoritismo, pois que venceu na virgência da Lei Saraiva, a mais seria e verdadeira que já fruiu em nosso país. Quando se deu a cisão do Partido Liberal na província, em consequência de rivalidades e desconfianças que vinham, dia dia, separando seus diretores, formaram-se dois grupos. Um chefiado pelo senador Antônio Marcelino Nunes Gonçalves e outro pelo senhor Felipe Frnaco de Sá, a cujo lado formou Vaz, amigo dedicado e sincero admirador deste notável político e lingüista. Esta facção o elegeu deputado à Assembléia Provincial, na última legislatura do Império, em 1889, em que tomaram assento diversos políticos de prestígio e valor intelectual, aos quais escolheram para presidência Abílio Ferreira Franco. Pelustrando as regiões da imprensa, redigiu *O Liberal* com o seu amigo Casemiro Vieira Dias Vieira Junior e colaborou, por vezes na *Pacotilha* (COUTINHO, 2007, p.83).

É importante ressaltar que assim como outros personagens ele também fez parte da transição política. Conseguiu continuar em cargos de grande relevância para o Estado. Era portador de um discurso a favor das liberdades.

Proclamada a República aderiu de imediato ao novo regime, crente de que vinha incrementar as liberdades públicas e objetivar as reformas por que a nação ansiava, e que a Monarquia retardara. Figura notável no Estado, Vaz foi logo distinguido pelo governador provisório com algumas comissões e nomeação de alta significação e responsabilidade. Em 5.6.1890, o ministro da Fazenda, Rui Barbosa, nomeou-o fiscal do empréstimo à lavoura do Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão. Pelo ato de 16 de agosto do mesmo ano, o generalíssimo Deodoro da Fonseca nomeou-o primeiro governador, tendo tido ensejo de empossar-se na administração do Estado desde outubro de 1890, até março do ano seguinte, exercendo o cargo com tolerância, inteligência, critério e proveito para novas instituições. Foi ele quem adaptou o Maranhão ao sistema republicano federativo, nesta fase transitória, inestimáveis os serviços que prestou, com uma atividade e dedicação, acima de qualquer encômio. Para premiar-lhe os relevantes serviços, o governo de Deodoro, por decreto de 24.11.1890, nomeou-o juiz federal do Maranhão, cargo que assumiu a 3.3.1891 e exerceu ininterruptamente por quase 31 anos. Foi professor e diretor de nossa primeira Faculdade de Direito (COUTINHO, 2007, p.84).

Fica bem perceptível que a escrita de Milson Coutinho esta carregada de impressões pessoais e de grande admiração e respeito por José Viana Vaz, porém apresenta informações sobre aspectos variados de sua vida.

O jornal Pacotilha de 16 de maio de 1888 narra que à comemoração da Câmara realizada pela Municipal de São Luís, foi uma sessão magna que terminou por volta das 22 horas, seguida de passeata. Durante o percurso eram feitas algumas paradas como de costume. Da casa de Viana Vaz discursou Paula Duarte quando pararam os festeiros para saudá-los. Isso demonstra que mesmo não participando diretamente das festas da Abolição, Viana Vaz não era contra a questão, pois era amigo daquele que portador do discurso e permitiu que ele o fizesse da janela de sua casa.

Tarquínio Lopes Filho. Poucos são os trabalhos que informam algo da vida deste personagem. É possível afirmar, porém, que era reconhecido na área da medicina. Foi responsável por procedimentos que poderiam ser considerados de extrema complexidade, obtendo êxito.

Nascido em 1885, em São Luís, o médico Tarquinio Lopes Filho foi um humanista por natureza; um político por convicção; um jornalista por necessidade e um filósofo por ideologia - alguém à frente do seu tempo. Assim, foi apresentado o cirurgião, clínico geral, ginecologista e sanitarista que, durante a sua existência até 1945, marcou várias gerações de médicos no Maranhão por seu modo de ser e de estar na profissão e fora dela. A apresentação foi feita pelo professor Natalino Salgado Filho durante a solenidade de implantação do curso de medicina, em Pinheiro, resultante de uma pesquisa que realiza há dez anos sobre o médico. Filho de uma família de médicos, Tarquinio Lopes Filho foi, aos 11 anos, para o Rio de Janeiro fazer o curso secundário e depois foi estudar medicina na Santa Casa de Misericórdia, onde obteve muitos dos conhecimentos que trouxe para o Maranhão. Médico bastante respeitado, ele idealizou vários projetos sobre saúde pública, como o de Reestruturação da Rede Pública de Saúde da região; o da criação do Hospital Operário em 1923; o da criação da Faculdade de Medicina ou o de ações sanitárias de cuidados extras em áreas próximas aos cemitérios, colônia dos leprosos e outros locais inóspitos. Também como médico, realizou vários procedimentos considerados complexos para a sua época como a retirada de um tumor de 12 kilos de uma mulher; a primeira cesariana ou o trabalho que realizou sobre a medicina legal na faculdade de direito de São Luís. Já como político ele foi extremamente transgressor e, deixou o seu nome marcado na história⁴³.

Não se restringiu apenas na sua área. Assim como muitos sujeitos de destacada posição social, transitou pela política.

⁴³ Estando as bibliotecas fechadas em consequência da pandemia do novo Coronavírus, infelizmente não foi possível ter acesso ao livro de SALGADO FILHO, Natalino. **Tarquínio Lopes Filho: médico, político, jornalista, administrador que virou mito**. São Luís: EDUFMA. As informações a cerca de Tarquinio Lopes Filho foram retiradas do site: <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=46745>. Acessado em: 14 de Ago. de 2020.

Deputado, em 1915, e aliado do governador Herculano Parga, fez oposição ao grupo de Urbano Santos e, em 1922, liderou um golpe que derrubou o governo até ser preso e depois tornar-se governador por um curto período de tempo. Ao mesmo tempo em que lutava por seus ideais, o médico tornou-se jornalista, criou o jornal *Folha do Povo* para escrever sobre os temas sociais que defendia e participou ativamente da coluna *Prestes*. Durante a República Velha, ele foi trabalhar na região amazônica como tenente e, posteriormente, voltou para São Luís, onde continuou a atuar nas várias áreas e a lutar para reduzir as desigualdades sociais. Quando morreu, Tarquínio Lopes foi homenageado como um homem culto e sábio e o seu nome foi colocado em várias instituições públicas como escolas da capital e do continente e no Hospital Geral, que até hoje guarda a sua memória, como o médico do bisturi de ouro⁴⁴.

Quando foram realizadas as festas da Abolição em São Luís ele estava à frente da Maçonaria Maranhense. No jornal *Pacotilha* de 21 de maio de 1888, seu é referenciado grupo comemorando a aprovação da nova Lei com uma sessão magna, que infelizmente não foi muito referenciada nos jornais.

Este personagem é mencionado como “grande mestre da maçonaria maranhense” nesta fonte. Ao parar na sessão que seu grupo estava realizando para cumprimentá-los Tarquínio Lopes Filho os doa a quantia de 10\$000 para ser distribuída como esmolas⁴⁵.

Os apontamentos biográficos a cerca destes 25 sujeitos objetivava esclarecer mais detalhes sobre alguns agentes nas comemorações do 13 de Maio de 1888, revelando ter sido um momento que conseguiu agregar diferentes convicções políticas, econômicas e sociais em torno dela, além de demonstrar que nem todos que ali estavam eram simpatizantes a nova Lei.

A própria função social que ocupavam no contexto em que viviam aponta que alguns estavam apenas se aproveitando do momento para projetar a si mesmos ou ao grupo do qual faziam parte. Os discursos assemelhavam, pois os conselhos eram sempre para que os ex-cativos fizessem bom uso da liberdade que havia sido dada pela princesa Isabel e pelos políticos.

Acerca dos libertos, alvo da lei, pouco se pôde apurar. Isso demonstra na prática a invisibilização desses sujeitos pela imprensa e também nos ofícios. Esses atores são mais difíceis de capturar por estas fontes, mas certamente participaram ativamente, como levam a crer os poucos relatos que fizeram menção os jornais.

⁴⁴ Disponível em :<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=43198> Acesso em: 14 de Ago. 2020.

⁴⁵ *Pacotilha*, 21 de Maio de 1888. fl.3

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As festas têm se tornado objeto de investigação da história, como demonstramos. Elas sempre estão atreladas a temas que já estão solidificados na historiografia brasileira, como por exemplo, a religião. As análises sobre as festas remetem a conceitos como cultura, identidade, memória, política, sempre levando em consideração as hierarquias sociais e os conflitos.

Se as festas vêm progressivamente tendo espaço na historiografia brasileira, as festas da Abolição seguem no mesmo sentido, embora numa escala muito menor de produção, sendo bem recentes as últimas publicações de trabalho sobre o tema. O Rio de Janeiro, A Bahia e o Recife possuem trabalhos entre artigos, dissertações e Teses que tem se expandido, contribuindo para novas produções, como esta.

O Maranhão tem produzido também trabalhos relevantes que tem por centro de investigação as festas, porém é fácil constatar que aquelas que se referem à Abolição ainda não tiveram atenção dos pesquisadores, sendo este trabalho um dos primeiros a enfrentar este desafio. As leituras dos trabalhos que antecedem a este foram indispensáveis para produção desta escrita.

Uma das preocupações deste trabalho foi identificar nas festas momentos que demonstrassem a realidade da composição social da cidade de São Luís, como os grupos que nela atuavam e principalmente os sujeitos que organizavam as comemorações do 13 de Maio de 1888, além de quais os sentidos atribuídos a nova Lei e ao novo contexto que teria que ser enfrentado a partir de então.

Toda movimentação ocorrida na capital da província do Maranhão fazia parte de algo maior que permeava todo o Brasil. As festas da Abolição são referenciadas tanto nos jornais que circulavam na cidade em 1888, quanto nos trabalhos que vêm sendo publicados a cerca deste assunto como sendo de caráter cívico, talvez porque tenha partido de uma Lei assinada pelo Estado.

No caso de São Luís, as festas da Abolição foram encabeçadas pelo presidente de província José Moreira Alves da Silva, como é possível identificar em seu primeiro requerimento do dia 11 de maio de 1888, encaminhado ao responsável pelo teatro São Luiz para que este fosse liberado para os estudantes do Liceu realizarem uma sessão solene.

Para além do Estado, a identificação e caracterização ainda que breve dos grupos e instituições que participaram ativamente das festas da Abolição permitiu uma aproximação delas, pois estes davam uma feição da cidade, os modos pelos quais se organizavam e atuavam revelaram à proporção que tiveram os festejos, tendo participação de instituições como o Liceu do Maranhão, entre outros.

A singularidade destas festas está na cidade, em seus modelos de comportamento, em seus grupos, instituições, sujeitos, na demarcação das características cada grupo, afinal eles fazem questão de comemorar deixando claro qual sua identidade e sua forma de atuação social, entre os quais então estudantes, irmandades.

Os sujeitos e grupos de destacada posição social podem até estar em relevo nos ofícios e nos jornais que serviram como fonte, porém é possível afirmar, assim como fez Figueiredo (2012), que não foi uma comemoração apenas da elite econômica ou política, houve a participação dos trabalhadores, entre eles os da prensa do algodão, os empregados do comércio e até mesmo dos aprendizes de máquinas a vapor. Todos estes procuravam a seu modo festejar a aprovação da nova Lei e neste momento eles acabam por demonstrar quais os sentidos eles estavam atribuindo àquele momento.

Em primeiro lugar, essas festas tiveram como uma de suas funções aconselhar aos ex-cativos como deveriam se comportar neste novo contexto e como deveriam usar sua liberdade, de modo que seria de extrema importância se entregarem ao trabalho e aos cultos religiosos, portanto elas tiveram de certo modo um sentido pedagógico.

Como se fora disso não fosse possível desfrutar da liberdade. Nas falas de alguns sujeitos durante as passeatas e nas pregações durante as missas a recomendação é que os ex-cativos se distanciassem da ociosidade e de maus hábitos. Até mesmo aqueles grupos que eram comprometidos com a causa da Abolição estavam com esta mesma linha de raciocínio.

A auto-promoção também é um dos aspectos destas festas, pois ao realizarem comemorações em espaços públicos, como passeatas e missas, eles adquiriam mais projeção social, assim como os sujeitos que participavam na organização e proferindo falas a favor daquele momento. Dentro deste contexto alguns comerciantes aproveitaram inclusive para lançarem seus produtos como cigarros e chapéus fazendo associação a liberdade e ao dia 13 de Maio de 1888, atribuindo sentido mercadológico para o momento.

Alguns personagens são evocados durante as comemorações em forma de agradecimento, pois, na interpretação daqueles grupos se não fossem os políticos e a princesa regente Isabel não seria possível vivenciarem aquele momento, deixando de lado toda luta dos ex-escravos, formação de quilombos e a própria resistência cotidiana como contribuição para que a Abolição fosse algo concreto.

É possível afirmar que Abolição foi resultado de várias lutas por meios legais e não oficiais que aprovação da Lei motivou as festas de grupos que já lutavam antes para que este momento chegasse. No caso de São Luís, o Clube Artístico Abolicionista Maranhense fundado

em 1885. Além dele, a fundação da Sociedade Beneficente Treze de Maio, também merece ser destacada. Tudo isso era um desdobramento das lutas anteriores.

A produção de apontamentos biográficos ao final desta escrita revela que muitos sujeitos que organizaram e discursaram nas festas da Abolição ocupavam cargos de grande destaque no governo ou na direção de instituições importantes. Alguns deles antes do dia 13 de Maio se mostram críticos à *extinção do elemento servil*, mas depois se mostram favoráveis, o que demonstra que a conveniência política pode lhes ter feito mudar de posição sobre o tema.

Os protagonistas das festas que apareceram impressas nos jornais são os políticos, comerciantes, os representantes religiosos, a classe musical, além dos próprios periódicos. A maioria dos sujeitos envolvidos nestes grupos tem biografia acessível. Alguns deles, entretanto, não foram contemplados pelas fontes, com é o exemplo de Joaquim de Sant' Anna Reis, fundador do Clube Artístico Abolicionista Maranhense, referenciado como baluarte da Abolição e alfaiate e que esteve no centro das comemorações foi um dos protagonistas, mas as informações sobre ele são mais raras.

Desta forma em alguns momentos é possível identificar alguns sujeitos que destoam do perfil da maioria dos protagonistas que aparecem nos jornais, como este caso de Joaquim Sant' Anna. Os ex-cativos aparecem nas festas oficiais, mas em momentos isolados são noticiados fazendo suas próprias comemorações.

Escrevemos aqui uma parte da história das festas da Abolição em São Luís, crendo que ainda há muito que se pesquisar e produzir no Maranhão. Ressaltamos aqui alguns conflitos e tensões que tiveram como causa a aprovação da Lei do dia 13 de Maio de 1888, além dos diversos sentidos que foram atribuídas as tais festas.

O Brasil teria novos desafios a enfrentar, Abalos significativos na sua estrutura política, econômica e cultural e novas formas de ver a sua composição social surgiam. Assim como outras capitais de províncias, São Luís teria que se adaptar a conviver com novos livres, e procurava através destas festas, entre outros objetivos, “ensiná-los” como administrar suas vidas de liberdade, além de deixar bem claro que sempre haveriam de ter motivos de agradecer a princesa e os políticos. Estavam livres, mas era como se suas vidas ainda não lhes pertencessem.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. **A esfinge do Grajaú**. 2ª ed. São Luís: AULMAR, 1993.
- _____. **O cativo**. 2ª ed. São Luís: AULMAR, 1993, p.240.
- ABRANCHES, J. Governos; CÂM. DEP. Deputados brasileiros.
- ABRANCHES, João Dunshee de. **O cativo**. 3ª ed. São Luís. AML, 2012.
- ABREU, Alzira Alves. Dicionário histórico-biográfico da primeira República. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV: 2015.
- ABREU, Eloy Barbosa de. **A Colônia consagrada**: religiosidade, sociabilidade e política festiva em São Luís (séculos XVII e XVIII), mimeografado, São Luís, 2006.
- ABREU, Martha. “**O pensamento católico, abolicionismo e festas religiosas no Rio de Janeiro, 1870-1890**”. In: PAMPLONA. Marco A. (orgs). *Escravidão, Exclusão e cidadania*. Rio de Janeiro, Acess, 2011.
- _____. DANTAS, Carolina Viana. “Êchegada a ocasião da negrada bumar”. Comemorações da abolição, política na primeira república. In: **Varia historia**. Belo Horizonte vol.27, n.45, pp. 97-120, jan-jun 2011.
- _____. **Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Rio de Janeiro e São Paulo: Nova Fronteira/ Fapesp.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **Algazarra nas ruas**: Comemorações da independência na Bahia (1889-1923).Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- ARAÚJO, Johny Santana. A imprensa jornalística no Maranhão na segunda metade do século XIX: o Estado Imperial, os jornais e a construção da guerra do Paraguai para um leitor. In: **Revista fsa**. Teresina. V.1, pp. 139-150.
- AZEVEDO, Aluisio. **O Mulato**. São Paulo, Ática, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **Sujeitos, Identidades e Práticas num tempo de festas**: algumas questões teóricas analíticas e possibilidades interpretativas. São Luís, 2014 (Mimeo).
- BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. “Festas cívicas na Corte regencial”In:**Varia historia**. Belo Horizonte vol.22, n.36, jul-dez. 2006 pp. 494-536.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por um a história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, pp 349-363.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In.: RÉMON, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BOSCHI, Caio César. Espaços de sociabilidade na América Portuguesa e historiografia brasileira contemporânea.**Varia História**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p.291-313, Jul/Dez 2006.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão**. São Luís, SIGOE, 1984.

CARVALHO, André Luiz Piva de. Festa e identidade social. In: **Anais do II Colóquio Festas e Sociabilidades**. Site: <http://anaiscoloquiofestas2.wordpress.com>

CERQUEIRA, D. L. **Audio-Arte**: memórias de um blog musical. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2017.

_____. **O Piano no Maranhão**: uma pesquisa artística. Tese (Doutorado em Música) – PPGM, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2019.

CERRI, Luis Fernando. **Festas nacionais**: uso e didatização do saber histórico nas pedagogias do cidadão. IN: História e ensino. V.9. Londrina, Ed. UEL. 2003.

CERTEAU. Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHAMON, Carla Simone. **Festejos imperiais: Festas cívicas em Minas Gerais (1815-1845)**. Bragança Paulista, EDUSF, 2002.

CHARTIER. Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa. DÍEFEL. 1990.

CORRÊA, Helidacy. **São Luis em Festa**: o Bumba-meu-boi e a construção da identidade cultural do Maranhão. São Luís. EDUEMA, 2012.

COSTA, Emilia Viotti da. **Abolição**. São Paulo: Editora, UNESPE, 2008

COUTINHO, Milson. **A presença do Maranhão na Câmara dos Deputados (1826-2006)**. Edições Legenda. São Luís, 2007.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Apresentação. In: _____. (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas. Ensaios de história social da cultura**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

_____. **Ecoss da Folia**. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAVIS, Natalie. Z. **Culturas de um povo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. **História e culturas políticas**: definições, usos e genealogias. Varia História. Belo Horizonte, UFMG, n. 28, 2002. p. 13-28.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do Trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade**. São Luís: Edufma, 2012.

FIGUEIREDO, Luciano. A revolta é uma festa: relações entre protestos e festas na Américaportuguesa. In: JANCSÓ, Stan; KANTOR, Iris, org. **Festa**: cultura e sociabilidade na Américaportuguesa. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, p.263-278.

FLORENCIO, Ana Maria Gama. Et. al. **Análise do discurso**: fundamentose práticas. Maceió: EDUFAL, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. **“O dia 13 de maio e as celebrações na Bahia, (1888-1920)”**. Dissertação de Mestrado, Unicamp: Campinas: SP, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Raquel; BICALHO, Maria Fernanda B; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (Orgs.). **Culturas Políticas**: ensaios de história cultural, história. 5. p. 35-50.

GUARIELNELLO, Noberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (orgs). **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp/ Imprensa Oficial, 2001, p.971. Horizonte: Argumentum/FAPEMIG. 2009.

JANCSÓ, István & KANTOR Íris. (Orgs). **Festas**: Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Imprensa Oficial; Hucitec; Edusp; Fapesp, 2001. 2v. 992p. (Coleção Estante USP-Brasil 500 anos, 3). Legenda, 1992.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Festas para que te quero: por uma historiografia do festejar, In: **Memória e Patrimônio**- UNESP –FCLAs –CEDAP, v.7, n.1, p. 134-150, jun. 2011.

KANTOR, Íris. **Pacto Festivo em Minas Colonial**: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana (1748). São Paulo: Departamento de História, FFLCH, 1996. (Dissertação de Mestrado).

KOCH, Ingedore. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. Ed. São Paulo: contexto, 2014.

LEVI, Giovani. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

LISBOA, João Francisco. **A Festa de Nossa Senhora dos Remédios**. São Luís. Editora: Legenda. 1992.

LUZ, Joaquim Vieira da. **Dunshee de Abranches e outras figuras**. Tipografia Teixeira. São Luís, 1921.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão**. 3ª ed. – São Luís: Edições AML, 2008.

MARTINS, Ananias Alves. **Carnavais de São Luís diversidade e tradição**. São Luís: FUNC, 1998.

MATA Roberto Da. **Carnavais Malandros e heróis**. Rio de Janeiro. Rocco, 1997.

MATA, Iacy Maia. “**Os trezes de Maio**: Policia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)”. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2002.

MENDES, Silvan Sousa. **A "ausência" da cor dos alunos no Liceu Maranhense (1871-1889)**. Monografia apresentada ao curso de história Licenciatura. Universidade Federal do Maranhão. 2017.

MERIAN, Jean Yves. Aluisio Azevedo: vida e obra: 1857-1913. Tempo Editora, 1988 Rio de Janeiro.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Entre festas e motins: afirmação do poder régio bragantinona América portuguesa (1690-1763). In: JANCSÓ, Stan; KANTOR, Iris, org. **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, p.127-150.

MORAES, Renata Figueiredo. **“Uma pena de ouro para Abolição: a lei do 13 de Maio e a participação popular.** In: Revista brasileira de história. São Paulo, v.33. n°66. pp.p 49-69, 2013.

_____. **.As festas da abolição: o 13 de Maio e seus significados no rio de janeiro (1888-1908).** Tese (Doutorado)-Pontifícia Universidade Católica Do Rio de Janeiro, 2012.

MOREIRA, Francisco Adail Martins. **Festas litúrgicas de Jesus e Maria.** São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá(Org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos.** Fino Traco Editora LTDA. 2ª Ed. 2014.

NASCIMENTO MORAES, José do. **Vencidos e Degenerados.** 4ª edição. São Luís: Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.

NASCIMENTO, Moraes de. **Vencidos e Degenerados e contos de Valário Santiago**/por Nascimento de Moraes Filho. São Luís: SECMA; SIGOE, 1982.

NEPOMUCENO, Eric Brasil. **Carnavais da Abolição.** Diabos e cucumbis no Rio de Janeiro (1879-1888). PPGH; Dissertação de Mestrado, Niterói, 2011: Record, 2012.

NERES, Weriston Silva. **A elite eclesiástica no Bispado no Maranhão.** Paco Editorial. Judiai, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Milena Rodrigues de. **Manifestações da féCatólica: um estudo sobre as festas de Nossa Senhora dosRemédios, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário em São Luís(1850-1875).** Dissertação (Mestrado em História Social) –Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal do Maranhão, 2016.

OZOUF, Mona. **L'École de La France – essais sur la Révolution. l'utopie et f'enseignement** Paris: Gallimard, 1984.

PEREIRA, Leonardo Afonso Miranda. **O carnaval das letras.** Literatura e folia no Rio de Janeiro no século XIX. Campinas. Editora da UNICAMP, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REIS, João José. **A morte éuma festa.** Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: companhia das Letras, 1991.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora da FGV1998.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850-1888).** São Luís, SIGOE, 1990.

RUSEN, Jorn. A unidade do método histórico. In: **Reconstrução do passado.** Teoria da História II - os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora da UNB, 2010.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de Política.** 5. ed. Brasília: Unb, 2000, p. 306-308.

SANTOS, Carlos AndréColins. **Páginas da Abolição: A recepção da Lei Áurea nos jornais Maranhenses e na obra Vencidos e Degenerados.** Monografia apresentada ao curso de história Licenciatura. Universidade Federal do Maranhão. 2016.

SANTOS, Lidia Rafaela Nascimento dos. **Das Festas aos botequins:** Organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). 2011. Dissertação (Mestrado em História)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SERRA, Ordep. **Rumores de festa:** o sagrado e o profano na Bahia. Salvador:EDUFBA. 2009.

SILVA, Fábio Henrique Monteiro. **O reinado de Momo na terra dos tupinambás:** permanências e rupturas no carnaval de São Luís (1950-96). São Luís: EDUEMA, 2015.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista:** história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.

THOMSPON, E.P. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

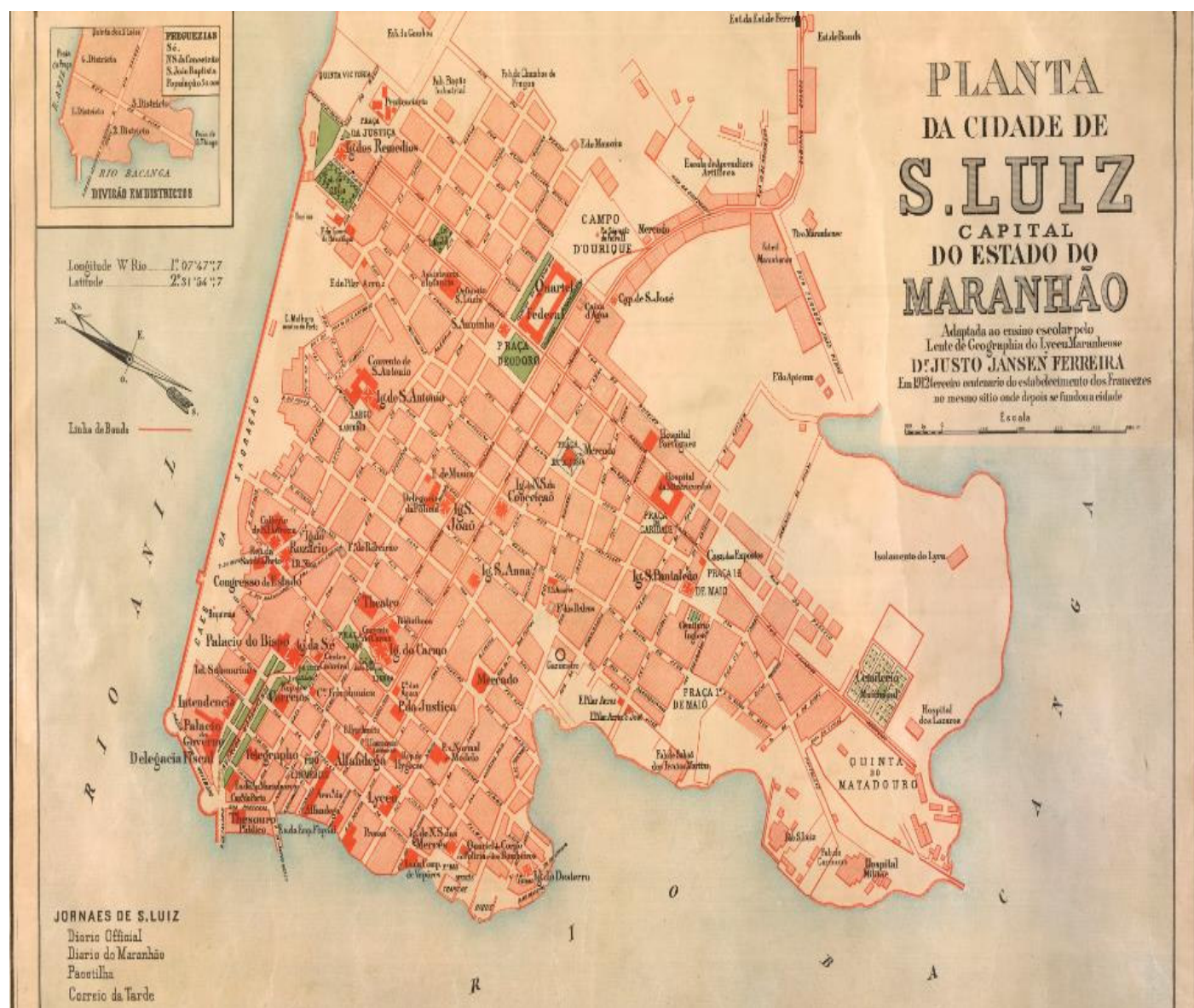
TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil Colonial.** São Paulo: Ed.34, 2000.

TINHORÃO, José Ramos. **Festa de negro em devoção de branco:** do carnaval na procissão ao teatro no círio. São Paulo: Ed. UNESP, 2012. Trabalho do operariado feminino em São Luís na virada no século XIX. São Luís: Edufma.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

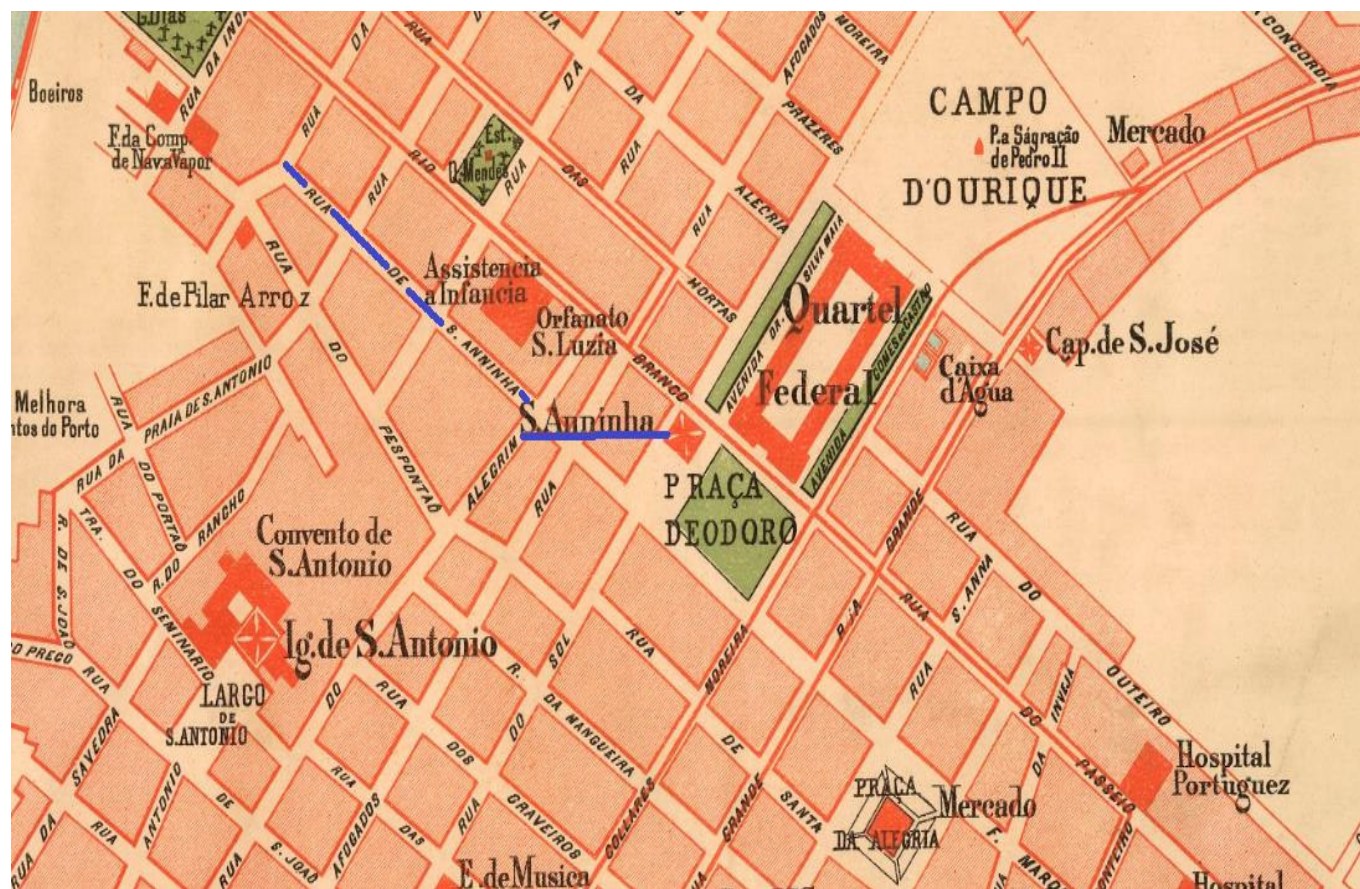
ANEXOS

Figura 5: Planta da Cidade de São Luís de 1912



Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart536687/cart536687.html

Figura 6: Localização da rua de Sant' Anninha de onde partiram algumas passeatas.



Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart536687/cart536687.html

Lista de participantes das festas da Abolição em ordem alfabética

1. A. Ramos
2. A. Santos
3. Achimedes Rego
4. Adelaide Aranha
5. Adriano Santos
6. Afonso Mendes
7. Albano Barbosa
8. Albertino Silva
9. Alexandre Collares Moreira
10. Alfredo Bello
11. Alfredo Januário de Araújo Costa
12. Aluiso Porto
13. Alves Pereira
14. Alzira Serra
15. Ambrosio Costa Viana
16. Ana Esperança
17. Ana Gertudes Serra
18. Antonia Francisca Sousa Gomes
19. Antonio dos Prazeres de Freitas
20. Antonio Raiol
21. Aristides Rego de Andrade
22. Augusto Olimpio Viveiro Gomes de Castro
23. Avelino José de Sousa
24. Barbosa de Godois
25. Bento serra

26. Brandão
27. Braulino José da Silva
28. Castro Viveiros
29. Chrispin Santos
30. Cicinato João Victor
31. Cônego Baptista
32. Costa Miranda
33. Dionisio Militrão Brito
34. Dunshee Moura
35. Eduardo Machado
36. Eduardo Mello
37. Fabio Mattos
38. Feliciano Primo Prada
39. Fernandes
40. Filomeno Victor Vieira
41. Gerinaldo Ventura Costa
42. Gregorio Antonio dos Santos
43. Henrique A. Pereira
44. Henry Airlie
45. Hermenegildo Jansen Ferreira
46. Irineu Euzebio Pereira
47. J.P.S Guimarães
48. Jeronymo de Tavares
49. João Francisco da Silva
50. João Julião Ferreira
51. João Toledino Guedelha Mourão

52. Joaquim Alves da Silva
53. Joaquim Gomes Lisboa
54. Joaquim Sant' Anna Reis
55. José Alexandre de Almeida
56. José Antão
57. José Carlindo Barros
58. José de Oliveira Martins
59. José Ferreira Bordallo
60. José George Growell
61. José Innocencio Gomes
62. José J. Pereira
63. José Moreira Alves da Silva
64. José Tavares da Silva
65. Julio Oliveira de Araújo
66. Leocadio Raiol
67. Leonor Silva Montenegro
68. Luis Antonio Vieira da Silva
69. Luis Luz
70. Manoel Amansio Maia
71. Manoel Bethencourt
72. Manoel Dantas
73. Manoel Jansen Muller
74. Manoel Lino de Jesus
75. Manoel Pires Bastos
76. Marcilio Oliveira
77. Maria Ciryla Sousa

78. Maria Clara dos Santos
79. Maria José Belo
80. Marques Rodrigues
81. Mello Fernandes
82. Nemezio Cunha
83. Olinda Oliveira e Silva
84. Ovidio Correa Pinto
85. Pacifico Bessa
86. Padre Damasceno
87. Paschoal Paulo dos Anjos
88. Paula Duarte
89. Pedro Freire
90. Philadelpho Bethencourt
91. Pompilio Ferreira
92. Prado
93. R. Perdigão
94. Raimundo João de Aquino
95. Raimundo Nonato Reis
96. Reis Lisboa
97. Rosa Lina dos Reis
98. Serapião Angelo Azevedo
99. Seu Pacífico
100. Severino Santos
101. Silva Serra
102. Silvio Deocleciano Nava
103. Tito Lemos

- 104.Viana Ribeiro
- 105.Viana Vaz
- 106.Victor Castello
- 107.Victor Mattos
- 108.Virgilio Cantanhede
- 109.Virginio Nunes de Melo
- 110.Xavier de Carvalho